

Cadernos de História

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Eustáquio Afonso Araújo
Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães
Chefe de Gabinete do Reitor: Osvaldo Rocha Tôres
Pró-reitores: *Extensão* – Vera Maria Neves Victor Ananias; *Gestão Financeira* – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; *Graduação* – Maria Inês Martins; *Infra-estrutura* – Rômulo Albertini Rigueira; *Logística* – Sérgio de Moraes Hanriot; *Pesquisa e de Pós-graduação* – João Francisco de Abreu; *Planejamento e Desenvolvimento Institucional* – Carlos Francisco Gomes; *Recursos Humanos* – Alexandre Rezende Guimarães; *Arcos* – Wanderley Chieppe Felipe; *Betim* – Miguel Alonso de Gouveia Valle; *Contagem* – Geraldo Márcio Alves Guimarães; *Poços de Caldas* – Maria José Viana Marinho de Mattos; *São Gabriel* – Carlos Barreto Ribas
Diretores: *Barreiro* – Patrícia Bernardes; *Serro* – Ronaldo Rajão Santiago
Secretaria de Comunicação: Maurício Lara Camargos
Secretaria Geral: Flávio Augusto Barros
Secretaria de Ação Comunitária: José Chequer Neto
Instituto de Ciências Humanas: Pe. Márcio Antônio de Paiva (*Diretor*)
Coord. do Curso de História: Elizabeth Guerra Parreiras Baptista Pereira

EDITORA PUC MINAS

Comissão Editorial: Ângela Vaz Leão (PUC Minas); Graça Paulino (UFMG); José Newton Garcia de Araújo (PUC Minas); Maria Zilda Cury (UFMG); Osvaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas)
Conselho Editorial: Antônio Cota Marçal (PUC Minas); Benjamin Abdalla (USP); Carlos Reis (Univ. de Coimbra); Dídima Olave Farias (Univ. del Bío-Bío – Chile); Evando Mirra de Paula e Silva (UFMG); Gonçalo Byrne (Lisboa); José Salomão Amorim (UnB); José Viriato Coelho Vargas (UFPR); Kabengele Munanga (USP); Lélia Parreira Duarte (PUC Minas); Leonardo Barci Castriota (UFMG) Maria Lúcia Lepecki (Univ. de Lisboa); Philippe Remy Bernard Devloo (Unicamp); Regina Leite Garcia (UFF) Rita Chaves (USP); Sylvio Bandeira de Mello (UFBA)
Coordenação Editorial: Cláudia Teles de Menezes Teixeira
Assistente Editorial: Maria Cristina Araújo Rabelo
Revisão: Astrid Masetti Lobo Costa
Virgínia Mata Machado

ISSN 1679-5636

Cadernos de História

<i>Cadernos de História</i>	Belo Horizonte	v. 8	n. 9	p. 1-140	1º sem. 2006
-----------------------------	----------------	------	------	----------	--------------

COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE HISTÓRIA:
Alysson Parreira Gomes
Cristiano Garotti da Silva
Elisabeth Guerra Parreiras Baptista Pereira (Coordenadora)
Liana Maria Reis

COMISSÃO EDITORIAL:
Elisabeth Guerra Parreiras Baptista Pereira (Coordenadora)
Heloisa Guaracy Machado (Editora executiva)
Tarcísio Rodrigues Botelho (Editor-adjunto)
Elaine Patrícia Ávila (estagiária)

CONSELHO CONSULTIVO:
Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Caio César Boschi (PUC Minas)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG)
Ilmar de Matos (PUC-Rio de Janeiro)
João Adolfo Hansen (USP)
Liana Maria Reis (PUC Minas)
Lucília de Almeida Neves Delgado (PUC Minas)
Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Sandra Pereira Tosta (PUC Minas)

Preparada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Cadernos de História. — out. — 1997 — Belo Horizonte: PUC Minas, 2006 —

v.

Semestral

ISSN 1679-5636

1. História — Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais. Departamento de História.

CDU: 98 (05)

Sumário

EDITORIAL	7
CONFERÊNCIA	
Projeto Resgate: antecedentes e corolários <i>Caio César Boschi</i>	11
ARTIGO	
Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (século XVIII) <i>Maria Marta Lobo de Araújo</i>	29
DOSSIÊ: ESCRAVIDÃO NO BRASIL	
Crime, vadiagem e escravidão nas Minas do ouro do setecentos <i>Liana Maria Reis</i>	51
Formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848 <i>Maurício Martins Alves</i>	64
Posse de escravos e manutenção da propriedade em Apiaí, São Paulo: 1732 a 1835 <i>Agnaldo Valentin</i>	85
Por entre escravos doentes: o caminho da morte no cativeiro <i>Marcelo Ferreira de Assis</i>	107
A escravidão na fronteira: um estudo da escravidão negra numa boca de sertão paulista – Lençóes, 1860-1888 <i>Edson Fernandes</i>	126
Normas para publicação	138



Editorial

Os *Cadernos de História*, apoiados na inter-relação necessária entre ensino, pesquisa e extensão, e de acordo com os pressupostos teóricos e metodológicos atuais, abrem-se à perspectiva interdisciplinar, com o intuito de fomentar a reflexão crítica sobre as temáticas históricas e afins, na sua conexão com a realidade social vigente. Esse aspecto foi viabilizado pela composição relativamente eclética do seu Conselho Consultivo, integrado por profissionais abalizados, oriundos de diferentes áreas das chamadas ciências humanas – a história, a sociologia, a antropologia e a literatura.

Esse esforço admite, por outro lado, variações do ponto de vista operacional, alternando a publicação de artigos distintos no seu conteúdo – como no número anterior – com edições de cunho temático, a exemplo deste número, obedecendo à dinâmica de captação das contribuições especializadas, como também da realização de eventos em áreas de interesse, cujo registro torna-se indispensável.

Assim, seguindo-se à conferência a respeito do relevante Projeto Resgate, o artigo inicial focaliza certos desdobramentos da vinda de trabalhadores portugueses (que a Profa. Marta, escrevendo em Portugal, chama, naturalmente, de “emigração”) durante o século XVIII, no âmbito das injunções de caráter socioeconômico que colocaram lado a lado escravidão moderna e imigração européia no mesmo contexto histórico. Os outros ensaios sobre a história do Brasil compõem o Dossiê sobre a escravidão abrangendo a Colônia e o Império. Alguns deles foram apresentados, em versão preliminar, no II Seminário de História Quantitativa e Serial, promovido pela Anpuh/MG e realizado, em 2001, na PUC Minas Coração Eucarístico, sob a coordenação do Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, do Departamento de História. Nas edições subsequentes, pretendemos imprimir um perfil mais diversificado, contando, como de regra, com a colaboração da comunidade acadêmica interna e externa à PUC Minas.

Heloisa Guaracy Machado
Editora executiva dos *Cadernos de História*





Conferência





Projeto Resgate: antecedentes e corolários*

Caio C. Boschi**

RESUMO

O Projeto Resgate é um amplo empreendimento com vistas a proporcionar aos pesquisadores acesso fácil e rápido à documentação respeitante à História do Brasil depositada em arquivos e bibliotecas de outros países. Apresentar seus antecedentes e algumas de suas linhas de força, bem como apontar lacunas no desenvolvimento das atividades e nos resultados do projeto é o principal propósito desta palestra. Ela trata igualmente de noticiar a implementação de iniciativas análogas, que se configuram, dentre outros, no Projeto Reencontro e no Projeto Coleção Casa dos Contos. Ademais, chama a atenção para a (já antiga) necessidade de, no âmbito da História Moderna de Portugal, promover-se diálogo mais intenso e produtivo entre historiadores e arquivistas, objetivando tanto a elaboração conjunta de instrumentos de busca na recuperação de informações, como a superação de carências relativas à organicidade dos documentos e dos fundos documentais.

Palavras-chave: Brasil Colonial; Administração colonial; Arquivística; Fundos documentais; Recuperação de informação.

O êxito do Projeto Resgate, seja pelos resultados obtidos, seja pela extraordinária dimensão que lhe é inerente, determina que estejamos sempre a refletir sobre os seus rumos e sobre as formas de melhor usufruirmos dos produtos por ele gerados. Se outros méritos já não tivesse, este congresso é motivo de júbilo, por proporcionar-nos nova oportunidade de análise crítica e de debates em torno do notável empreendimento que é o Resgate.

Embora parte do enunciado de minha intervenção pressuponha a abordagem dos fatos que precederam o surgimento do Resgate, relatarei apenas dois ou três tópicos a respeito, pedindo licença para referenciar e sugerir a consul-

* Texto de palestra proferida no I Congresso Internacional Resgate, realizado pela Universidade de Brasília – UnB, por intermédio de seu Centro de Memória Digital, em colaboração com o Ministério da Cultura. Brasília (DF), 19 a 21 de maio de 2004.

** Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

ta a trabalho anterior e, por conseguinte, convergir minhas observações para o âmbito prospectivo do projeto.¹

De imediato, reconheçam-se os ingentes esforços desenvolvidos, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para que se pudesse ter acesso, no Brasil, à documentação a nós respeitante, mas depositada em instituições estrangeiras. É, no entanto, elementar a constatação de que a magnitude desse desiderato somente pode ter viabilidade com o avanço tecnológico contemporâneo.

Assim é que, com o progresso e a disseminação da reprodução microfílmica de documentos, reavivaram-se as propostas dos pioneiros de 1838 e de seus abnegados seguidores. Quando é, então, que se processa essa mudança, relativamente aos acervos históricos aqui focalizados?

Em resposta, alvitaria como referência simbólica inicial do Resgate o Projeto de Microfilmagem da Documentação relativa ao Brasil no Exterior, veiculado em meados de 1982 e formalmente apresentado em reunião no Palácio Itamarati, no Rio de Janeiro, em 13 de setembro daquele ano, sob os auspícios da Fundação Nacional Pró-Memória e da Fundação Alexandre de Gusmão. A proposta espelhava-se na experiência adquirida pelo Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros e, por razões óbvias, Portugal foi o país escolhido para se começar o trabalho. Todavia, protocolo assinado em Lisboa a 15 de dezembro de 1983 por autoridades dos dois países, objetivando a implementação do projeto, não trouxe frutos imediatos.

A partir do primeiro semestre de 1987, no entanto, uma convergência de fatores permitiu-me coordenar a tarefa de, sob a supervisão técnica da direção do Arquivo Histórico Ultramarino (doravante também referido como AHU), organizar, naquela instituição lisboeta, os documentos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais.

Dentre esses fatores, mencionem-se o interesse manifestado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que se responsabilizou pelo tratamento informático, criando base de dados própria para absorver os resultados dos trabalhos desenvolvidos em Lisboa; o estímulo conferido pela então denominada Associação Nacional dos Professores Universitários de História – Anpuh; o permanente e vivo apoio institucional expresso pela Fundação Nacional Pró-Memória e pela Fundação Alexandre de Gusmão; e, sobretudo, o indispensável auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, na órbita da Comissão de Eventos Históri-

¹ Sobre as iniciativas e atividades que precederam o advento do Resgate, ver Boschi, 2001, p. 6-11.

cos (criada em 1986), da Diretoria das áreas de Ciências Humanas (1987) e de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (1988-1989).

Ao longo de 1988, acertaram-se os detalhes operacionais das atividades com a contratação, em Lisboa, de equipe executora. Liberados os recursos concedidos pelo CNPq, os trabalhos tiveram início nos primeiros dias de 1989, prolongando-se por três anos.

Na realidade, ainda que iniciativa de caráter pessoal, esse projeto guardava forte analogia com o que se engendrava na esfera do poder público federal.

Em janeiro de 1992, a Secretaria de Cultura do então Ministério da Educação e Cultura, por empenho de seu assessor especial, o sempre recordado embaixador Wladimir Murtinho, retomava a proposta, insistindo na urgente necessidade de se implementar o Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem. A obstinação de Murtinho e o dinamismo de Esther Bertolotti superaram não poucos nem pequenos obstáculos, até que, a 10 de outubro de 1995, celebrou-se acordo entre o Instituto de Investigação Científica e Tropical, de Portugal, e o Ministério da Cultura, do Brasil, para a microfilmagem da documentação sobre o Brasil Colônia existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Já tratado tecnicamente, o acervo relativo à capitania de Minas Gerais foi logo disponibilizado para os primeiros trabalhos de microfilmagem.²

O referido acordo tornou-se factível pelas circunstanciais comemorações dos 500 Anos, ao amparo das quais também deve ser mencionado o advento, naquela altura, da Comissão Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (Coluso).³ O Projeto Resgate, desde aquela época, tornou-se o instrumento operacional por excelência da seção brasileira da Coluso, ao passo que o Projeto Reencontro o foi e é para a sua homóloga portuguesa. É sob a tutela dessas entidades que a organização, datação, leitura paleográfica e verbetização dos documentos manuscritos da série Brasil do AHU foram sendo executadas, com incontáveis percalços, mas, sobretudo, com a obtenção de consideráveis resultados.

Feita rápida menção cronológica ao embrião do Resgate, tentarei esboçar

² As sinaléticas utilizadas para esses trabalhos foram os 13.916 verbetes-sumários decorrentes do tratamento técnico realizado, entre 1988 e 1991, pela equipe coordenada por Caio C. Boschi. O catálogo-inventário desse acervo, no entanto, somente foi publicado em 1998, em três volumes, pela Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte. De qualquer forma, também no que respeita aos instrumentos de busca, a documentação sobre Minas Gerais tem primazia.

³ A origem da Coluso pode ser creditada à reunião da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para a Cooperação Arquivística, realizada na sede dos Institutos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em Lisboa, no dia 11 de outubro de 1995. Em novo encontro, desta feita no Rio de Janeiro, a 5 de fevereiro do ano seguinte, essa Comissão adotou a denominação pela qual ainda hoje é conhecida. Sua seção brasileira foi nomeada no dia 27 daquele mês (Cf. Portaria n. 12, do presidente do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq).

algumas observações sobre o atual estágio do projeto, sem ser exaustivo, nem hierarquizar sua importância.

A despeito da louvável iniciativa de elaboração e publicação de guias das fontes históricas sobre o Brasil encontradas em outros países europeus, a contribuição maior do Resgate até agora tem como locus o Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal. É de lá que emanaram não só os 279 CDRoms que o Ministério da Cultura do Brasil ofereceu a instituições de pesquisa e de ensino do País e do exterior, como também os microfilmes que lhes deram origem, após grandioso trabalho de tratamento técnico da documentação. Por conseguinte, a essência deste nosso encontro e de nossas discussões, a par de sua inquestionável relevância, restringe-se à tarefa efetuada com o conjunto documental que, mesmo sendo o maior e mais abrangente, não deve obscurecer a importância de outros acervos, nem minorar os igualmente substanciais trabalhos que estão se processando ou que aguardam essa oportunidade.

O universo das fontes primárias sobre o Brasil e as demais ex-colônias portuguesas armazenadas no Ultramarino não se circunscreve à documentação manuscrita avulsa. Também sob forma manuscrita e não encadernada, lá se preservam os documentos da Secretaria do Conselho Ultramarino, sem falar nos ricos 759 livros ou códices daquele órgão. E, importante: esses fundos têm seus catálogos publicados (REIS, 2002; MARTINHEIRA, 2001), foram igualmente microfilmados e digitalizados e já se encontram reproduzidos na aludida coleção de CDRoms.

Além dessas fontes, destaca-se a existência, ainda no AHU, de quase mil espécies cartográficas e iconográficas que compunham originariamente, em parte, os dossiês manuscritos, sem esquecer a quase nunca examinada *Correspondência do Reino*, ou simplesmente *Reino*, que inclui documentação do Conselho da Fazenda (até 1643), do Conselho Ultramarino (1643-1833) e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1736-1834), bem como a *Correspondência do Conselho da Índia* (1604-1614) (MARTINHEIRA, 2001, p. 22).

A despeito de o propósito colonizador português ser uno, porque próprio ao sistema que o determina, as políticas e orientações colonizadoras variaram no tempo e segundo o espaço físico-cultural a que se destinaram. Em decorrência, é equívoco primário supor-se certa homogeneidade tanto na tipologia, no vocabulário, no discurso intrínseco, quanto no conteúdo da documentação em causa.

Nem sempre os historiadores têm conhecimento ou domínio da tipologia documental que compulsam e do vocabulário técnico específico a ela pertinente, apesar da divulgação de sumários (mas didáticos) glossários especializados (MARTINHEIRA, 2001, p. 32-38; SUBTIL, 1996, p. 142-155).

Como se não bastassem tantas ressalvas, sem embargo do árduo trabalho

desenvolvido pelas várias equipes executoras do Projeto Resgate no AHU, os resultados estão suscetíveis a reparos e alterações. Há, por exemplo, erros na datação de documentos. Em razão de deficiência na leitura paleográfica realizada, verbetes foram redigidos incorretamente. Há nomes de pessoas e, em especial, de localidades que se encontram imprecisos ou que geram ambigüidades, devidas, em parte, ao teor do texto dos documentos. Digno de reparo também, se é que algum dia tal situação possa ser alterada, é o fato de se mostrar inviável a recuperação da forma primitiva dos dossiês, sistemática e permanentemente destrinchados com o passar dos tempos pelo manuseio, nem sempre criterioso, de seus custodiadores e consulentes.

Por outro lado, é preciso atentar para o sentido de complementaridade que se faz imprescindível, prioritariamente, no âmbito do próprio AHU. Não falo da óbvia e já mencionada complementaridade existente entre as diferentes coleções documentais do Palácio do Conde da Ega (códices, manuscritos avulsos, cartografia, iconografia). Refiro-me ao fato de ser impossível apreender a dinâmica histórica de certas áreas da Colônia sem que se interpenetre e se integre reciprocamente a documentação a elas concernente. Assim, por exemplo, não há como bem compreender e analisar a realidade histórica colonial do Pará sem a consulta, no mínimo, à documentação respeitante ao Rio Negro e ao Maranhão; não há como bem estudar o continente de São Pedro (Rio Grande do Sul) sem compulsar as fontes sobre a Colônia do Sacramento e do Rio da Prata.

Por fim, seria necessário proceder, o quanto antes, a partir dos verbetes-sumários produzidos, à elaboração de índices onomástico, toponímico e ideográfico da documentação relativa às chamadas grandes capitânicas, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A indexação dos verbetes é tarefa primordial para o bom aproveitamento e o conhecimento do conteúdo da documentação em causa. Sem essa providência, não apenas as atividades de investigação científica nos fundos ficam sensivelmente prejudicadas, como também se torna impossível o desenvolvimento de pesquisas cujas temáticas tenham abrangência espacial mais alargada.

Essas reservas em nada comprometem o entusiasmo que nutro, desde sempre, pelo Projeto Resgate. Sobretudo porque, felizmente, ele prossegue em seu caminho. Só quem conheceu as anteriores condições da massa documental avulsa referente ao Brasil armazenada no AHU pode avaliar a extensão dos ganhos de que hoje todos usufruímos. E não apenas pelo mais fácil e rápido acesso ao seu acervo. Também pelas vantagens paralelas que esse esforço tem trazido, como a possibilidade, agora em sentido lato, de (entre)cruzarmos tais acervos com aqueles disponíveis em outros arquivos brasileiros, portugueses e de outros países.

Todavia e infelizmente, quando nos abstraímos dos resultados alcançados no AHU e voltamos nosso olhar para a literatura especializada sobre a História do Império português que vem sendo publicada, fica evidente a pouca ou nenhuma utilização, pelos pesquisadores, dos documentos históricos pertencentes a instituições arquivísticas brasileiras, escolhidos e demandados pela Seção Portuguesa da Coluso, e que vêm sendo encaminhados, sob a forma de microfimes, aos Institutos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, sede da referida seção. Já atingem algumas centenas de rolos de microfimes, contendo reprodução de preciosos acervos documentais, como fundos da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), do Arquivo Nacional, do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Histórico do Estado da Bahia e do Arquivo Público do Pará. São os resultados materializados do Projeto Reencontro, a contraface lusitana do Projeto Resgate ainda em plena atividade.

Tal alheamento não deve ser imputado apenas aos pesquisadores de além-mar: essa considerável massa documental deveria ser objeto de consulta também dos estudiosos brasileiros ou daqueles que se interessam pela História do Brasil. Afinal, não cabe negar: o desconhecimento do conteúdo dos fundos documentais dos arquivos brasileiros ou da acessibilidade a eles são traços comuns a caracterizarem a maioria dos nossos historiadores, sobretudo os não residentes no Rio de Janeiro, cidade que reconhecidamente concentra as instituições arquivísticas brasileiras de melhor e maior qualidade.

Ademais, julgamos indispensável – se é que já não está previsto – que a documentação objeto do Reencontro seja também incluída no projeto de disponibilização para pesquisa *on-line* ora em curso no Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília, iniciativa que provocou este nosso congresso. E que isso se faça, seja pela razão há pouco evocada, seja porque o conjunto documental em foco permitiria obtermos a recorrente e necessária complementaridade entre os acervos tanto dos dois países, quanto de diferentes fundos arquivísticos brasileiros.

Se, de um lado, a assinalada inapetência dos historiadores, sobretudo portugueses, relativamente ao usufruto e à consulta dos documentos compreendidos pelo Projeto Reencontro atesta os ritmos diferentes e o descompasso com que têm atuado as duas seções nacionais da Coluso, de outro parece evidenciar nova postura dos historiadores brasileiros, a qual extrapola o âmbito do mero (e não desdenhável) contato com os acervos documentais portugueses. Na verdade, esse debruçar-se regular e cada vez mais vertical e desenvolvido sobre tais acervos tem ensejado perceber e alargar nossos horizontes explicativos na compreensão da História Moderna.

Com efeito, os estudiosos brasileiros, conhecendo melhor a História de

Portugal, vêm se desvencilhando de interpretações bipolarizadas e adquirindo visão mais clara e completa da globalidade subjacente e compreendida pelo complexo colonial português.

Assim, importante corolário do Projeto Resgate é que ele ampliou os horizontes dos historiadores brasileiros para o entendimento de que a chamada História do Brasil Colonial, na realidade, só se explica e pode ser percebida se nos libertarmos da perspectiva bilateral com que vem sendo investigada e difundida. Só nos últimos tempos e ainda sem alcançar unanimidade no meio acadêmico-científico é que os historiadores brasileiros têm se aberto para analisar e entender o sentido do Império português para além do território e da realidade histórica metropolitana.

É preciso que os brasileiros se dêem conta de que o estudo da História do Brasil Colônia só se justifica e se torna inteligível se efetivado no âmbito da História da Colonização da Época Moderna, o que implica de nossa parte, no mínimo, o conhecimento das estruturas e dos mecanismos que movem tal processo, bem como das reações dos povos até bem recentemente submetidos ao jugo português.

Essa nova postura não passa incólume a significativo elenco de historiadores portugueses que, reconhecendo a pujança e o dinamismo da produção historiográfica brasileira contemporânea, não só tem procurado interessar-se por esta, analisá-la e discuti-la, como tem promovido reuniões científicas e a implementação de trabalhos em parceria com seus colegas brasileiros. É atitude meritória, quando nada porque testemunha a ruptura com anacrônico comportamento colonizador e arrogante identificado na historiografia portuguesa por suas congêneres nas ex-colônias. Com efeito, e ainda bem que assim seja, a recíproca é verdadeira. Os brasileiros vamo-nos despindo e nos distanciando, cada vez mais, de uma mentalidade subserviente e colonizada. E, assim, para proveito geral, vão-se desenvolvendo diálogos oceânicos.

Todavia, para que essa expressão vocabular adquira plenitude, faz-se mister incorporar, tanto às propostas arquivísticas como às de investigação, os países e os historiadores de língua oficial portuguesa na África, na Ásia e em Timor.

Aliás, grande parte da documentação manuscrita avulsa concernente às ex-colônias portuguesas, incluindo aquela mais recente, encontra-se igualmente depositada no AHU, na expectativa de merecer tratamento técnico semelhante ao desenvolvido pelo Projeto Resgate para a série Brasil, cabendo lamentar o abortamento de iniciativa que, nesse sentido, o governo brasileiro promoveu há não poucos anos.

Em outras palavras, o Projeto Resgate só se completará com o tratamento técnico da documentação relativa às demais ex-colônias portuguesas, tarefa que, pelo menos no que tange ao acervo do AHU, carece de ser logo realiza-

da. Afinal, se a proliferação do Estado português faz hoje as delícias dos historiadores, os acervos dela oriundos ainda se encontram, não obstante os avanços obtidos, sem condições de consulta que permitam nítido e seguro conhecimento, por exemplo, das diretrizes e dos vetores administrativos do Império, em suas multifacetadas partes.

À medida que os fundos documentais desses atuais países sejam organizados e disponibilizados, estaremos nos aproximando de compreensão mais sólida e estrutural dos nossos respectivos e imbricados passados históricos. Estaremos conferindo maior consistência e densidade à noção de império colonial português, pelo (re)conhecimento de nossas afinidades, mas também e principalmente pela identificação de nossas diferenças.

Nesse contexto, é, no mínimo, animadora a decisão tomada pela Coluso em sua última reunião conjunta (Lisboa, de 6 a 10 de outubro de 2003), quando, para além de se ter discutido o programa plurianual de trabalho para o período 2004-2008, concretizou-se a proposta da Seção Brasileira de se realizar, naquela oportunidade, o “Seminário Patrimônio Arquivístico nos Países da CPLP: experiências e estratégias” e, sobretudo, o “1º Fórum dos Arquivos Nacionais dos Países da CPLP”, eventos que, naturalmente, contaram com a participação entusiástica de dirigentes das aludidas instituições africanas e do Timor Leste.

Entretanto, enquanto ações mais concretas desses entendimentos não se viabilizam, anote-se que, ainda sob a égide da Coluso, relevantes atividades vêm sendo desenvolvidas com vistas à identificação e ao conhecimento recíproco de fundos documentais concernentes à história brasileira que têm flagrantes afinidades e alto sentido de complementaridade. São testemunhos dessas ações os trabalhos de intercâmbio e cooperação recíproca promovidos, desde 1996, entre os arquivos históricos do Exército e da Marinha de Portugal e do Brasil e entre a Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a dos Reservados da instituição congênere de Lisboa.

Outro vigoroso exemplo desse gênero de trabalho é o que se observa na esfera da alentada documentação sobre a administração fazendária do período colonial. Trata-se do Projeto Coleção Casa dos Contos, ora em acelerado ritmo de atividades nas três instituições brasileiras – o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público Mineiro – que custodiam esse fundamental conjunto de fontes para a pesquisa histórica em torno do Império português. Tudo leva a acreditar que, finalmente, poder-se-á acessar, de forma plena e integrada, com a utilização de instrumentos de busca adequados, a até agora dispersa e assistemática documentação atinente à administração tributário-fiscal. E não só, pois a esse fundo foram incorporados, por ainda desconhecidas razões, documentos de outra natureza que não guardam direta

relação com aqueles que nomeiam e norteiam tal conjunto. Resultados parciais desses trabalhos estarão brevemente anunciados e oferecidos à consulta.⁴

No entanto, o Projeto Coleção Casa dos Contos, ainda que venha responder a antigo anseio dos historiadores e, acima de tudo, aclarar dúvidas e ampliar sobremaneira as possibilidades de pesquisa na área, não poderá prescindir de cotejar seus resultados com fundos documentais de idêntica natureza e procedência existentes em arquivos de Portugal.

A Casa dos Contos, como repartição contabilística pública e fiscalizadora do exercício do poder do Estado, nasceu de decisão régia de D. Dinis (1279-1325), na segunda metade do século XIII. Com a Expansão transformou-se nos Contos do Reino e Casa e, como tal, exerceu suas funções até serem extintos por carta régia de 22 de dezembro de 1761, quando foram substituídos pelo Erário Régio.⁵

Se o maior volume da documentação relativa a esses órgãos está sob a guarda do Tribunal de Contas, em Lisboa, em muito bom estado de conservação, a Torre do Tombo abriga fontes não só do Erário Régio como dos Contos do Reino e Casa (são 25.087 livros fiscais, abrangendo o período de 1627 a 1889), do Conselho da Fazenda (527 livros e cerca de 700 maços, em 1.319 caixas), do Conselho Ultramarino (dez livros, compreendendo os anos de 1703 a 1803) e do Ministério do Reino (2.934 livros e 7.738 maços), sem que, no entanto, os pesquisadores do passado colonial brasileiro lhes tenham dado, até o momento, a atenção e o desbravamento necessários.⁶ Isso para não falar de fundos documentais de natureza correlata aos acima referidos pertencentes ao Arquivo Histórico da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, também na capital portuguesa.

O ideal seria termos, no futuro, o pleno conhecimento desses acervos, em suas complementaridades e/ou duplicações, a fim de que estejamos aptos, quer para melhor compreendermos a estrutura e o funcionamento internos a esses organismos, quer para, a partir daí, podermos correlacioná-los, interligá-los e percebê-los no amplo quadro da administração do Império português.

Como bem observou José Subtil:

⁴ Em tempo. Acaba de ser publicado o primeiro produto dessa também ciclópica empreitada. Trata-se do instrumento de busca e acesso aos códices da Coleção Casa dos Contos, que reúne, pela primeira vez, em uma única obra, o rol dos livros manuscritos que compõem o referido fundo naquelas três entidades. Às 5.391 entradas e referências se acrescentam índices onomástico, toponímico e ideográfico. Cf. Boschi, C. C.; Moreno, C.; Figueiredo, L. (2006).

⁵ Consulte-se, a respeito, o estudo elaborado por Judite Cavaleiro Paixão e Maria Alexandra Lourenço intitulado “Contos do Reino e Casa”, apresentado como comunicação ao 10º Congresso Brasileiro de Arquivística (São Paulo, nov./dez. 1994) e publicado na *Revista do Tribunal de Contas*, de Portugal, nos números 21/22 (jan./dez. 1994) e 23 (jan./set. 1995).

⁶ Para detalhes a respeito desses fundos, consulte-se Portugal, v. 2, p. 142-164 e p. 179-186.

Tem sido regra os historiadores servirem-se, exclusivamente, da informação contida nos conteúdos dos documentos de arquivo para tecerem os seus discursos historiográficos desprezando, quase em absoluto, a estrutura e a tramitação burocrática onde se inserem esses mesmos documentos. O déficit heurístico e hermenêutico dessa atitude reside no fato de os documentos de arquivo não serem, apenas, peças isoladas que valham por si mesmas, mas elementos de um todo orgânico. (SUBTIL, 1996, p. 105)

Em síntese, torna-se fundamental que, a partir de agora, para usufruirmos da documentação que nos é facultada pelo Projeto Resgate, possamos e passemos a conhecer tanto a história das instituições depositárias daquelas fontes, como, e principalmente, a das instituições (e/ou das individualidades) produtoras/destinatárias das fontes. Quanto menos não seja, a fim de que tenhamos facilidade na recuperação da informação desejada.⁷

Por ignorarmos, em grande parte, a estrutura e o funcionamento dos órgãos administrativos coloniais, é fragmentada e parcial a percepção que possuímos tanto da gênese como da tramitação dos documentos neles e entre eles produzidos. Problema que se acentua diante da reconhecida complexidade e das idiossincrasias do aparelho de Estado português da época moderna. Logo, torna-se primordial a superação desses obstáculos ou, pelo menos, que nos esforcemos para atingi-la, dado que a arquivística bem nos ensina que conhecer a gênese do documento é tarefa essencial e pré-requisito para o trabalho eficaz na área. Principalmente porque, no hodierno mundo hegemônico da informática,

nenhum documento será tratado como isolado, pontual, circunstancial, mas sim ligado a uma enorme cadeia de informações organicamente estruturadas e advindas das competências das entidades no funcionamento das quais aquele documento foi gerado/recebido/acumulado. (BELLOTTO, 2002, p. 35)

É imperioso, portanto, saber como ocorrem a produção e o fluxo dos documentos, isto é:

definir o sistema de arquivo que as organizações usaram na prática burocrática corrente para cumprirem as suas funções. Só depois de obter o reconhecimento desse sistema (umas vezes com mais detalhe, outras com menos) poderá contextualizar a inserção documental e ler os conteúdos dos documentos no interior da unidade mínima de significação (a série) e na unidade máxima de significação (o núcleo) a que os mesmos pertencem. (SUBTIL, 1996, p. 106-107)⁸

⁷ Sobre a interligação entre as funções administrativas, a produção de séries documentais e os respectivos sistemas de recuperação de informação, cf. Subtil (1996, p. 118-120 e p. 129-133). A insistir que, de acordo com Lodolini, citado por Subtil (1996), o ideal é sempre que o historiador possua, “como requisito prévio, conhecimento das estruturas orgânicas e funcionais antes de se tomar contato com a documentação” (p. 115).

⁸ Para tais análises, Subtil baseia-se nos fecundos contributos do já aludido especialista Elio Lodolini.

Por conseguinte, dedicarmo-nos a reconstituir a organicidade da documentação disponibilizada pelo Resgate, iniciando a tarefa, ainda uma vez, pelo acervo do AHU, apresenta-se-nos como trabalho prospectivo mais urgente. Evidentemente, essa atividade não deverá ficar restrita ao universo informativo e cognitivo dos referidos fundos e séries documentais; desenvolver-se-ia com o respaldo à consulta da legislação de época e de bibliografias especializadas e específicas. O que importa é recuperar a informação através da detecção das relações de organicidade e, assim, aproximarmo-nos, ao máximo, do conhecimento das competências, funções, ações e atuações dos órgãos administrativos do período considerado.

Como produto lateral e igualmente significativo, estaremos conseguindo delinear com maior exatidão os organogramas daquelas estruturas administrativas e as interdependências existentes entre elas, condição precípua para a produção historiográfica de mais apurada qualidade.⁹

Isso posto, e se optasse por tratar ou identificar perspectivas propriamente ditas, dificilmente evitaria evocar o lugar-comum de afirmar que os resultados do Projeto Resgate oferecem-nos ilimitadas possibilidades. Difícil sequer inventariá-las; vou aqui considerar, então, algumas poucas.

A tentação imediata é a de se listarem temas, objetos, problemáticas e áreas de pesquisa que se nos descortinam diante da facilitação de acesso proporcionada pelo Resgate. No entanto, penso que, em paralelo ou, quem sabe, prioritariamente, devemos direcionar nossos esforços para outros campos. Até porque as potencialidades de exploração das fontes em causa têm sido apontadas e anunciadas, inclusive com promissoras hipóteses de realização de pesquisas congregando historiadores brasileiros e portugueses, como o fez António Hespanha (2001, p. 119-120), através de fecundas sugestões, em sim-
pósio realizado na Universidade de São Paulo, no mês de setembro de 2000.

Já existem, portanto, incitamentos delineados, com base em balanços historiográficos nos quais, detectadas as lacunas e apuradas as potencialidades, as diretrizes parecem estar configuradas. Pelo menos como identificação do estado da arte e como ponto de partida para tal empreendimento. É o que se lê, por exemplo, na sintomaticamente intitulada *Agenda para o milênio*, obra-projeto que, concebida e lançada por Jobson Arruda e Adão da Fonseca, reuniu numerosos historiadores do Brasil e de Portugal. Motivava os dois mentores da proposta, mirando-se no Projeto Resgate,

⁹ Sobre a questão dos instrumentos de busca e, em particular, das relações de organicidade na documentação do nosso passado colonial, recorra-se a Neves, 1997. Para a mesma questão, quanto aos seus aspectos teóricos e às repercussões epistemológicas no trabalho historiográfico do princípio da proveniência orgânica da documentação, recorra-se a Subtil, 1996, p. 111-115.

a possibilidade de [se] realizar uma reflexão verticalizada sobre o estado atual da produção historiográfica, com vistas à definição de uma vigorosa ação conjunta, no sentido de estreitar os laços entre pesquisas, pesquisadores e instituições, que dessem maior racionalidade e qualidade aos trabalhos conjuntos realizados. (ARRUDA; FONSECA, 2001, p. 13)

Perdoe-se a insistência, mas novamente chamaria a atenção para o fato de que tão sedutores propósitos poderão se frustrar, ser adiados ou se desenvolver com dificuldades, diante da inexistência ou do aprimoramento de certos pré-requisitos à implementação das pesquisas. Ocorre que, sabidamente, não dispomos de instrumentos de busca essenciais para o melhor e mais seguro aproveitamento da documentação disponibilizada pelo Resgate.

Faz-nos falta compilação mais abrangente e classificada da legislação relativa à administração colonial, também esta bastante dispersa pelos meandros e ínvios caminhos dos arquivos. Se coletâneas como as de António Delgado da Silva e de José Justiniano de Andrade e Silva, dentre outras, são de uso corrente, é de se almejar que, o quanto antes, as coleções de legislação reunidas por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, custodiadas na Academia das Ciências de Lisboa, e a igualmente volumosa coleção (identicamente impressa e manuscrita) que se encontra no Museu Paulista, em São Paulo, possam somar-se e iluminar os textos normativos constantes do universo documental do AHU.

Carecemos de organogramas institucionais, de biografias e prosopografias dos administradores metropolitanos e coloniais e de estudos sobre a estrutura e o funcionamento dos órgãos da administração colonial, dentre outros facilitadores dos trabalhos investigativos.

Não seria o caso, então, de priorizarmos a ampliação e o adensamento, com a participação de estudiosos brasileiros, das abrangentes e verticais pesquisas prosopográficas que, há anos, vêm sendo desenvolvidas em Portugal, através, por exemplo, e não apenas, do Projeto Optima Pars/Praxis XXI?

Não seria o caso de, prioritariamente, darmos prosseguimento e oferecermos mais consistência ao formidável trabalho coordenado por Graça Salgado, de que se originou o tão útil *Fiscais e meirinhos*?

Se, por essa obra e por outros meios, conhecemos as funções e as responsabilidades dos cargos, não seria o caso agora, antes de mais nada, de passarmos a nos dedicar a esclarecer e a compreender a dinâmica interna dos órgãos administrativos coloniais e a sua relação com as instituições e as autoridades metropolitanas? Lembremo-nos de que um órgão central como o Conselho Ultramarino ainda hoje não dispõe de estudos analíticos compatíveis com a sua importância e com a sua condição decisória no que concerne à política do Ultramar português.

Não seria o caso de promovermos estudos à semelhança daqueles que Antônio Hespanha inaugurou e/ou capitaneou e nos moldes do que José Subtil minuciosamente realizou sobre o Desembargo do Paço? Pois, como recomenda esse autor, se os arquivistas não realizaram essas tarefas,

o historiador terá de as assumir. Não poderá refugiar-se no mau ou incompleto trabalho do arquivista, na medida em que do controle sobre a documentação que investiga resultará o controle epistemológico das informações com as quais será produzido e sustentado o seu próprio discurso historiográfico. Estamos, portanto, a lidar não com uma questão acessória da investigação no domínio da história institucional e administrativa mas, ao invés, com uma questão nuclear e estruturante. (SUBTIL, 1996, p. 108)

Não seria o caso de homogeneizar os instrumentos de busca de fundos afins que se encontram dispersos, iniciando essa tarefa pelos próprios produtos do Projeto Resgate, visto que, ademais da documentação faltante de catálogos, há instrumentos já publicados que não contêm nenhum tipo de indexação ou que não possuem nem utilizaram um *thesaurus* que padronizasse minimamente o vocabulário dos índices?

Não seria o caso de, através de uma mais nítida percepção da rotina administrativa da Colônia, cuidarmos de captar tanto as singularidades e as especificidades das diretrizes metropolitanas relativamente à governação colonial, em seus diferentes momentos, em suas distintas motivações, em seus tão diversos espaços geográficos, culturais e civilizacionais, como também as respostas e reações coloniais a essas diretrizes?

Afastando-me, de certa maneira, do cerne da temática proposta, reitero que a convergência das discussões para as formas de exploração dos produtos do Resgate e das próximas etapas das atividades desse projeto instiga-nos a refletir sobre questões a ele correlatas. Seria acaciano, se já não fora insensata platitude, relevar as ilimitadas alternativas e os impactos advindos do uso das tecnologias eletrônicas da informação na pesquisa científica e na investigação histórica em particular.

O Projeto Resgate é bom exemplo da veracidade dessa assertiva, quando nada por fundir interesses da História com os da Arquivística. Porém, empolgados com resultados tão espetaculares e com tamanhas racionalização e economia de toda natureza, podemos ficar anestesiados em relação à permanente necessidade de se pensar historicamente. Assim, no limite, sujeitamo-nos a resvalar para a fetichização ou para a mistificação do documento e do dado-informação, ideologizá-los, enfim, como se eles, em vez de simples meios de acesso, oferecessem sinonímia perfeita para o fazer História. Cabe, pois, mais uma vez, lembrar o pouco que temos nos dedicado a refletir sobre as de-

corrências epistemológicas, sem mencionar as repercussões metodológicas, do tratamento eletrônico da informação para e no conhecimento histórico.

Como há tempos realçou Luciano Figueiredo (1997),

participamos, ainda que passivos, da constituição de novos sistemas de representação e de conhecimento. ‘Memória’ tornou-se disponibilidade de informações. Mas seu impacto vai muito mais longe do que isso e exigirá logo logo discussões de maior fôlego ligadas não apenas às metodologias (...), mas sobretudo à epistemologia da ciência histórica. (p. 438-439)

Em suma, a organização dos fundos ou séries arquivísticas referentes ao Brasil e a facilitação do acesso à documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e de outros que desejosamente não de ser trabalhados sob os auspícios do Projeto Resgate poderão corrigir desacertos, suprimir equívocos, superar lacunas, além de alterar e ampliar a compreensão que se tem da História do período colonial brasileiro. É certo que tais empreendimentos proporcionarão o advento de novas interrogações e problematizações originais. Contudo, não nos iludamos: a documentação que o Resgate nos propicia acessar não é nenhum *deus ex machina* ou “abra-te Sésamo” para a historiografia sobre a América Portuguesa.

As fontes, nunca é demasiado recordar, não são elas próprias a História. Aliás, sabemos todos que começamos a construir a História, a fazer História à medida que nos libertamos dos encantos e dos fascínios em que os documentos nos envolvem.

ABSTRACT

Projeto Resgate is an extensive enterprise aiming at providing for researchers easy and fast access to the documentation concerning with the History of Brazil deposited in archives and libraries from other countries. The main purpose of this speech is to present its antecedents and some of its strength lines, as well as to point out gaps in the development of the activities and in the results of the project. It deals with announcing the execution of analogous initiatives which configures themselves, among others, in Projeto Reencontro and in Projeto Coleção Casa dos Contos. Moreover, it calls the attention to the necessity to promote, in the scope of the Modern History of Portugal, a more intensive and productive dialogue between historians and archivists, aiming at elaborating together research instruments to retrieval information as well as to overcome necessities related to the organic character of documents and documental funds.

Key words: Colonial Brazil; Colonial administration; Technique of filing; Documental funds; Retrieval information.

Referências

- ARRUDA, J. J.; FONSECA, L. A. da (Org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp; Portugal, PT: ICCTI, 2001.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BOSCHI, Caio C. Antecedentes do Projeto Resgate. In: ARQUIVO NACIONAL. *Revisitando a História colonial brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- BOSCHI, Caio C.; MORENO, C.; FIGUEIREDO, L. (Coord.). *Inventário da Coleção Casa dos Contos; livros, 1700-1891*. Belo Horizonte: PUC Minas, Fapemig, 2006. 564p.
- FIGUEIREDO, Luciano R. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- HESPAÑA, António Manuel. História político-institucional e jurídica. In: ARRUDA, J. J.; FONSECA, L. A. da (Org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp; Portugal, PT: ICCTI, 2001.
- MARTINHEIRA, José Sintra. *Catálogo dos códices do fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- NEVES, Marta Eloísa Melgaço. *Em busca da organicidade: um estudo do Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Escola de Biblioteconomia, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. *Guia de fontes portuguesas para a História da América Latina*: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Elab. Isabel Castro Pina, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos e Paulo Leme. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Oriente; Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.
- REIS, Gilson S. M. (Coord). *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Secretaria do Conselho Ultramarino (1642-1833)*. Rio de Janeiro: Nórdica; Real Gabinete Português de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- SUBTIL, José Manuel L. L. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.





Artigo



Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII)*

Maria Marta Lobo de Araújo**

RESUMO

Quando os homens chegavam ao ocaso da vida e sentiam a morte aproximar-se, faziam os seus testamentos, determinando as suas últimas vontades. Eram momentos de balanço das suas vidas, ocasião para falar abertamente do medo da morte, mas simultaneamente manter viva a esperança de salvar a sua alma. Muitos dos portugueses que emigraram para o Brasil no século XVIII, sobretudo os solteiros, tornaram a sua alma herdeira universal, deixando-lhe a fortuna que tinham feito na América portuguesa, enquanto outros a repartiram entre esta e os familiares, numa relação desigual que privilegiava a alma.

Palavras-chave: Brasileiro; Testamento; Alma; Purgatório; Caridade.

Quando a morte se aproximava, os homens reflectiam sobre as suas vidas, efectuavam um balanço da sua passagem terrena, perspectivavam de forma mais real este momento e apostavam na salvação da alma, investindo na possibilidade de sair do Purgatório e alcançar a felicidade eterna.

Neste trabalho estudam-se as preocupações com a salvação da alma e analisa-se a forma como os bens materiais foram utilizados para a alcançar. Consideram-se os portugueses que, depois de longos anos emigrados, regressaram à pátria e aqui obtiveram a última morada ou os que morreram no Brasil. Com base nos testamentos que redigiram, procura-se analisar e compreender as suas atitudes perante a morte.

* Agradeço à Dra. Olinda Pereira, directora do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, a amabilidade com que sempre me recebeu e a ajuda prestada na pesquisa documental para este trabalho.

** Docente do Departamento de História da Universidade do Minho, Braga. Neste artigo foi mantida, na íntegra, a grafia do idioma português característico de Portugal.

O estudo dos testamentos dos *brasileiros*¹ (TRINDADE, 1996, p. 114-115), em consonância com o que se passava com os dos restantes homens, demonstra a preocupação de alcançar o Paraíso através da remissão dos pecados, servindo-se de intercessores junto de Deus para mais facilmente conseguir esse objectivo.

Os *brasileiros* que regressaram optaram maioritariamente por retornar às suas terras de origem, mas houve também quem decidisse ficar na capital para melhor acompanhar os negócios que mantinha com a colónia.

A vida mais cosmopolita que Lisboa oferecia, não os fez, contudo, esquecer a sua proveniência. Na sua região de origem, onde permaneciam os seus familiares e amigos, compravam quintas e mandavam construir casas, mantendo laços estreitos com a província. Por essa razão, muitos legados eram mandados cumprir na sua terra natal.

A percentagem dos que retornaram ricos não era muito elevada quando comparada com a modesta situação vivida pela maioria. Contudo, deu vigor à ideia de grandeza, poder e riqueza que alguns ostentavam, alimentando o imaginário sobre um Brasil que potenciava bem-estar a todos os que lá chegavam.

Os emigrantes portugueses na colónia tinham por finalidade melhorar as suas vidas e mais tarde regressar ao reino. Muitos nunca conseguiram concretizar este sonho, mas outros fizeram a *torna-viagem*, passados muitos anos.

Era prática corrente a redacção dos testamentos ser efectuada pouco tempo antes da morte, para se determinar as últimas vontades, respeitantes ao funeral, aos legados pios e à herança. Tratava-se de um momento importante, que servia para fazer um balanço da vida e regular o *post mortem*. Aqui se expressavam todos os desejos, se evidenciavam sentimentos, se subentendiam amarguras, se acertavam contas e se deixavam transparecer arrependimentos. Neles se confessava o receio do momento da passagem, referindo-se que temiam a morte, porque sabiam do julgamento que ocorreria perante Deus (DURÃES, 2000, p. 62). Houve mesmo quem requeresse um sacerdote para o confortar espiritualmente no difícil momento de deixar a vida terrena. A morte acompanhada apresentava-se menos penosa e de mais fácil aceitação. As palavras do religioso que aconselhavam arrependimento e humildade e as orações feitas asseguravam uma boa morte (ARIÈS, 1983, p. 17) e suavizavam este difícil momento.

¹ *Brasileiros* eram os emigrantes portugueses que regressaram depois de muitos anos passados no Brasil. Embora nem todos obtivessem o mesmo nível de riqueza e muitos nunca a tivessem conseguido, os que regressavam ricos expressavam a sua condição de vida através de sinais exteriores que denunciavam a sua fortuna.

Na preparação que se fazia da morte incluía-se a redacção do testamento. Tratava-se de um momento importante, que ajudava a bem morrer, constituindo ocasião para saldar “dívidas materiais e espirituais, passadas e presentes” (RODRIGUES, 1991, p. 316).

Para além da importância dos testamentos, tendo em vista o estudo das mentalidades, estes documentos constituem igualmente uma fonte privilegiada para o estudo da história económica e social.

A corrente migratória para o Brasil começou logo no século XVI, tornando-se mais forte no período seguinte. Porém, foi nos séculos XVIII, XIX e XX que se registraram os maiores fluxos de gente para a colónia.

O maior contingente de migrantes partiu do Noroeste de Portugal, da região do Minho, procurando sair de uma situação que lhes era muito desfavorável. Foram ainda empurrados pela pressão demográfica (SERRÃO, 1982, p. 107). O forte crescimento demográfico e a possibilidade de beneficiar um herdeiro em desfavor de outros fizeram com que muitos homens e as próprias famílias perspectivassem o Brasil como ancoradouro dos que não participavam na sucessão. O ingresso na carreira eclesiástica, a saída temporária para Castela, Lisboa ou Alentejo constituíram outros mecanismos utilizados pelos “excluídos da herança” (SÁ, 2000, p. 119).

Os que partiam tomavam o vapor em Viana da Foz do Lima e na barra do Douro, principais locais de saída de um volume grande de homens (ALVES, 1994, p. 51).

A miragem do Brasil atingiu tão profundamente os homens que alguns disponibilizaram legados para facilitar a viagem de familiares para a colónia. Os custos da viagem eram elevados e nem sempre acessíveis aos que sonhavam com a América portuguesa. Por isso, os legados facilitavam e incentivavam a partida. Matias Gonçalves Lima, de Ponte de Lima, deixou no seu testamento, lavrado em 1740, 80 mil réis a cada um dos dois seus sobrinhos, facilitando-lhes o embarque “para os estados do Brazil”. Como “estam em idade competente por se achar hum com 16 e outro com 18 e háveis para poderem fazer a dita viagem o querem fazer no presente anno [1756] na frota que está para partir para o Rio de Janeiro”, os referidos rapazes solicitaram o montante à Misericórdia da referida vila, a quem competia gerir o dinheiro.²

Algumas famílias consideraram o pagamento das despesas feitas com o embarque do filho parte da herança que um dia receberia e na altura de dividir os bens efectuaram a devida correcção. Ana Pereira Serra declarou, no testamento que efectuou em 1770, ter gasto com o seu filho “Pedro abzente

² Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (doravante ASCMPL), *Livro dos legados de Matias Gonçalves*, n. 81, fl. 14v.

nas partes do Brasil cento e dez mil reis cuja quantia deve trazer por minha morte a colação e ser lhe emputada em sua legítima”.³ O pagamento da viagem funcionou como um adiantamento da herança que no momento das partilhas devia ser ajustado à divisão dos bens.

A emigração era constituída basicamente por homens que partiam na juventude (RODRIGUES, 1995, p. 59-60). Adolescentes e jovens iam reunir-se a parentes ou amigos, contando com redes de solidariedades importantes, pelo menos durante os primeiros tempos (BAGANHA, 2001, p. 452).

A derrama foi tão grande que muitas famílias viram partir todos os seus filhos homens. Quando Isabel de Castro, do concelho da Póvoa de Lanhoso, fez o seu testamento em 1769, referiu a morte do seu irmão Pedro de Castro, no Brasil, e um legado que este lhe deixara. Mencionou também que aguardava outras heranças “por parte de mais irmaons que ainda tenho nos mesmos estados do Brasil”, dizia a testadora.⁴ A estratégia da sua família foi a de embarcar os filhos e viabilizar a vida das filhas através do casamento ou da dádiva da quota disponível a uma delas, normalmente, à que se responsabilizava pela casa e pela velhice dos pais.

A herança da colónia era muito desejada por quem ficava agarrado à ideia de um Brasil promissor e rico que transferia riqueza para a metrópole. Contudo, nem sempre a América portuguesa foi o “paraíso” que se esperava. Muitos emigrantes deixaram de estabelecer laços com a família ou simplesmente não conseguiram vencer e não desejaram dar a conhecer as dificuldades que experimentavam. Outros não dominavam a escrita e à medida que os anos passaram afastaram-se cada vez mais dos familiares que permaneciam do outro lado do Atlântico. Mesmo assim, deste lado, mantinha-se viva a esperança de que a herança haveria de chegar.

Uma das actividades a que estes portugueses se entregaram foi a da lucrativa produção da cana. A produção açucareira do Brasil terá começado a florescer na segunda metade do século XVI e intensificou-se no período seguinte, graças às boas condições que reunia o Nordeste. “O Recôncavo da Bahia e a várzea de Pernambuco tinham não só os solos apropriados como grandes áreas de massapé, mas também, as vantagens dos rios [...] que forneciam a água e a energia para as fábricas, proporcionando um transporte fácil até ao porto” (SCHWARTZ, 1998, p. 225-226). Ao Nordeste juntaram-se outras regiões. Em finais do século XVII, o Rio de Janeiro contava com 600 engenhos de grande porte, participando também na exportação deste produto (FRAGOSO, 2001, p. 31).

³ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Livro de testamentos de Barcelos 1755-1788*, n. 201, fl. 103.

⁴ ADB, *Livro de testamentos de Thaíde 1757-1807*, n. 270, fls. 35v.-36.

Os lucros auferidos no comércio foram em muitos casos aplicados na compra de engenhos, servindo a actividade comercial como trampolim para outra função mais rentável (BACELLAR, 1997, p. 110).

Durante o século XVIII, os emigrantes portugueses que se encontravam no Rio de Janeiro desempenharam um papel de relevo nas diferentes actividades comerciais, destacando-se como pequenos retalhistas ou negociantes de grosso trato (CAVALCANTI, 2004, p. 75-76).

Associada à produção açucareira estava a criação de gado em propriedades de grande dimensão. O esforço financeiro para entrar nestas actividades era enorme e obrigou muitos donos de engenhos a recorrerem ao crédito.

Este comércio dominou o mercado europeu até meados de seiscentos, período a partir do qual os problemas internos com a ocupação e a expulsão dos holandeses terão prejudicado esta economia (PUNTONI, 2004, p. 283-284).

Era uma actividade muito lucrativa que envolvia um volume grande de mão-de-obra, constituído à base de escravos africanos e de afro-brasileiros. Rapidamente, suscitou interesse aos portugueses, que começaram a procurar as terras de Vera Cruz, tornando-se senhores de engenhos e envolvendo-se noutras actividades igualmente rentáveis. Poder económico que correspondia à representatividade social, abrindo as portas do poder local a muitos destes homens, que ascenderam a lugares nas Câmaras, nas Misericórdias e nas Ordens Terceiras (SCHWARTZ, 1998, p. 226).

Outros, para além da dedicação à lavoura, procuraram diversas ocupações igualmente lucrativas. José Calheiros Rego e Bento da Costa Tição partiram de Ponte de Lima muito jovens para a Bahia em meados do século XVII. Foram comerciantes de armas, tabaco, açúcar e panos e permaneceram longas décadas na América portuguesa. Regressaram à vila de onde eram naturais em finais deste século e daqui continuaram a manter relações com o Brasil, para onde enviavam panos e armas e recebiam pagamentos e rendimentos em açúcar. José Calheiros Rego mantinha ainda uma exploração agrícola no Brasil, gerida por um irmão. Morreram solteiros, tendo deixado toda a sua fortuna à Misericórdia da vila (ABREU, 1990, p. 50-51; PEREIRA, 2003, p. 98; COSTA, 1999, p. 79-84), procurando com este gesto apagar todos os seus pecados e alcançar o Paraíso (ARAÚJO, no prelo). Esta estratégia de promoção social foi igualmente seguida por muitos emigrantes regressados à metrópole nos séculos seguintes.

Eram gestos de grande magnanimidade para com os pobres e muito valorizados em termos religiosos e sociais. O desprendimento que apresentavam na hora da morte era a continuação de muitos actos que tinham praticado em vida e que objectivavam reforçar o seu prestígio em termos locais. Alguns *brasileiros* não só regressavam bem de vida, como ostentavam a sua riqueza

(BRETTELL, 1991, p. 98). Faziam-no através de dádivas para obras de caridade e para fins religiosos e de outros sinais exteriores do sucesso obtido: casa, terras, jóias, móveis e roupa (SANTOS, 2000, p. 19).

A situação familiar destes emigrantes foi distinta. Enquanto os que permaneceram constituíram família na colónia, muitos dos regressados morreram solteiros. Viviam nas quintas que compraram, rodeados de criados ou escravos, ou em casa de familiares, normalmente de irmãs casadas.

Uns e outros estavam bem de vida, percebendo-se, contudo, através dos testamentos estudados, que alguns dos retornados evidenciavam maior riqueza, mas todos ordenavam a transferência de bens entre o Brasil e a metrópole.

O interesse pela actividade açucareira era grande, por se tratar de um sector lucrativo e não estar sujeito a nenhum regime de monopólio. Abriu-se a todos os interessados, desde que fossem portadores de licenças e pagassem os respectivos impostos (SCHWARTZ, 1998, p. 230). O tabaco cultivado em vários locais do Nordeste e Maranhão juntou-se ao açúcar, dando lugar a uma economia pujante e em crescimento.

Os que partiram pertenciam a estratos baixos da sociedade, mas não eram pobres de pedir. Pertenciam a famílias pobres, mas que tinham em muitos casos facultado alguma instrução aos seus filhos. Alguns emigrantes tiveram que se endividar para comprar a viagem ou já tinham contraído dívidas anteriormente. O caso de Luís da Cunha é bem elucidativo das dificuldades desta gente que saiu de Portugal para melhorar a sua vida. Este homem era de Monção e morreu no Brasil em 1767. No seu testamento assumiu uma dívida à Misericórdia da vila e, por isso, mandou entregar-lhe a “fazenda da Fraga”, para esta se pagar de 100 mil réis que lhe tinha solicitado. Estabeleceu também que, do remanescente, a Misericórdia mandasse celebrar 700 missas pela sua alma e comprasse “hornatos [para os] altares colaterais” da sua igreja.⁵ Também o padre Manuel Nogueira teve que contrair um empréstimo ao seu cunhado António Pinto da Rocha para adquirir “pano e mais trastes para hum vestido que fez coando se embarcou para o Brazil”.⁶

A partir de finais do século XVII e com a descoberta das jazidas de ouro, a saída de nacionais para as “partes do Brasil” transformou-se num fenómeno de grandes proporções. De tal forma se fazia sentir a fuga para esta colónia que D. João V se viu obrigado a legislar para controlar esta emigração.

⁵ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Monção (doravante ASCMM), *Livro que ha de servir para os Acordãos e Enlleioens desta Santa Caza 1710-1774*, n. 11, fl. 209.

⁶ Foi António Pinto Rocha que, no seu testamento lavrado em 1741, declarou a dívida de “onze mil e tantos réis” que o referido padre lhe contraiu para os efeitos acima declarados. ADVIC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fl. 76v.

Embora continuassem a demandar o Nordeste, os emigrantes portugueses direccionaram-se para vários locais. Os mais procurados neste período foram Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, primeiros locais de descoberta do ouro (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 167-177).

Contudo, rapidamente se envolveram na economia brasileira e se interessaram por outras ocupações. O sector comercial constituiu um importante ancoradouro para os portugueses. Uma parte entregou-se ao grande comércio, freqüentemente com Portugal ou com outras nações europeias, enquanto outros se ocuparam no comércio local, de pequeno porte, ou conservavam a profissão que tinham em Portugal. João Álvares Pinto era pescador em Caminha. No Brasil manteve a mesma ocupação, dedicando-se à pesca do atum. Possuía uma pequena sociedade de pesca com um cunhado e, para além de dois escravos, eram donos de uma canoa, de um calão⁷ já usado e de um “sa-veiro” velho. Os poucos bens arrolados e uma dívida que tinha com a Misericórdia de Caminha testemunham o fraco êxito alcançado.⁸

Nos testamentos que redigiam, os homens arrumavam as suas vidas e preveniam de forma mais segura a passagem para o Além. Preparava-se a morte com este ritual de separação e, como refere João José Reis, “quem morria cuidava tanto de preparar sua morte, quanto em deixar arrumada, no que dele dependesse, a vida dos que lhe eram mais próximos” (REIS, 2004, p. 91-93).

Apesar das boas intenções, a divisão da herança, mesmo que se tivesse feito testamento, podia ser objecto e motivo de discórdias familiares. Mariana Francisca, senhora casada do concelho da Póvoa de Lanhoso, recebeu uma herança de 300 mil réis que lhe deixou Domingos Francisco, seu irmão, falecido no Brasil. Mantinha uma relação conflituosa com o marido e, sem confiar nele, guardou os 300 mil réis “debaixo do travesseiro”. Um dia, “estando eu muito doente e dormindo mos tirou sem eu saber, e os levou para a sua terra”, relatou, em 1770, no seu testamento a dita senhora. O dinheiro foi encaminhado pelo seu marido para pagar uma dívida da casa de seus pais, mas Mariana Francisca considerou-se defraudada, por na ocasião estar separada do seu marido e a viver em casa de uma prima, a quem desejava deixar o referido montante e “todo o mais dinheiro que me pertencer e dos Brazis vier”. A testadora aguardava a chegada de mais legados do irmão defunto e de um outro chamado José, “que tambem andava no Brazil a muitos annos e se não sabe delle”.⁹

⁷ Barco empregue na pesca do atum.

⁸ ADVC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 66v.-67.

⁹ ADB, *Livro de testamentos de Thaíde 1758-1807*, n. 270, fl. 40.

Com a redacção do testamento deixava-se uma marca forte da sua vida terrena, gerindo de algum modo a vida dos familiares que ficavam, mas muito particularmente estabelecia-se um momento de balanço.

No leito das suas camas, todos declaravam vontade de redigir os seus testamentos, rematando uma vida e preparando uma outra. “Temendo a morte e da estreita conta que de tudo se lhe havia de tomar, queria fazer seu testamento e por sua alma em estado de salvação”, confessava um *brasileiro* de Caminha.¹⁰ Era o momento de efectuar uma retrospectiva, de declarar arrependimento, de procurar remir os pecados e de tratar da salvação da alma (REIS, 2004, p. 95).

Apesar de receosos, os moribundos mantinham acesa a chama da esperança na salvação e investiam o máximo que podiam nesta aposta.

A crença na existência do Purgatório e a certeza de que um dia todos morreriam, uniam vivos e defuntos em torno da salvação. O Purgatório era entendido como um local de expiação de pecados, onde as almas penavam em sofrimento, mas de onde se podia alcançar a remissão dos pecados (VOVELLE, 1999, p. 291-300).¹¹

A igreja católica fazia acreditar que depois de mortos, os homens se sujeitavam a dois julgamentos: um logo após o falecimento e outro no dia do Juízo Final (LE GOFF, 1995, p. 19).

Os maiores medos eram sentidos quando tivessem que enfrentar o “Tribunal Divino”. Os testadores assumiam-se como pecadores, solicitavam o perdão dos muitos erros cometidos e imploravam protecção. Era a ocasião de se mostrarem humildes, arrependidos e até indignos de alguns actos praticados. João Álvares Pereira declarou no seu testamento, feito em 1752, ter sido “indigno Provedor” da confraria dos Mareantes de Viana do Castelo, num acto de autocritica das funções desempenhadas. Atitudes compreensíveis quando se enfrentava o “Deus todo poderoso”, o Deus castigador, mas também misericordioso. Nesta altura, os homens sentiam-se mais desprotegidos e a necessitar de maior amparo. Sentimentos que resultavam do medo de enfrentar os castigos do Além (ARAÚJO, M., 2000b, p. 271-273; DELUMEAU, 1978, p. 45-52).

Apelavam à sua condição de “bons christãos”, afirmavam ter vivido segundo a fé católica e diziam que nela desejavam morrer. Recordavam a condição de mortal de Jesus Cristo e imploravam para que as suas almas fossem acolhidas pela sua glória e ascendessem à morada celestial.

¹⁰ Arquivo Distrital de Viana do Castelo (doravante ADVC), *Livro de testamentos de Caminha*, 3.5.1.3, fl. 86.

¹¹ Esta crença alcançou grande popularidade, fazendo com que todos o temessem, mas também mantivessem viva a esperança de remissão.

Nesta altura, os ricos tornavam-se pobres e solicitavam ajuda a toda a corte celestial.

Apesar das divergências quanto aos intercessores celestiais, os textos evidenciam uma retórica barroca, que variava com o perfil do testador (ARAÚJO, 1997, p. 302).

Aguardando a ressurreição, os mortos recebiam a ajuda dos vivos para obterem a remissão dos seus pecados e a purificação das suas almas (MORAES, 2003, p. 71-73). Só assim podiam entrar no Paraíso. Era necessário ter piedade com as almas que sofriam e a Igreja Católica alimentava esta ideia de forma cuidadosa. Estabelecia-se uma cadeia de solidariedade entre vivos e mortos, tendo os religiosos como intermediários. Numa altura em que a morte se avizinhava, reuniam-se esforços para enfrentar e preparar a vida do Além. Solicitava-se a intercessão de todos, particularizando-se, no entanto, aqueles de quem mais se esperava: Virgem Maria, santos e Anjo da Guarda. Estes eram também os considerados com maior poder de actuação junto do Criador. Havia ainda quem especificasse os santos de sua devoção, de quem aguardavam misericórdia e pedidos de clemência junto de Deus.

João Malheiro Reimão Pereira, fidalgo da Casa Real, título que adquiriu depois de ter regressado rico do Brasil, pediu na hora da sua morte ajuda a todos os santos da corte celestial, particularmente ao “Anjo da minha Goarda, ao Senhor Sam João Baptista, Sam José, Santa Anna, Sam Joachim, meu padre Sam Francisco, Sam Francisco de Paula, onze mil virgens, Sam Benedicto e as Almas que estam no Purgatorio”, para que no momento em que a sua alma saísse do seu corpo fosse acompanhada por preces e levada para o reino de Deus.¹²

Era o maior investimento que tinham feito em toda a sua vida. Tudo para tentar fugir ao Inferno e ganhar o Purgatório, lugar transitório e de onde se podia sair para o Paraíso (ABREU, 1999, p. 94-133).

A insegurança e o medo do Além expressavam-se na obtenção dos melhores e maiores esforços junto de Deus. Como a incerteza era grande, a aposta subia ao ponto mais alto, com a “contratação do melhor advogado”. O objetivo era curar a alma e alcançar a felicidade eterna. Desejava-se então formar uma cadeia de vontades que funcionasse em uníssonos e a sufragasse. Os seus elos fortaleciam-se com preces, num coro que se desejava alargado e que resultava em proveitos para mortos e vivos.

Uma das preocupações de todos os homens e também dos *brasileiros* expressava-se através da forma como perspectivavam o seu enterro. Estes ho-

¹² O testamento foi escrito em 1764. ADV, *Livro de testamentos de Viana do Castelo 1737-1761*, 30. 20. 5. 25, fl. 143.

mens desejavam cerimónias pomposas, dignas do seu estatuto social e que se preservassem na memória dos conterrâneos. Requisitavam muitos sacerdotes (várias dezenas) para os acompanharem até à última morada, as confrarias da terra (de quem eram irmão ou não), as Ordens Terceiras e as Misericórdias locais e definiam o número de pobres que integravam o cortejo, efectuando um saíamento imponente e aparatoso, materializando a encenação colectiva da morte.

Tratando-se de um acto público, o cortejo fúnebre era preparado com minúcia. João Malheiro Reimão Pereira manifestou a vontade de ter presentes 12 pobres no seu funeral, que desfilariam com uma vela de cera amarela e manter-se-iam no local até que o corpo descesse à terra. Exigiu ainda a presença de mais “hum pobre velho, huma pobre moça hum minino e outra pobre velha que se dara tambem a cada hum a sua bella de sera amarela”.¹³ A cada pobre seria dada uma esmola de seis vintens.

A alternância de velhos com jovens consignava singularidade ao cortejo, mas demonstrava caridade para com todos.

Os pobres, por estarem mais próximos de Deus, serviram também como meio de salvação e, por isso, tornaram-se igualmente herdeiros. Procurava-se que todos os intercessores agissem de forma concertada e resgatassem as almas do sofrimento em que se encontravam.

A presença dos pobres era vulgar em muitos destes enterros e fazia-se com uma intenção clara: a de dar visibilidade ao funeral, mas também a de chamar os desprotegidos da sorte a interceder junto de Deus pela alma do defunto. A condição de pobres tornava-os mais próximos e estimados por Deus e, por isso, aguardava-se que as suas preces fossem atendidas e revertessem em favor da alma do que partia (MARQUES, 2000, p. 589). Socialmente sem poder e sofrendo de muitas privações, os pobres eram vistos como interlocutores privilegiados junto do Criador, sendo considerados úteis aos olhos dos ricos. Tinham ainda como hábito participar nestes actos rezando pela alma do defunto, de quem muitas vezes se tornavam também herdeiros (ARAÚJO, 2003, p. 57-88).

Como era um serviço pago, o volume de pobres que se requisitava para o funeral variava com a capacidade financeira do que falecia. Porém, muitas vezes ele era superior ao dos clérigos presentes, demonstrando claramente a aposta feita nos mais acarinhados por Deus.

O capitão Domingos Fernandes de Lima fez testamento em 1702, quando se encontrava no Brasil. Como não estava seguro de poder alcançar a remissão dos pecados e salvar a sua alma, devido à vida que tinha levado, pediu a

¹³ ADVOC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo...*, fl. 144v.

intercessão de toda a corte celestial e que o seu cortejo fúnebre fosse acompanhado por 100 pobres. Cada pobre que participasse receberia uma esmola de 80 réis. Mandou ainda um importante legado para a Misericórdia de Ponte de Lima, terra de onde era natural.¹⁴

A modalidade escolhida para beneficiar os pobres diferia. Podia optar-se por distribuir um certo montante de dinheiro pelos presentes ou mandar entregar roupa ou comida. Estas estratégias eram sempre aliciantes para os pobres, que embora não fossem convocados para acompanharem o desfile fúnebre, não deixavam de o fazer.¹⁵

Nos testamentos escolhia-se também o local da igreja onde se desejava ter a última morada e ordenava-se a celebração de sufrágios pelas suas almas: missas, responsos e ofícios. Alguns destes ofícios divinos recaíam nos momentos imediatos após a morte para interceder no primeiro julgamento, enquanto outros obedeciam a um calendário predefinido e distribuía-se pelos meses e anos, “enquanto o mundo for mundo”. A quantidade dos sufrágios era variável, mas as missas requeridas oscilavam entre as centenas e os milhares (cantadas e rezadas) pela alma de cada defunto. Outras destinavam-se a curar as almas de familiares: pais, avós, sogros, tios e primos. Havia ainda quem recordasse as almas que sofriam no Purgatório, mandando-lhes celebrar algumas missas.

Era ainda freqüente deixarem esmolas a confrarias, a santos da sua devoção e houve também quem tornasse os santuários da região seus herdeiros, legando-lhes importantes somas de dinheiro, na expectativa da sua alma ser recordada e sufragada por um maior número de fiéis.¹⁶

Os que morreram no Brasil procuraram que em Portugal se intercedesse junto de Deus em seu favor, ordenando a celebração de ofícios divinos no reino e deixando legados às Misericórdias da terra que os viu partir com o objetivo de obterem a despenalização e o resgate da sua alma. Mas não só às Misericórdias. Outras confrarias, Ordens Terceiras e hospitais atraíram esmolas e doações efectuadas em dinheiro ou bens, constituídos por propriedades rústicas e urbanas. Outra parte do testamento era geralmente cumprida pelas instituições religiosas da colónia (SILVA, 2000, p. 137).

¹⁴ ASCMPL, *Documento* n. 65.

¹⁵ João Fernandes da Cunha, de Caminha, convocou 30 pobres para o seu funeral, mandando distribuir-lhes oito mil réis, para lhes pagar o serviço. ADV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fl. 92.

¹⁶ Custódio Francisco Rodrigues Porto deixou em 1770, 80 mil réis ao Santíssimo Sacramento da freguesia de Fonte Arcada para se fazer a festa das Endoenças em dois anos que não houvesse juiz, 86 mil réis a Nossa Senhora do Pilar, 400 mil réis a Nossa Senhora do Castelo (todos do concelho da Póvoa de Lanhoso) e 86 mil réis a Nossa Senhora da Abadia (concelho de Amares). ADB, *Livro dos testamentos de Thaíde...*, fls. 41v.-43.

Em 1744, a Misericórdia de Monção recebeu um legado de João António, que morreu na Bahia. Enviou 200 mil réis para esta confraria mandar celebrar um ofício com 20 padres, todos os anos por sua alma.¹⁷

A escolha destas confrarias para gerir fortunas não era feita ao acaso. Eram casas de caridade, constituídas pelas elites da terra, onde muitos eram confrades. Estas instituições gozavam de grande prestígio em termos locais. Por isso, foram escolhidas para testamentárias e herdeiras universais. A atribuição de legados a estas instituições tinha por objectivo a salvação da alma do testador, que deixava parte ou toda a sua fortuna para os pobres e perpetuava a sua memória.

Em 1609, apareceu na Misericórdia de Caminha António Gonçalves para entregar 50 mil réis deixados por Bastião Rodrigues, falecido na região de Paraíba. Este dinheiro destinava-se a obras pias e tinha sido mandado entregar pelo testamenteiro do citado defunto.¹⁸

Várias vezes estas confrarias foram eleitas para cumprir derradeiras vontades destes homens. O coronel Manuel Marinho de Castro, que se encontrava no Rio de Janeiro, mas natural de Monção, enviou em 1749 um importante legado para a Misericórdia da vila. No seu testamento manifestou o desejo que sempre teve de “cooperar quanto lhe era possível para o estabelecimento de um collegio” na referida vila.¹⁹ O montante era de 10 mil cruzados, soma muito elevada, para a confraria os entregar aos religiosos do Oratório de Braga, a fim destes instituírem em Monção uma aula de Latim e outra de Filosofia, “para a educação da mocidade”.²⁰

Na eventualidade dos referidos religiosos não aceitarem tal encargo, ordenou que o dinheiro fosse empregue em dotes de casamento para “órfãs pobres de honesto procedimento”, cabendo a cada uma 200 mil réis. Na escolha das raparigas prefeririam as suas familiares mais próximas.²¹

Preocupado com a educação e cultura dos jovens da sua terra natal, Manuel Marinho de Castro reservou uma parte da sua fortuna pessoal para um serviço de grande utilidade pública.

Ainda que distantes, alguns emigrantes demonstravam quanto estavam bem de vida e faziam-se recordados, através destas obras de mérito, na terra que os viu partir em condições muito adversas.

¹⁷ ASCMM, *Livro que ha de servir para os Acordãos...*, n. 11, fls. 98v.-99.

¹⁸ ADVC, *Livro de testamentos de Caminha*, cx 23, não paginado.

¹⁹ ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades pertencentes á Santa Casa da Misericordia de Monção* 1788, fl. 28v.

²⁰ ASCMM, *Livro que ha de servir para os Acordãos...*, n. 11, fls. 122-123; *Tombo dos bens pertencentes...*, fl. 25.

²¹ ASCMM, *Tombo dos bens pertencentes...*, fls. 28v.-29.

Muitos *brasileiros* mostraram-se sensíveis à preservação da honra feminina, instituindo dotes para facilitar o casamento a órfãs pobres, quer fossem suas familiares ou não. No caso de serem parentes, tratava-se de uma forma de herança que obedecia à condição de ser direccionada para o casamento (DELILLE, 1996, p. 67-89; NAZZARI, 2001, p. 45-64), mas em ambos os casos se materializa a preocupação com a conservação da honra e o bom nome das mulheres (PEREIRA, 2003, p. 106).

Dotar órfãs para casar foi uma prática muito freqüente na Idade Moderna e muito valorizada pela igreja católica, na medida em que proporcionava a ocorrência dos nascimentos dentro do casamento, o resguardo da mulher dos “perigos do mundo” e a sua manutenção enquanto pessoa honrada e virtuosa. Considerada frágil, a mulher era tida como incapaz de sozinha se conservar virtuosa. Por isso, na ausência do pai necessitava de um marido para se “abrigar dos perigos do mundo” (ARAÚJO, M., 2000b, p. 11-42).

Os presos, os recolhimentos femininos e os conventos foram igualmente contemplados em alguns testamentos. Piedade para com os mais desamparados, mas também apoio aos que decidiram por uma vida contemplativa ou procuraram preservar as suas virtudes através do recolhimento e da oração.²²

Uma das características que perpassa todos os testamentos estudados prende-se à actividade creditícia. Como dispunham de dinheiro, e numa época em que não existiam bancos em Portugal nem no Brasil, estes homens encontraram no crédito uma forma de rentabilizar os seus capitais. Faziam-no em quantidades avultadas e alguns róis que deixaram do dinheiro que andava a juro demonstram o rigor e o profissionalismo com que actuavam. Evidenciam também possuírem um sentido muito apurado do negócio e um considerável domínio da escrita e do cálculo.

Os acertos de contas com os credores os obrigavam a um escrutínio rigoroso das pessoas, dos montantes e dos prazos, razão que os levava a remeterem os testamenteiros aos seus livros de registo.

Podiam não possuir muitos bens, mas tinham uma vasta rede de devedores (MARQUES, 1998, p. 179),²³ demonstrando que este tinha sido o caminho escolhido para aumentar a sua riqueza.

Muitos dividiam-se entre a actividade comercial e financeira, destacando-se como agentes dinamizadores da economia brasileira (MOREIRA, 1996, p. 16-18).

²² O já citado João Malheiro Reimão Pereira deixou 15 mil réis para os presos da cadeia, 12 mil réis para o Recolhimento de São Tiago e 20 mil réis para o convento de S. Francisco, todos de Viana do Castelo. Beneficiou ainda raparigas pobres com um dote para casamento ou para remediarem as suas vidas. ADVC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo...*, fl. 144.

²³ Gaspar Fernandes Barreiros morreu na Bahia nos finais do século XVII e aplicou parte da sua fortuna pessoal em dinheiro a juro.

João Álvares Lobo, natural de Caminha, mas falecido “nas partes do Brasil”, era casado na metrópole e tinha uma filha já defunta, em 1737, quando escreveu o seu testamento. Dedicou a sua vida ao comércio e toda a sua riqueza se encontrava no negócio, apesar de possuir alguns bens em Portugal.²⁴ Vendia bens que lhe mandavam da metrópole e, conseqüentemente, tinha dívidas para com os seus fornecedores. Declarou que o padre Amaro Fernandes Rego lhe enviara para ele vender no Brasil “doze negallos de linho e duas camizas de pano de linho e duas silouras e dois barretes da cabeça que tudo vendi por quatro mil e quatro centos e oitenta reis”,²⁵ quantia que lhe devia.

Mas se tinha que enviar dinheiro para a metrópole para pagar dívidas, este homem tinha também muito a receber no Brasil. Só Salvador Correia devia-lhe 53.700 réis da “fazenda que me comprou”. Todo o dinheiro que possuía estava nas mãos de outros, porque para além destas dívidas rentabilizava os seus capitais, emprestando-os a juros. Quando lavrou o seu testamento deviam-lhe 1.060.000 réis. Como garantia recebia penhores em ouro: cordões, argolas e botões de punho.²⁶

Os *brasileiros* que tinham sido ou se mantinham comerciantes demonstravam uma grande preocupação com o acerto de contas. Havia sempre dinheiro a receber no Brasil, pagamentos a efectuar em Portugal, contactos a realizar e contas a saldar. As referências fornecidas sobre os negócios possibilitam-nos reconstituir histórias de vidas passadas entre a metrópole e a colónia, depois de regressar do Brasil. João Álvares Pereira, natural de Viana do Castelo, decidiu residir em Lisboa. Quando em 1752 fez o seu testamento, era um grande comerciante. Tinha uma sociedade com os seus irmãos e por essa razão realizou várias viagens ao Rio de Janeiro, ao Pará, ao Maranhão e à Bahia. Transaccionava mercadorias entre Portugal e o Brasil, numa intensa actividade que o enriqueceu e à sua família.²⁷

Por via dos negócios, mantinham contactos regulares com a colónia, de onde chegava dinheiro e para onde se embarcavam produtos. Esta relação manteve-se em muitos casos até à morte, denunciando interesses lucrativos e afectivos, alimentados por relações familiares existentes do outro lado do Atlântico.

A valorização do ouro era comum a todos os minhotos e não apenas aos mais ricos. O uso de peças de ouro era muito popular e, para além de se tornar uma forma de afirmação social, constituía também uma maneira de ente-

²⁴ No Brasil tinha ainda um escravo e um “sabeiro com suas redes”.

²⁵ ADVC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 40-40v.

²⁶ ADVC, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 40-42.

²⁷ ADVC, *Livro de testamentos de Viana do Castelo 1739-1758*, 3.20.5.26, fls. 111v.-114.

souramento. Os *brasileiros* ostentavam o seu poder através de jóias que possuíam e que muitos utilizavam.

João Fernandes da Cunha fez o seu testamento em 1741. Era solteiro e, depois de ter vivido muitos anos na Bahia, regressou à vila de Caminha, de onde tinha partido. Distribuiu uma parte da sua fortuna constituída por ouro, pela família: deu uma “veronica de ouro” à sua prima Joana, umas argolas a sua tia D. Luísa, um fio de corais a sua tia Mariana, um crucifixo a sua irmã Francisca, um coração de filigrana a sua prima Rosa, três pares de “botoens pequeninos de ouro”, a sua espada com punhal de prata e umas fivelas de prata ao seu “mulatinho”, uns brincos de ouro, um par de argolas e três pares de botões de punho e “huns olhos de Santa Luzia” e “humas miudezas mais” a sua sobrinha, filha da sua irmã Francisca.²⁸ Para além da família, principal receptora, o seu ouro repartiu-se também pelos santos da sua devoção: Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário receberam um cordão, provavelmente para pagar alguma graça que tinha recebido. A dádiva de ouro ou de prata aos santos estava normalmente associada à gratidão dos devotos, que numa hora de aflição tinham solicitado a sua protecção. A ajuda recebida está ainda plasmada em muitos *ex-votos* que mandaram fazer e entregar nos santuários da sua devoção.

Embora solteiros, muitos destes homens tinham filhos que resultaram de cruzamentos com escravas. Arrependidos, assumiam-nos como filhos na hora da morte, na tentativa de remir mais um pecado e “pôr a sua alma no caminho da salvação”. Deixavam-lhes ainda parte da sua fortuna. Custódio Francisco Rodrigues Porto regressou das “partes da América” solteiro, mas, quando em 1770 fez o seu testamento, declarou ter “um filho natural [...] na villa de Sabará [Brasil] e chama-se João Rodrigues Porto, filho de huma minha escrava”, que instituiu por herdeiro de uma das partes dos bens que tinha na colônia.²⁹

A atitude de João Fernandes da Cunha foi bem diferente. No testamento assumiu possuir “um mulatinho” por nome António, que vivia consigo em Caminha e deixou-o cativo ao seu tio, por três anos. Após este tempo ser-lheia passada carta de alforria, tal como ao outro escravo de que também era dono. Mas ao seu “moleque”, como o designou, por o ter “comprado e criado e lhe ter amor”, deixou-lhe 200 mil réis para tratar da sua vida depois de alforriado. Porém, estabeleceu que “se elle ou alguem por elle se quiser oppor e dizer que he meu filho o que eu não sei em consciencia se o he, ou não e quiser perturbar as determinaçoens do meu testamento, [...] ordenava se lhe

²⁸ ADCV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 92-92v.

²⁹ ADB, *Livro de testamentos de Thaíde...*, fls. 41v.-43.

não dese nada nem hum vintem [...] ordenava ao seu testemanteiro que o venda como escravo e cativo”.³⁰

Mesmo no leito da morte, João Fernandes da Cunha não cedeu à dúvida da sua consciência. Beneficiou-o quase como filho, assumiu os laços afectivos que os uniam, deu-lhe um tratamento diferenciado, mas não o reconheceu como seu descendente.

A fortuna de muitos destes emigrantes integrava também escravos. Quase todos os testamentos que estudamos denunciam a presença de negros cativos no seu património, vindos da Mina ou de Angola para o Brasil e em alguns casos trazidos para Portugal pelo seu dono. Quando os retornados à metrópole deixavam negócios no Brasil, normalmente entregues a familiares, alguns escravos permaneciam na colónia, onde trabalhavam nas suas fazendas ou nas minas.³¹ Na hora da morte, muitos *brasileiros* tornavam livres os seus escravos ou deixavam-nos entregues a familiares para continuarem a cuidar deles. Com este gesto procuravam aliviar algum peso da sua consciência e contribuir para a remissão dos seus pecados.

A roupa servia igualmente para alcançar a salvação. Numa altura em que este bem era muito caro e adquirido poucas vezes na vida pela maior parte da população, e estava sujeito a sucessivos reaproveitamentos, a sua dádiva adquiria um significado completamente diferente do dos nossos dias. Com a oferta de roupa também se procurava adquirir a salvação, na medida em que com ela se cumpria uma obra de misericórdia (ARAÚJO, M., 2000a, p. 229-250). Por isso, muitos serviam-se da ocasião da morte para beneficiar os pobres, mandando-lhes distribuir a sua roupa.³² Também os *brasileiros* utilizavam esta estratégia, mas as peças melhores eram destinadas à sua família. Eram peças ou tecidos de qualidade, trazidas do Brasil ou adquiridas nas principais cidades do Reino, testemunhando o elevado nível de vida que mantinham e a condição social que possuíam.³³

Ricos na terra, mas pobres na hora da morte, os *brasileiros* imploravam, na hora da despedida, protecção para mais facilmente conseguirem o perdão dos seus pecados e entrarem no Paraíso. Faziam-no no momento em que encerra-

³⁰ ADCV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 86v.-87.

³¹ Manuel de Melo Meneses, já a viver em Portugal, mantinha escravos a trabalhar nas minas brasileiras. ADCV, *Livro de testamentos de Viana do Castelo 1739-1758...*, fl. 9.

³² A roupa branca usada de José de Sousa de Queirós, de Caminha, foi dada, por sua ordem, a alguns pobres da sua terra natal. Este *brasileiro* vivia em Lisboa e fez testamento em 1737. ADCV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fl. 59.

³³ João Fernandes Cunha deixou ao seu tio João Fernandes Cunha oito côvados de veludo, umas meias de seda, um “chapeo fino”, umas botas novas e uma capa que ficou em Lisboa e que aguardava em Viana do Castelo. Ao seu primo padre, Manuel Nunes Dantas, deixou também outro “chapeo fino”, que se encontrava na chapeleira. ADCV, *Livro de testamentos de Caminha...*, fls. 92-92v.

vam as suas vidas com a redacção dos testamentos, efectuando uma retrospectiva da sua passagem terrena. Demonstravam muito medo da morte, mas simultaneamente uma grande esperança na salvação.

ABSTRACT

When men reached the sunset of life and felt death coming near, they wrote their wills, setting their last wishes. Those were moments of reflection on their own lives, a time to face the fear of death, while simultaneously keeping alive the hope of saving their souls. This essay studies the wills of Portuguese immigrants in Brazil during the 18th century. Many of them, specially the single ones, made their own soul the universal heir to the fortune they had made in Portuguese America, while others split their wealth between their own soul and the family, in an unequal relationship that gave prominence to the soul.

Key words: Brazilian; Will; Soul; Purgatory; Charity.

Referências

ABREU, Laurinda Faria dos Santos. *A misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

ABREU, Laurinda Faria dos Santos. *Memórias da alma e do corpo: a misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu: Palimage, 1999.

ALVES, Jorge. *Os brasileiros: emigração e retorno do Porto oitocentista*. Porto: Ed. do Autor, 1994.

ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Ana Cristina. Morte. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 271-273.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Alcançar o céu através da dádiva de roupa: a distribuição de roupa nos testamentos da Misericórdia de Vila Viçosa (séculos XVI-XVII). *Sociedade e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 229-250, 2000a.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Os brasileiros e a caridade: a herança dos irmãos emigrantes da Misericórdia de Ponte de Lima no século XVII*. (no prelo)

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000b.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima: séculos XVII-XIX*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

ARIÉS, Philippe. *L'homme devant la mort: la mort ensauvagée*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: famílias e sistema sucessório entre os senhores do engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória, Unicamp, 1997.

BAGANHA, Maria Ioannis B. *Historiografia da emigração portuguesa no Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o futuro*. In: ARRUDA, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da (Org.). *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. São Paulo: Edusc, 2001. p. 452.

BRETELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

CAPELA, José Viriato; FALCÃO Maria da Conceição. *Saídas clandestinas do Norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX*. In: ALVES, Jorge Fernandes (Coord.). *Os 'brasileiros' da emigração*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Famalicão, 1999. p. 178-179.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade: da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

COSTA, Américo Fernando da Silva. *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães 1650-1800: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*. Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

DELILLE, Gérard. *Matrimonio e doti delle donne in Italia: secoli XVI-XVIII. Donne e proprietà*. Napoli, p. 67-89, 1996.

DELUMEAU, Jean. *La peur en Occident: XIV^e-XVIII^e siècles*. Paris: Fayard, 1978.

DURÃES, Margarida Pereira Varela. *Herança e sucessão: leis, práticas e costumes no termo de Braga: séculos XVIII-XIX*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho, Braga. v.1.

FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e da sua primeira elite senhorial: séculos XVI-XVII*. In: FRAGOSO, João; FICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa: séculos XVI-XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Le GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

LEMERIGE, Béatrice. *Les attitudes devant la mort à Châtellerauld de 1780 à 1805*. Poitiers, 1994.

MACARDÉ, Jacques. *Ultimes intercesseurs. Les invocations testamentaires dans le Diocèse de Poitiers*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PIEDADE POPULAR: SOCIALIZIDADES, REPRESENTAÇÕES E ESPIRITUALIDADE, 1999, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Terramar, 1999. p. 443-452.

MARQUES, João Francisco. *Rituais e manifestações de culto*. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História religiosa de Portugal*, v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores. 2000. p. 587-596.

MARQUES, Maria Gracinda Leones Dantas G. O testamento de Gaspar Fernandes Barreiros: um exemplo de instituição de dotes de capela a partir do Brasil. *Cadernos do Noroeste*, v. 2, n. 2, p. 169-195, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MORAES, Juliana de Mello. *Sacralização da caridade: sociabilidade e vida religiosa numa pequena vila da América portuguesa*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Paraná, Curitiba.

MOREIRA, Manuel António Fernandes. Os mercadores banqueiros de Viana no século XVII. *Cadernos Vianenses*, n. 21, p. 16-27, 1996.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEREIRA, Maria das Dores de Sousa. *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Minho, Braga.

PUNTONI, Pedro. As guerras no Atlântico Sul: a restauração (1644-1654). In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *História militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. v. 2, p. 282-291.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, Henrique. *Alto-Minho no século XIX: contextos migratórios, socioculturais e familiares*. 2003. 2v. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Porto.

RODRIGUES, Henrique. *Emigração e alfabetização: o Alto-Minho e a miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

RODRIGUES, Manuela Martins. Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções: alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO, 1, 1991, Porto. *Actas...* Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1991. v. 2, p. 326-334.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. A emigração: fluxos e destinos. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 3, p. 158-168.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Misericórdias, portuguesas no Brasil e *brasileiros*. In: *Os brasileiros de torna-viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 117-129.

SANTOS, Eugénio dos. Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal. In: *Os brasileiros de torna-viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 19-25.

SCHAWARTZ, Stuart. A 'Babilónia' colonial: a economia açucareira. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirti (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 2, p. 213-231.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SILVA, Francisco Ribeiro da. Brasil, brasileiros e irmandades/ordens terceiras portuguesas. In: *Os brasileiros de torna-viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 137-141.

TRINDADE, Maria Beatriz da Rocha. Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Ler História*, v. 22, p. 114-116, 1996.

VOVELLE, Michel. Aspects populaires de la dévotion au purgatoire à l'âge moderne dans l'Occident chrétien: le témoignage des représentations figurées. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PIEDADE POPULAR: SOCIABILIDADES, REPRESENTAÇÕES E ESPIRITUALIDADE, 1999, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Terramar, 1999. p. 291-300.



Dossiê: Escravidão no Brasil





Crime, vadiagem e escravidão nas Minas do ouro do setecentos

Liana Maria Reis*

RESUMO

O artigo analisa aspectos sociopolíticos da vadiagem e os vários tipos de crime cometidos por escravos na capitania mineira do século XVIII.

Palavras-chave: Crime; Vadiagem; Escravidão; Minas Gerais; Setecentos.

Historicamente, a criminalidade tende a ser associada, em várias realidades históricas, à pobreza e à miséria, uma vez que a ausência de bens materiais que garantam a sobrevivência mínima do indivíduo gera a necessidade, para esse indivíduo, de buscar esses bens, muitas vezes a qualquer custo. Originar-se-iam daí o roubo, o assassinato, a vadiagem e outros crimes praticados contra a ordem pública, a pessoa ou a propriedade privada. As representações comuns a alguns países europeus da Idade Moderna,¹ nas

* Professora do Departamento de História da PUC Minas.

¹ Broneslaw Geremek, estudando os vagabundos e miseráveis na literatura europeia (1400-1700), afirma que “a reflexão sobre o lugar que o mundo da miséria e do crime ocupava na consciência social daquele tempo não pode ignorar a questão da relação entre a descrição literária e a realidade”. A literatura da Europa dos séculos XIV ao XVII representava os indivíduos e grupos marginais como um “amalgama social” que se definia, sobretudo, por “aquilo que não tinham, em que não acreditavam, o que não respeitavam”. O autor conclui: “Esse quadro negativo nos parece corresponder bastante aos processos que ocorriam na realidade social” (GEREMECK, 1995, p. 306-307). Embora trabalhando com cortes temporais e espaciais diferentes de Geremek, Brito (1946, p. 12) também associa criminalidade a obras de ficção. Na realidade, a literatura, expressão da criatividade humana, insere-se num determinado contexto histórico. Mesmo tendo um lado ficcional, constitui um produto social carregado de aspectos da realidade e que influencia as construções imaginárias da época em que foi produzida. Tanto o estudo de Geremek (1995) quanto o de Brito (1946) demonstram a importância da literatura como expressão artística e histórica de um determinado momento. Na análise de Brito (1946), os crimes contidos nas obras também vêm associados, muitas vezes, à pobreza. Os crimes de toda ordem – contra a propriedade, a moral, de caráter político ou contra a pessoa – descritos na literatura brasileira trazem ainda um componente importante: a herança biológica, refletindo a absorção das teorias racistas disseminadas nos meios acadêmicos no século XIX, como a do italiano Lombroso. Sobre o assunto ver Schwarcz (1993).

quais o trabalho fixo passou a diferenciar os indivíduos, estiveram presentes também nos discursos das autoridades metropolitanas na América Portuguesa.

No caso do período colonial mineiro, as construções imaginárias sobre o vadio – muitas vezes identificadas com as do criminoso – foram elaboradas a partir da necessidade histórica de manutenção do trabalho escravo: a “ideologia da vadiagem” contribuiu para preservar a escravidão, segundo Souza (1985), em trabalho historiográfico pioneiro sobre o tema.² Afinal, sem escravos não havia como manter a produção das riquezas coloniais, pois os vadios, sem trabalho fixo nem regular, não constituíam mão-de-obra capaz de assegurar essa produção. As autoridades administrativas apontavam para o problema social representado pela ociosidade e vadiagem de um grande número de habitantes da capitania de Minas. Embora úteis ao Estado e aos senhores, os vadios eram perseguidos e constantemente acusados de onerarem a sociedade mineradora, constituindo o “peso inútil da terra” ao cometerem todo tipo de crime, seja contra a ordem pública, seja contra a ordem privada (SOUZA, 1977, p. 141-197).

Apontar aspectos sociopolíticos da relação entre escravidão, vadiagem e criminalidade na capitania de Minas Gerais do século XVIII é o objetivo central deste artigo. Para tanto, pressupõe-se que se entenda como a urbanização pode gerar relações sociais distintas, em alguns aspectos, daquelas estabelecidas no meio rural. A dinâmica dos núcleos urbanos demandou, sem dúvida, relações sociais escravistas específicas, dada a convivência muito próxima dos indivíduos num mesmo espaço geográfico. Inserindo-se de forma diferenciada na estrutura política e social e atuando em diversos setores econômicos, tais como na prestação de serviços, os indivíduos (livres, forros ou escravos) construíram uma “civilização” peculiar nas Minas Gerais, região de mineração, o que por si só garantia uma diferenciação nada desprezível, se comparada à formação econômica de outras regiões da Colônia.

A escravidão como relação social dominante, “embora não exclusiva”, esteve presente em todos os setores da vida econômica e social na América portuguesa, repercutindo “na esfera do cotidiano e da intimidade de maneira decisiva”, delineando o “sistema de relações primárias”, que incluíam as “intraclasse senhorial”, as “internas ao universo de vida dos escravos” e as “intermediárias entre senhores e escravos” (NOVAIS, 1997, p. 29). O número de escravos na capitania de Minas Gerais cresceu significativamente nos últimos anos do Setecentos e início do século seguinte: de 362.847, em 1786, para

² Ver também Kovarick (1987), que revela os mecanismos de controle social utilizados pelos administradores para forçar o trabalhador nacional a se inserir no mercado de trabalho cafeeiro paulista do século XIX.

407.004, em 1805.³ Os dados da população livre e liberta acompanham esse crescimento: de 188.712, em 1786, para 218.223, em 1805. Equivocadamente, esses dados de época consideravam livres todos aqueles (homens e mulheres) nascidos livres, ou seja, que nunca foram escravos e os que vivenciaram essa condição anteriormente. Entretanto, a nova condição de libertos os distinguirá (social e juridicamente) dos segmentos livres. Grande parte desses libertos engrossou as fileiras dos vadios que, sem trabalho fixo, vagavam pelos centros urbanos e adjacências, mendigando, executando pequenas tarefas ou trabalhos esporádicos, cometendo crimes e envolvendo-se em distúrbios. Não raro, estiveram presentes na arena do crime juntamente com escravos e demais integrantes das camadas socialmente marginalizadas e empobrecidas da população mineira, como os quilombolas. Distinguiram-se pelo negativo: não possuíam trabalho regular, não se sujeitavam à política metropolitana, não endossavam a “ideologia do bom vassalo”. Conviveram muito próximos dos cativos, com quem trocavam experiências, desejos, valores e formas de pensar e a quem se aliaram para cometer inúmeros crimes (REIS, 2002, p. 198-199).

A dinâmica dos arraiais e vilas mineiras possibilitou o surgimento de formas de trabalho escravo não utilizadas nas áreas rurais, como a modalidade de ganho, na qual os cativos possuíam uma liberdade de locomoção e passavam grande parte de seu tempo longe do olhar senhorial. Esse fato demandou do Estado a criação de medidas de controle dos passos dos cativos no ambiente urbano, já que essa autonomia de circulação propiciava maior contato com outros segmentos sociais – como os libertos e os indivíduos pertencentes às camadas mais empobrecidas –, gerando insegurança aos olhos das classes dominantes e das autoridades administrativas. Vários mecanismos de controle foram então desenvolvidos para vigiar e limitar os laços de sociabilidade e solidariedade criados no dia-a-dia dos núcleos urbanos entre escravos, vadios, forros e homens livres, pobres e ricos, negros e brancos. Laços que poderiam engendrar estratégias de liberdade e de atos criminosos, com menor ou maior grau de violência contra a sociedade – crimes contra a pessoa ou a propriedade – ou contra o Estado.

Nas Minas Gerais do século XVIII, a atividade mineradora favoreceu a diversidade econômica e a pluralidade étnico-racial e sociocultural. Demandou também a implantação de uma máquina burocrática de cunho fiscal e tributário, porque o ouro não era apenas mercadoria, mas moeda, equivalente internacional de troca, que independia, portanto, dos mecanismos do Pac-

³ Revista do Arquivo Público Mineiro, rolo 2, Ano IV, 1899, p. 294-295. As revistas do Arquivo Público Mineiro serão identificadas por RAPM e documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Público Mineiro por APM.

to Colonial para se realizar como mercadoria. Tributar pressupunha para a Metrópole o controle não somente da produção e circulação interna do ouro, mas também das populações que se agrupavam em arraiais e vilas dispersos pelo vasto território mineiro.

Na primeira fase de ocupação desse território, as aglomerações urbanas tiveram sua origem nos pousos, ranchos, roças e currais, pontos dos principais caminhos que conduziam às minas.⁴ Inicialmente parada obrigatória para abastecer os bandeirantes paulistas, esses núcleos acabaram tornando-se importantes entrepostos comerciais.⁵ Nas proximidades e beiras dos caminhos principais formaram-se roças, criavam-se animais e construíam-se estalagens. Atividades agropastoris se desenvolviam em unidades produtivas mercantis escravistas e camponesas, onde se produziam gêneros básicos para a sobrevivência. Trajetos de pessoas e mercadorias, os caminhos tornaram-se locais de convivência e de ocorrência de crimes: roubos, assassinatos e transações ilícitas como contrabando de ouro e armas (REIS, 2004, p. 184-208).

Se a atividade mineradora era excludente e responsável pela geração de muitos vadios, também o sistema escravista mineiro, ao favorecer a alforria, contribuiu para aumentar o número de indivíduos sem ocupação definida nem trabalho fixo. Uma vez liberto, o ex-escravo preferia, muitas vezes, vagar sem rumo do que subordinar-se a ordens senhoriais ou assumir funções definidas no corpo administrativo ou no mercado de trabalho. Afinal, o não trabalho agora tornava-se símbolo da sua nova condição social.

Numa sociedade escravista o ócio era valorizado ou combatido, conforme quem o praticasse: se senhor branco, era símbolo do *status* social; se escravo, um absurdo inaceitável, passível de castigo físico; se liberto, esse ganhava pecha de vadio, sendo necessário reprimi-lo e enquadrá-lo no sistema produtivo de alguma forma. A vadiagem, considerada crime contra a ordem pública, era combatida pelas autoridades por meio de aprisionamento. Em 1782, Joaquim bastardo, Silvério pardo e Domingos crioulo foram presos e remetidos à cadeia da Vila de São José do Rio das Mortes “por serem desocupados, vagabundos que não fazem conveniência para si nem para outros”.⁶ Quatro

⁴ Segundo Souza (1977, p. 97-260), havia quatro caminhos de penetração à região mineradora: caminho velho de São Paulo, caminho velho do Rio de Janeiro, caminho novo do Rio e o caminho da Bahia. Sobre o crescimento dos viandantes e o comércio no caminho do Rio na primeira metade do século, ver Guimarães; Reis (1987, p. 97).

⁵ O arraial do Ibituruna, na região sul de Minas, foi o primeiro fundado pela expedição de Fernão Dias, por volta de 1673. Era parada obrigatória de todos os viajantes no período de povoamento. Localizava-se em boa distância dos rios, no centro de matas férteis de caça e mel, o que facilitava a sobrevivência num sertão “nem sempre abastecido para tantos consumidores” (VAS-CONCELOS, 1974, p. 79). Em 1765 Ibituruna tornou-se freguesia da Vila de São João Del Rei, sede da comarca do Rio das Mortes.

⁶ APM, SG rolo 4, cx 12, doc. 64 – 1782/12/26.

anos depois, em 1786, era preso em Catas Altas da Itaverava “um crioulo por nome Silvério, liberto do qual fizeram queixa que tem muitos ruins costumes”: inquietador da “República, ladrão e dizem não se pega atracar em causa alguma”.⁷ Essas prisões serviam apenas como exemplo contra a vadiagem, pois, se todos os vadios que infestavam a capitania fossem presos, não haveria, na visão dos administradores, cadeias suficientes para abrigá-los (REIS, 2002, p. 198).

Analisando o Regimento Diamantino de 1771, Furtado afirma que “os vadios constituíam o único grupo cuja forma de viver, a vadiagem, era também considerada crime”. Embora o Regimento determinasse sua expulsão da Demarcação Diamantina, essa política parece não ter sido rigorosamente cumprida (FURTADO, 1996, p. 100). As próprias autoridades da época explicavam, pelo menos em parte, por que era tão difícil combater e exterminar os vadios da capitania. Teixeira Coelho, em 1780, qualificava os vadios como “membros infectos” que cometiam toda espécie de roubo e crime, negando-se a sujeitar-se ao trabalho. Se, por um lado, os vadios eram “o ódio de todas as nações civilizadas e contra eles se tem muitas vezes legislado”, por outro eram muito úteis nas Minas (COELHO, 1994, p. 149; SOUZA, 1977, p. 51-90).

A fragilidade da força militar pública demandava outras medidas para manter o controle social sobre os habitantes das Minas, fossem os vadios, criminosos ou os próprios senhores de escravos, muitos dos quais detentores de grande influência política local e autoridade régia para auxiliar na prisão dos delinqüentes. Em carta régia de 1766 ao governador Luis Digo Lobo da Silva, o rei comunicava:

as repetidas queixas os crimes, e atrozes insultos que nos sertões dessa capitania tem cometido os vadios e os facinorosos que neles vivem, como foram separados da sociedade civil e comercio humano. Sou servido ordenar que todos os homens que nos ditos sertões se acharem vagabundos, ou em sítios volantes sejam logo obrigados a escolherem lugares acomodados para viverem juntos em povoações civis, que pelo menos tenham de 50 fogos para cima, com Juiz Ordinário, Vereadores, Procurador do Conselho repartindo-o entre eles com justa proporção as terras adjacentes, e isto debaixo da pena...⁸

Para o projeto colonizador, a urbanização e conseqüente criação de aparato político-administrativo facilitavam a submissão dos vassallos à autoridade régia. Os homens que não se apresentassem aos funcionários citados e não tivessem locais fixos de residência seriam “tratados como salteadores de Caminhos, e inimigos comuns, e como tais punidos com a severidade das Leis...”.

⁷ APM, SG, cx. 16, doc. 30.

⁸ APM, SC 03 – Coleção Sumária de Leis e Alvarás Régios. *op. cit.* As citações que se seguem referem-se ao mesmo documento.

Estariam isentos de punições, primeiramente, os roceiros “com criados, escravos e Fábrica de Lavoura”; em segundo lugar, os roceiros “que nas Estradas publicas” se achavam estabelecidos com seus “ranchos para a hospitalidade, e comodidade dos viandantes em benefício do comércio, e da Comunicação das Gentes”. E, em terceiro lugar, as Bandeiras ou tropas “que em corpo ou sociedade louvável vão aos sertões congregados em boa união para neles fazerem descobrimentos”.

O rei ordenava que esses roceiros, rancheiros e tropas de Bandeira tivessem toda a autoridade necessária para prenderem e remeterem às cadeias públicas das comarcas vizinhas “todos os homens que se acharem dispersos, ou seja, nos ditos chamados sítios volantes sem estabelecimento permanente, e sólido, ou seja nos Caminhos, e matos...” Não havendo oficiais de justiça para fazerem e assistirem as prisões, essas pessoas poderiam apresentar as justificações a toda autoridade pública “em benefício da tranqüilidade” dos vassallos, “para melhor execução, e escarmento de homens tão infames, tão perniciosos”, em sua maioria despossuídos e cativos. Um número considerável de habitantes pediu a legalização da propriedade da terra através das Cartas de Sesmaria ao longo do século XVIII, expressando o desejo de se tornarem donos de terras.⁹ A sedentarização permitia aos colonos certa estabilidade, levando à constituição e manutenção de famílias regulares, agregados e escravaria, bem como ao desenvolvimento da produção agrícola e sua comercialização num mercado em expansão.¹⁰

A Coroa tentava transformar os “habitantes dignos” em auxiliares preciosos e constantes na manutenção da “tranqüilidade pública” em locais distantes da capitania, onde o aparato administrativo era reduzido ou mesmo inexistente. O combate ao crime e à vadiagem, que quase sempre andavam juntos na visão das autoridades metropolitanas, continuava a ser indispensável, especialmente na plena decadência da mineração. Pelo documento, fica evidente a preocupação em poupar de possíveis enganos e transtornos homens cujas atividades eram de interesse da metrópole e integrar pessoas sem ocupação definida e “desgarrados” de todo sentimento de obediência às ordens régias e de submissão ao ordenamento político metropolitano.

⁹ Com a visível decadência da mineração em meados do século XVIII, a agricultura aparece como solução econômica para os que se dedicavam às atividades mineratórias. Na realidade, as atividades agrícolas desenvolvidas na capitania também foram indispensáveis para o êxito da mineração (GUIMARÃES; REIS, 1982).

¹⁰ Segundo José Ferreira Carrato (1968, p. 14-15), “a posse da terra, da fábrica aurífera ou do bom estabelecimento comercial passará logo a significar, nas Minas, a condição do senhor, do nobre, do ‘homem bom’”. A partir de 1710, “o homem mineiro começa a fixar-se na terra, na sua propriedade, na sua casa”. Ao nomadismo dos primeiros tempos sucedem “a estabilidade e a ordem, individual e social”. Aflora o desejo de constituição de famílias regulares.

O documento de 1766 atesta ainda a importância do aparato burocrático ou da existência de postos ocupados por funcionários régios, que, mesmo em lugares mais distantes, funcionavam como instrumento de vigilância e controle, impondo a submissão dos vassallos para garantir a “tranquilidade pública”, impedindo a impunidade e inibindo os crimes que feriam os interesses da Metrópole. Ao atribuir autoridade aos fazendeiros, rancheiros, bandeirantes e a todos os produtores de riquezas das quais a Coroa era também beneficiária, o rei ampliava socialmente seu aparato fiscalizador. Contudo, ao transformar vassallos comuns em “soldados régios”, essa política poderia gerar um grave problema, dada a possibilidade de tal concessão ser usada em benefício próprio, pois o surgimento de interesses locais era inerente à própria dinâmica colonial.

A Coroa Portuguesa, de fato, ao longo do século XVIII, enfrentou uma série de dificuldades (motins, sonegação de impostos e contrabando) para implementar seu projeto colonizador, embora contasse com a aliança dos senhores escravistas, os quais também necessitavam do apoio da Coroa para garantir sua posição de mando sobre seus escravos e exercer seu poder político na capitania. Manter minimamente um controle sobre os passos dos escravos no meio urbano pressupunha a ingerência da Coroa nas relações, restritas ao âmbito do privado, entre senhores e escravos. As punições régias aos escravos que desobedecessem as autoridades e legislações dos centros urbanos – prisões, castigos físicos e penas pecuniárias para livramento – demonstram a tentativa metropolitana de fazer com que os senhores exercessem seu domínio sobre o plantel escravo. Alguns proprietários utilizaram seus cativos como veículo para extravio de ouro e diamantes, como informava a circular do governador Conde de Valadares enviada aos quatro ouvidores das quatro comarcas da Capitania, no ano de 1771. Aí se ordenava que os cabos de patrulhas vigiassem os registros dos sertões e “prendessem todas aquelas pessoas inteiramente e sem destino”. Informava sobre ladrões de cativos que pelas guardas passavam: “Alguns homens sem declarar o seu destino uns em figura de vadios e outros com negros e mulatos como pajens, sendo furtados como sucedeu a uns que fazendo esses furtos nesta vila saiam pela Venda Nova da Comarca do Sabará”.¹¹

Valadares relatava, ainda, o extravio das riquezas por “muitos pardos, crioulos e pretos cativos”, lembrava das punições régias a esses crimes estabelecidas pela Lei da Polícia referida pelas cartas régias de 1769, 1770 e 1771 e ordenava aos comandantes das guardas e patrulhas que prendessem “aqueles que

¹¹ APM, SC. 179 FI-86.

ainda por indícios se entender vadios delinquentes, de morte e roubo extraviadores de ouro e diamantes”.

Ser proprietário de escravos, o mais importante signo de abundância, de conforto ou de vida digna, permitia ao indivíduo usufruir do ócio, demonstrá-lo socialmente e exibir poder: de um lado, ter o tempo livre e, de outro, ter alguém a sustentá-lo. Daí o desprezo pelo trabalho. A posse de escravos era tão comum que até mesmo os mais pobres e mendigos possuíam um ou dois para seu sustento. Os camaristas de São João Del Rei, em 1744, em carta ao rei, apontavam a injustiça do sistema de capitação, que taxava indiscriminadamente os escravos domésticos, os forros não-proprietários e “até o escravo do miserável cego mendicante”.¹² No início do século XIX, o intendente Basílio Teixeira de Sá Vedra acreditava que a maior “desgraça d’esta infeliz capitania” era a falta de indústria, “ociozidade, vícios da plebe, luxo sem meios, e bazofia mesmo da maior parte dos particulares”.¹³ Em sua visão de colonizador, o que Sá Vedra enxergava era uma sociedade caracterizada pela ausência de empreendimentos econômicos dinâmicos, como as atividades agroexportadoras, pela disseminação da propriedade escrava e da vadiagem, com crimes de toda espécie praticados pelas camadas empobrecidas, por manifestações aparentes de uma pseudo-riqueza, fanfarrices e gosto pelas festas, batuques e outras formas de entretenimento.

Escrevendo em finais do século XVIII, o desembargador José João Teixeira Coelho (1994) afirmava que muitos habitantes da capitania das Minas, que no Reino eram “a escória do povo e o desprezo dos bons, vendo-se em um país extenso e cheio de liberdade, fazem-se insolentes e querem ser fidalgos” (p. 254). E completava:

Não há, na Capitania das Minas, um homem nem uma mulher branca que queiram servir, porque se persuadem que lhes fica mal um emprego que eles entendem que só compete aos escravos. Deste modo, centos de escravos se ocupam nos serviços domésticos e deixam de se ocupar no trabalho das terras e na extração do ouro. (p. 254-255)

Teixeira Coelho identifica o trabalho ao escravo, que, ocupado nos serviços domésticos e não em atividades produtivas, como a agricultura ou a mineração, lucrativas e tributadas pela Metrópole, impedia o desenvolvimento econômico.

A incorporação dessa “ideologia do ócio” e do desprezo ao trabalho, identificado como coisa de escravo, caracterizava todas as camadas sociais. Ao abrir, inclusive ao liberto, a possibilidade de transformar-se em senhor de es-

¹² RAPM, Ano II – Fasc. 2. 1887, p. 289.

¹³ RAPM, Ano II – Fasc. 4, 1897, p. 675.

cravos, o escravismo ampliava a base social de sustentação do próprio sistema. Ainda segundo Teixeira Coelho (1994), “essa presunção e ociosidade dos brancos se têm transferido aos mulatos e negros porque, uma vez que são forros, não querem trabalhar, nem servir” (p. 254-255) e, para sobreviverem, dedicam-se à vadiagem ou ao ócio.

A preocupação das autoridades mineiras com a vadiagem no século XVIII persistiu no século XIX, quando a instrução escolar apareceu no discurso oficial como indispensável ao cidadão que se desejava formar: civilizado, disciplinado e amante do trabalho (REIS, 1996, p. 221-233). No início do século XIX, Basílio de Sá Vedra entendia que os casamentos e as amancebias dos proprietários com mulheres pretas e mulatas “tem feito mais de três partes do povo de gente liberta, sem criação, sem meios de alimentar-se, sem costumes e com a louca opinião de que a gente forra não deve trabalhar”.¹⁴ E afirmava que essa “mania” vinha induzindo à escravatura, que acabava por unir-se aos vícios dos alforriados.¹⁵

Numa sociedade escravista, a idéia de trabalho ligava-se à condição de escravo, e aqueles que conseguiam sua liberdade não desejavam exercer atividades que os identificassem com a antiga condição social. Uma vez alforriado, o ex-escravo, ao incorporar a ideologia escravista, esforçava-se por livrar-se de toda e qualquer forma de trabalho regular e buscava a liberdade de ir e vir sem prender-se a um emprego fixo, sem obedecer a ordens: “Liberdade significava não só a escolha de locomover-se por um pauperismo itinerante, como também, sobretudo, a possibilidade de desobedecer” (KOWARICK, 1987, p. 113). Daí a pecha de vadios e indolentes imputada aos libertos por não se enquadrarem na estrutura produtiva escravista dominante, e a utilização da violência institucionalizada para obrigá-los ao trabalho ou puni-los, no caso de infração e crimes. Ao analisar os mendigos e vadios na Bahia do século XIX, Walter Fraga Filho (1996) afirma que, numa sociedade escravista onde o controle senhorial abarcava no “máximo” escravos e agregados, “a criminalização da vadiagem se constituiu em poderoso recurso de controle extra-econômico utilizado pelas autoridades para constranger os homens pobres livres ao trabalho” (p. 77).

Na realidade colonial escravista, a vadiagem era noção imprecisa, quase sempre identificada ao subemprego ou ausência de trabalho fixo e regular. Essa imprecisão não foi própria da América Portuguesa no período colonial. Em Cuba, por exemplo, no século XIX, no período de transição do trabalho compulsório para o livre, a discussão sobre a vadiagem caracterizou-se, se-

¹⁴ RAPM. *op. cit.* p. 674.

¹⁵ *Ibid.* p. 674.

gundo Rebecca Scott (1991), pela falta de clareza e “freqüentemente estava em causa a expressão de temores sociais gerais e preconceitos raciais, tanto quanto uma identificação da vadiagem com a predileção pela criminalidade” (p. 222-223).¹⁶

O contexto urbano mineiro possibilitou a convivência de homens e mulheres de todas as condições sociais, que ocupavam cargos administrativos e lugares sociais os mais diversos. Convivendo com libertos, homens livres, vadios e criminosos, os escravos urbanos mineiros trocaram saberes, experiências, recriaram identidades e forjaram mecanismos para escapar ao cativo ou, pelo menos, minimizá-lo. Também a idéia de liberdade de locomoção originada da própria exploração dos escravos no meio urbano – como os escravos ao ganho –, bem como a idéia de liberdade incorporada pelos vadios dificultaram o controle dos passos dos escravos pelos administradores. Para conquistar pequenos direitos e manter certos acordos com seus senhores, os cativos associavam-se aos quilombolas e a indivíduos ditos “vadios”, praticando crimes ou simplesmente vadiando pelos arraiais e vilas. Assim, o controle sobre a população pobre e miserável da capitania tornou-se um grave problema para os administradores.

A solidariedade entre forros, escravos e camadas empobrecidas da população nas Minas, segundo Julita Scarano (1994), manifestava-se cotidianamente, na alimentação, na doença e na moradia. Também no lazer essa aliança foi possível, como nos batuques dos centros urbanos, apontados por Luciano Figueiredo (1993). O viver na urbe em Minas pressupunha para os escravos estabelecer contatos inevitáveis, tidos como “perigosos” pelos administradores e senhores. Compartilhando vivências comuns, os cativos e as camadas sociais mais pobres, incluindo os libertos e/ou vadios, foram constantemente vigiados e perseguidos em nome da manutenção da ordem social escravista, sempre ameaçada real ou imaginariamente aos olhos dos membros da administração pública e da Igreja.

O transitar livre dos escravos por arraiais e vilas sem respeitar os horários permitidos pelos administradores locais era tido como crime contra a ordem pública, passível de penalidades (REIS, 2002) – exceções feitas aos escravos que estivessem a mando de seus senhores e ou levando autorização destes. Os encontros regulares dos escravos com os pobres e miseráveis, vadios e criminosos em logradouros públicos como praças, chafarizes e tabernas poderiam originar brigas, ferimentos, mortes e planos de rebeliões. Por isso, com-

¹⁶ Segundo Scott (1991), “a noção de vadiagem em si mesma não era bem definida, e usava-se o termo para se referir à existência de desemprego ou subemprego no interior de certos setores da população, ou à recusa de trabalhadores em trabalhar pelos salários oferecidos, ou à sua escolha pela subsistência em lugar do trabalho assalariado”.

bater ou limitar esses encontros tornou-se objetivo primordial das autoridades administrativas. Cativos desobedientes eram incessantemente presos e castigados. Essa forma indireta de punir os senhores não surtiu o efeito desejado, já que havia inúmeros interesses em jogo. A própria dinâmica social mineira favorecia o surgimento de criminosos, extraviadores e vadios – forros e libertos, livres brancos e pobres falidos pela mineração, soldados desertores – engrossando as camadas empobrecidas. Essas, convivendo com os escravos, compartilharam o lúdico, a perseguição e vigilância das autoridades e mesmo o trabalho, ainda que esporádico. Ademais, a possibilidade de estabelecimento de relações afetivas – laços familiares, amorosos e de amizade – permitia ressignificações culturais e cumplicidade pessoal.

Convivendo com vadios, os cativos incorporaram a ideologia do não-trabalho. Circulando pelos arraiais e vilas, caminhos e picadas, acabaram por trocar experiências e estratégias para burlar a vigilância das tropas militares. Alguns ladrões usavam a estratégia de roubar escravos e vesti-los como pajens para ludibriar as guardas e extraviar ouro e diamantes, na Comarca de Sabará. Possivelmente, os escravos roubados eram aliados de seus ladrões para se livrarem do cativo e escapar da Capitania.

Número considerável de vadios, homens e mulheres sem trabalho fixo nem regular era composto de ex-escravos que, uma vez libertos, não conseguiram acumular bens para enriquecimento pessoal ou para serem investidos no processo produtivo, o que lhes garantiria riqueza e/ou sobrevivência. Constituíram um segmento definido socialmente pelo negativo: não ao trabalho fixo e regular, não à obediência às ordens metropolitanas, não às uniões regulamentadas pela Igreja, enfim, não ao enquadramento na ordem colonial escravista. Entretanto, são frutos desse contexto histórico e utilizados como mão-de-obra alternativa à escrava para atender aos interesses senhoriais e do Estado.

Vadios e escravos possuíam condições jurídicas distintas, mas eram igualmente pobres, despossuídos de propriedades e de bens materiais. Os vadios, em sua grande maioria libertos, compartilhavam com os escravos duras condições de vida, espaços de lazer, roubos e furtos, assim como o peso da repressão policial e senhorial.¹⁷ Mas não havia como impedir que os segmentos sociais marginalizados social e politicamente, unidos pela carência material, se aliassem em sua luta pela sobrevivência, fugindo da constante vigilância do Estado português nas terras mineiras do século do ouro.

¹⁷ Ao analisar o contexto histórico da origem do trabalho livre na província cafeeira de São Paulo, Kowarick (1987) afirma que o trabalhador nacional, “fugindo dos rigores da produção organizada”, passou a ser visto pelas autoridades como “corja inútil, ralé instável, vadio que para nada servia”, o que justificava a utilização de uma “dose de violência institucional e privada” sobre ele, para obrigá-lo ao trabalho regular (p.114-115).

ABSTRACT

The article intends to analyse social and political aspects of vagrancy and the different kinds of crime perpetrated by slaves in the captaincy of Minas Gerais in the 18th century.

Key words: Crime; Vagrancy; Slavery; Minas Gerais; The 18th century.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRITO, Lemos. *O crime e os criminosos na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Nacional, 1968.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. 304p. (Coleção Mineira – Séries Clássicas).

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 253p.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

GEREMECK, Broneslaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia (1400-1700)*. Tradução do polonês Henry Siewicrski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 372p.

GUIMARÃES, Carlos M.; REIS, Liana M. Agricultura e caminhos de Minas (1700/750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 4, p. 44-84, jun. 1987.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MONTEIRO, John Manoel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 300p.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUSA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 523p. (História da vida privada no Brasil, 1).

REIS, Liana Maria. Minas armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 184-208, 2004.

REIS, Liana Maria. Poder, vadiagem e marginalização social em Minas Gerais (1850/1888). *Revista de Ciências Históricas*, Porto, n. 11, p. 221-233, 1996.

REIS, Liana Maria. *Por ser público e notório: escravos urbanos e criminalidade na capitania de Minas (1720-1800)*. 2002, 280f. Tese de Doutorado (História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 152p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 288 p.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre (1860-1899)*. Tradução de Maria Lúcia Lamounier. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. São Paulo: Graal, 1985. 237p.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. As lições das vilas e cidades de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 4, 1977, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1977. p. 97-260. (Edições do Cinquentenário da UFMG – 1).

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v. 1.

Formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848*

Maurício Martins Alves**

RESUMO

Robert Slenes propõe que os índices de laços matrimoniais encontrados em Campinas sejam paradigmáticos, bastante representativos dos padrões no Sudeste da primeira metade do oitocentos. Este trabalho amplia as conclusões de Slenes, tendo por base 718 inventários *post-mortem* abertos em Taubaté/SP para o período 1680-1848 e onze listas nominativas para o período 1774-1835, referentes à mesma localidade. Indicam-se dois grandes padrões, um predominante entre indígenas, na passagem do século XVII para o XVIII, no qual aproximadamente metade dos cativos com 15 anos ou mais são casados ou viúvos; outro, entre africanos e descendentes, na passagem do século XVIII para o XIX, com valores próximos a um terço. Esses padrões seguem uma periodização baseada na média de cativos por inventário, razão de sexo, idade e origem. A comparação entre inventários e listas nominativas, no período em que coincidem, permite detectar oscilações semelhantes entre ambas as bases documentais. Isso confere maior segurança às oscilações detectadas nos inventários *post-mortem*.

Palavras-chave: Família escrava; Escravidão indígena; Demografia; Taubaté/SP.

O objetivo deste trabalho é expandir as conclusões de Robert Slenes, que considera paradigmáticos os índices de laços matrimoniais entre cativos, encontrados em Campinas, que seriam bastante representativos dos padrões no Sudeste da primeira metade do oitocentos. Isso se fará pelo recuo no tempo, no Seiscentos e Setecentos, numa localidade específica: a vila de

* Texto baseado em minha tese de doutorado *Formas de viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848*, defendida em 2002 pelo IFCS-UFRJ, sob a orientação do prof. Dr. Manolo Garcia Florentino, a quem agradeço todo o apoio recebido. Versão preliminar foi apresentada no II Seminário de História Quantitativa e Serial (Belo Horizonte/MG, nov./2001).

** Professor na Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP) e na Faculdade Dehonianiana (Taubaté/SP).

Taubaté, ponto de relevância nos caminhos para as Minas. Os resultados encontrados na análise de inventários *post-mortem* e listas nominativas indicam dois grandes padrões na proporção de laços matrimoniais entre cativos. O primeiro, predominante entre indígenas, na passagem do século XVII para o XVIII, no qual aproximadamente metade dos cativos com 15 anos ou mais são casados ou viúvos; o segundo padrão, entre africanos e descendentes, na passagem do século XVIII para o XIX, com valores próximos a um terço.

A percepção dessa variação demográfica no nosso passado colonial carece da análise prévia de algumas alterações ocorridas na vila de Taubaté. Nesse sentido, aponta-se primeiro para um interregno de crescimento nas primeiras décadas do século XVIII, em oposição ao considerado pela historiografia. O passo seguinte é indicar as transformações em alguns indicadores demográficos (média de cativos por proprietário, sexo, idade e origem dos cativos), para somente então discutir a proporção de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau.

INTERREGNO DOURADO

A maior parte dos trabalhos desenvolvidos sobre a economia do Vale do Paraíba no período colonial indica uma atividade voltada, inicialmente, para o preamento do indígena como a principal fonte de riqueza. Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais na última década do século XVII, o Vale do Paraíba torna-se produtor de pequenos excedentes consumidos pelos viajantes que se encaminham para as Minas. Aumenta o comércio, mas em pequenas proporções. Para esses autores, apenas no final do século XVIII se desenvolveria na região valeparaibana uma agroindústria exportadora de açúcar, na tentativa de reverter o processo de decadência instaurado no vale com a decadência das Minas (HERRMANN, 1986; PETRONE, 1968; MÜLLER, 1969), o que se consolidaria apenas com o café, a partir da década de 1820.

A tese de pobreza em São Paulo colonial também foi defendida por Alcântara Machado (1943), a partir da leitura de inventários abertos no século XVII e XVIII. A transferência desse raciocínio para o século seguinte foi feita por Sérgio Milliet, ao prefaciá-la obra de Alcântara Machado. Para o período setecentista, Herrmann e Milliet opõem-se quanto à consideração da atividade agrícola. Para a primeira, a descoberta do ouro incentiva uma pequena produção para venda à beira de estrada. Para o segundo, desarticula a atividade antes existente. Em ambos os casos, o século XVIII deve ser dividido entre período de produção aurífera e período de crise decorrente da queda dessa produção, prevalecendo a pobreza generalizada e a decadência na se-

gunda metade do século XVIII. Sérgio Buarque de Holanda (1990, p. 178-179) desenvolve uma visão muito próxima, ao falar sobre o plantio de cana em São Paulo.

A posição de John Monteiro (1994, p. 220-225), em parte, é semelhante à de Sérgio Buarque, por seguir as interpretações de Petrone e de Alfredo Ellis Jr. (1950). Monteiro, ao mostrar o planalto piratiningano seiscentista como grande centro produtor de trigo, merecedor do título de “celeiro do Brasil”, opõe-se à opinião de que, após breve período de atividade açucareira no início da província, somente no fim do século XVIII a produção agropecuária volta a ser significativa. Mas afirma que a pujante agricultura, sobretudo do trigo, cede lugar a um campesinato empobrecido após a descoberta do ouro, com a transição da mão-de-obra cativa indígena para a africana consumada apenas no final do século XVIII. Entre os motivos, destaca a longa e penosa viagem para as minas, a escassez de índios e o alto custo para aquisição de africanos, reflexo da inflação gerada pelo ouro. Ressalva, porém, que novas pesquisas, com documentação pouco trabalhada, precisam ser feitas, particularmente com inventários e registros paroquiais.

A presente pesquisa confirma esta observação de Monteiro: a análise mais sistemática e detida da documentação do início do setecentos mostra que a transição da mão-de-obra cativa indígena para a africana completa-se na primeira metade (não no final) do século XVIII. Mostra, principalmente, que as primeiras décadas após a descoberta do ouro revelaram-se de pujança para a vila de Taubaté. O trabalho de Ilana Blaj (1995) também aponta para o crescimento comercial de São Paulo entre 1681 e 1721. Considerando que o relato de viagem do Conde de Assumar (s/d, p. 308) apresenta a vila de Taubaté como o maior núcleo populacional da província de São Paulo em 1717, os gráficos que seguem mostram números bem significativos. Os inventários *post-mortem* abertos em Taubaté nas primeiras décadas do setecentismo contradizem a interpretação de que era pequena a atividade mercantil na província de São Paulo na primeira metade do setecentos. É possível visualizar nesse momento um forte crescimento do plantio de cana-de-açúcar (ALVES, 1999), com acentuada presença de cativos africanos (e seus descendentes). O ouro fortalece a rede de adiantamentos/endividamentos já existente e sustenta o crescimento de atividades mercantilizadas e de alguma maneira (apesar das dificuldades) escoadas, seja para o Rio de Janeiro, São Paulo ou para as Minas. A precariedade das estradas e dos meios de transporte, apesar de real (como atesta o relato do Conde de Assumar, em 1717), deve ser minimizada.

A crise na agropecuária será visível não nas primeiras décadas do século XVIII, como sustenta Monteiro, mas após um breve ciclo de crescimento acelerado nessas décadas iniciais do setecentismo. As análises realizadas para

periodização apontam, como momento dessa inflexão, as décadas de 1730 e 1740. O número médio de cativos por proprietário cai continuamente ao longo do setecentos, o número de não-proprietários de cativos sobe, a proporção de inventários que arrolam plantio de cana reduz-se, indicando o agravamento da crise da agricultura monetarizada. Isso entre os detentores de algum bem, população apta a ser inventariada, base desta análise.

As explicações para a decadência paulista em meados do século XVIII, variadas como foram, não são consistentes com os valores aqui apresentados. Tal decadência não pode ser creditada ao despovoamento pelo ouro, pois este foi momentâneo (ALVES, 1999). A explicação baseada no decreto que proibia cativo indígena, de 1758, e mesmo a baseada na perda da autonomia administrativa em 1748 tampouco se sustentam, considerando que a grande inflexão ocorre na década de 1730, muito antes desses acontecimentos. Quanto ao cativo indígena, sua participação no total de cativos cai progressivamente desde a primeira década do setecentos. Situar a crise paulista como conseqüência da crise do ouro ocorrida na segunda metade do setecentos (com a redução de um mercado consumidor) também não corresponde à verdade pelo mesmo motivo: a crise econômica da vila de Taubaté é muito anterior. Ao contrário, a produção de ouro está em crescimento no momento em que ocorre a crise. O comércio de gado é apontado como uma nova riqueza a “passar” por São Paulo. No caso de Taubaté, a rota do Muar não reverte a queda da atividade econômica local, que ocorre justamente no período em que a historiografia situa o crescimento do transporte de muares.

A elevação dos preços dos cativos nas décadas iniciais ao descobrimento do ouro, descrita por Antonil (1982, p. 171), não impede os moradores de Taubaté de adquirirem cativos justamente no momento de maior impacto de preços. Esse aumento de preços torna-se problemático apenas quando o ouro desaparece em Taubaté. A descoberta das minas de Cuiabá e Goiás nesse período (1720-30) não reverte a queda de participação do ouro no total da riqueza inventariada em Taubaté após a década de trinta do setecentos. Coincidentemente, a crise agrícola ocorre no momento seguinte, em que os inventários *post-mortem* deixam de indicar a existência de ouro na vila de Taubaté. Talvez a atividade agrícola monetarizada não tivesse ainda força suficiente para repor sua mão-de-obra com seus lucros, diante do crescimento dos preços dos cativos. Talvez, também, a forte dependência da atividade agrícola para com a rede de adiantamento e endividamento tenha feito com que, caindo o segundo setor, entrasse em queda o primeiro.

A crise da atividade agrícola mercantilizada (expressa, na documentação, pela redução da média de cativos por proprietário e a redução da proporção de inventários que citam plantio de cana) está diretamente associada ao fator

que incrementou essa atividade: o ouro. A súbita e permanente ausência de arrolamento de ouro nos inventários abertos em Taubaté após a década de 1730, associada aos fatores já apontados pela historiografia (escalada de preços dos cativos de origem africana, insuficiência numérica de cativos indígenas para incremento da produção, concorrência do caminho novo e de outros centros produtivos), parecem explicar bem esse interregno de crescimento não visualizado pela historiografia.

UM INTERREGNO CINZENTO ENTRE O OURO E O CAFÉ

Em 1741, abre-se inventário por morte de Miguel Vieira de Miranda. Era senhor de quatro escravos: “hua negra do gentio guine por nome Françisca de idade de trinta e oito annos pouco mais ou menos”, mãe do rapaz Sebastião, de dezoito annos, do mulatinho Pedro de dois annos e da mulatinha Elena, de sete annos. Possuía uma casa “na rua Nova do Campo de tres lanços cobertas de palha e de taipa de mão” e “mais huas cazas velhas na rossa em terras alheyas com quatro portas e huma avulça”. Tinha, também, “hum rallo de rallar mandioca jahuzado”, “huma prença com sua gamella”, “duas enchadas velhas”, “dois machados huzados”, “dous tachos hum grande e outro piqueno”, um hábito de terceiro já usado, duas caixas com fechadura e chave, dois tamborettes, um catre e uma imagem de Nossa Senhora da Piedade. A viúva inventariante arrola, ainda, dívidas passivas e bens dados em dote (que incluem duas escravas, ambas com onze annos).

Por um lado, Miguel Vieira ilustra a permanente exclusão quanto à posse de cativos. Como ele, outros 260 escravistas têm até quatro escravos, o que representa 45,8% dos 570 inventários *post-mortem* que arrolam cativos. Mas o grau dessa exclusão é ainda maior. Entre os 718 inventários *post-mortem* consultados, abertos em Taubaté/SP entre 1680 e 1848, sob a guarda do Arquivo Municipal de Taubaté, 148 não arrolam escravos e apenas 64 inventariados possuem 20 ou mais escravos.

Por outro lado, o inventário de Miguel Vieira é exemplar das transformações que, nas décadas de 1730 e 1740, marcam a atividade econômica em Taubaté. Até a década de 1720, sempre menos de 29% dos escravistas têm até quatro cativos. Na década de 1730, a proporção de escravistas com até quatro escravos sobe para 53%, permanecendo sempre acima de 43%. No momento da morte de Miguel Vieira, a média de cativos por proprietário cai dos dois dígitos para o patamar de sete escravos por proprietário (Gráf. 1). A média de escravos por proprietário indica três grandes fases: na primeira terça parte do século XVIII, o crescimento do número médio de cativos, de 12 para 18,2,

fundamentado no tráfico; nas duas últimas terças partes do século XVIII, a queda da média de escravos por proprietário, finalizando o século XVIII em 3,8; no século XIX, em especial nas décadas de 1830 e 1840, o crescimento da posse média de cativos, aproximando-se do patamar de dois dígitos (9,9 escravos por proprietário na década de 1840). Comparando-se inventários *post-mortem* com listas nominativas (maços de população), a média de cativos por escravista inventariado apresenta-se próxima à de cativos por escravista nas listas. Tal similitude permite concluir que os inventários são uma amostra significativa, apesar de se restringirem à parcela que possui bens a herdar, enquanto as listas nominativas pretendem atingir toda a população. Por isso, para o período anterior à década de 1770 e para a década de 1840 as oscilações apresentadas pelos inventários devem corresponder a movimentos mais gerais da população.

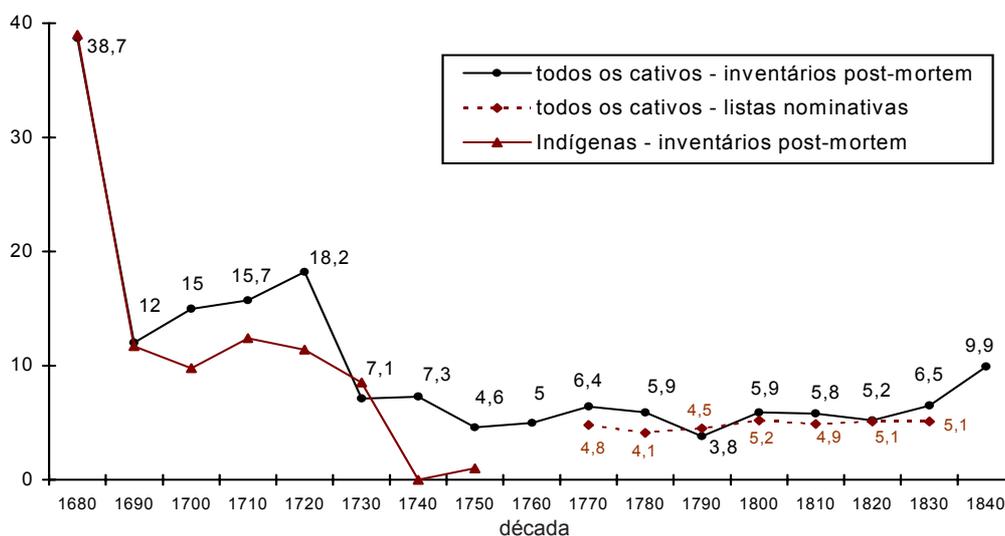


Gráfico 1. Média de escravos por inventário e fogo, 1680-1848.

Fonte: Inventários *post-mortem* (1680-1848) e listas nominativas de 1774, 1785, 1795, 1805, 1815, 1825 e 1835.¹

A variação da posse média de cativos por escravista, indicada no Gráfico 1, está diretamente associada às oscilações da atividade agropecuária. Novamente, o inventário de Miguel Vieira é exemplo. Entre os bens arrolados, apetrechos insuficientes para garantir uma produção em maior escala para o mercado: destinam-se a fabricar farinha de mandioca. A produção de mantimentos, no momento da morte de Miguel, reassume importância em Taubaté e assim permanece até o final do século. A riqueza advinda do ouro descoberto

¹ Para 1835, ver Rangel (1990).

no final do século XVII sustenta o plantio de cana-de-açúcar com mão-de-obra cativa africana, em substituição à indígena (ALVES, 1999). Mas a escassez de ouro na vila de Taubaté, associada aos outros fatores mencionados, resulta na queda dessa atividade mercantilizada. O plantio de cana terá novo alento, pequeno, no começo do século XIX. Mas somente a partir da década de 1720, com o plantio de café, a atividade agrícola mercantilizada apresentará maior duração temporal.

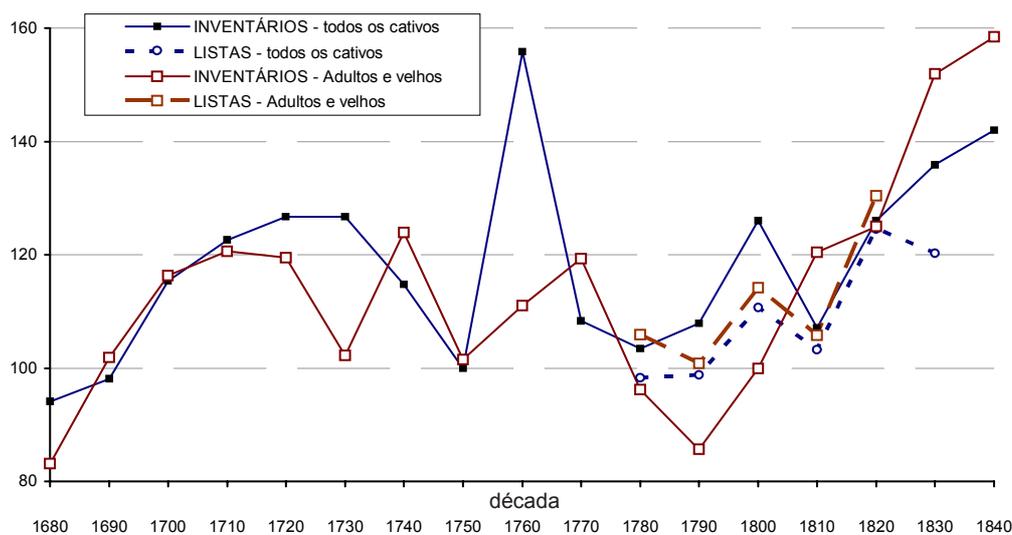


Gráfico 2. Razão de sexo entre cativos, 1680-1848.

Fonte: Inventários *post-mortem* e listas nominativas de 1785, 1795, 1805, 1815, 1825 e 1835.²

Essa periodização em três grandes fases reproduz-se, confirmando-se, também pela análise da proporção de cativos do sexo masculino no total da população cativa. O Gráfico 2 mostra uma oscilação na razão de sexo (número de homens por cem mulheres) que aponta para um forte tráfico de cativos nas primeiras décadas do setecentos e do oitocentos, com o período intermediário marcado pela redução desse indicador demográfico. A variação na proporção sexual da escravaria só não é maior porque esse cálculo abrange todos os cativos, incluindo crianças. Considerando-se apenas cativos 15 anos ou mais, a proporção de homens é ainda maior nos períodos de tráfico intenso. A razão de sexo nos inventários *post-mortem* e nas listas nominativas oscila sincronicamente e, da mesma forma que a análise da média de cativos por proprietário, configura os inventários como amostragem representativa do conjunto da população detentora de bens. Reforça-se essa significância com a análise da média de idade dos cativos, conforme Gráfico 3.

² Para 1835, ver Rangel (1990).

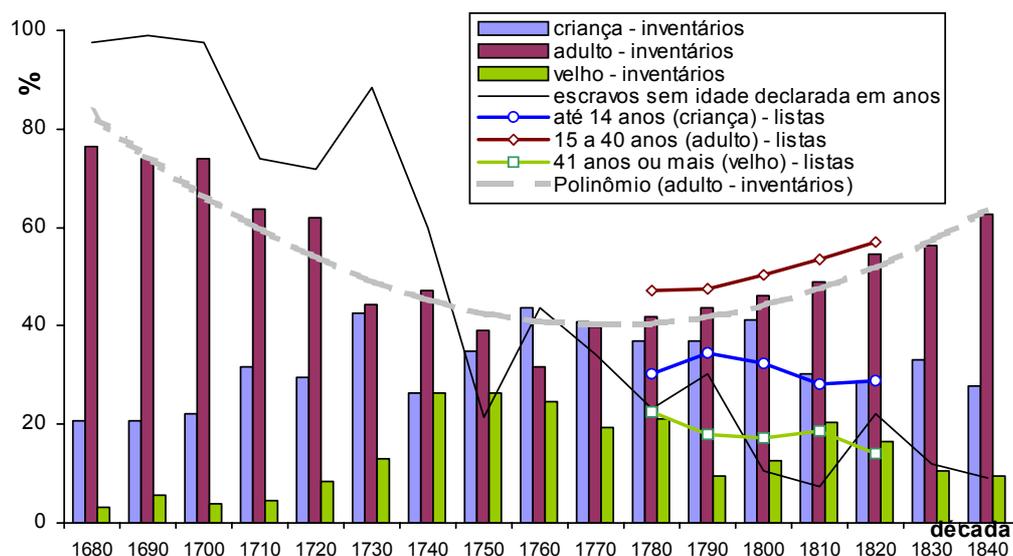


Gráfico 3. Idade média dos cativos, 1680-1848.

Fonte: Inventários *post-mortem* e listas nominativas de 1774, 1785, 1795, 1805, 1815, 1825 e 1835.³

Nos momentos de maior tráfico (início dos séculos XVIII e XIX), há presença maior de cativos adultos. No período de retração da agricultura comercial, cresce a presença de crianças e idosos. Observa-se grande presença de adultos até a década de 1720 (mais de 60%), a partir da década de 1810 (mais de 49%) e na década de 1840 (63%). A análise da idade, contudo, deve ser feita com precaução: para o período anterior ao século XIX, a proporção de cativos sem tal indicação é muito alta. Até a década de 1730, mais de 80% dos cativos não têm a idade declarada em anos, são apenas rapazes, velhos, entre outros qualificativos.⁴ Na segunda metade do século XVIII, esse valor oscila entre 21% e 44%, permanecendo abaixo de 23% no século XIX. Tal diferença na forma de descrever a idade dos cativos está diretamente associada ao incremento do tráfico de cativos africanos, inexistente nas primeiras décadas do século XVIII, quando ainda predomina o arrolamento de indígenas nos inventários.

No século XVII, há predomínio de indígenas. Com a descoberta do ouro, a nova riqueza é convertida para o plantio de cana-de-açúcar, com mão-de-obra cativa não indígena. Difícil discernir se esses novos cativos são oriundos diretamente da África ou descendentes de africanos nascidos na América

³ Para 1835, ver Rangel (1990).

⁴ Nas listas nominativas, utilizou-se a idade em anos. Nos inventários, associaram-se à idade em anos os qualificativos. São classificados como crianças os escravos designados como cria, pagem, rapaz, rapariga; são velhos os designados como já idosos ou velhos; são adultos os solteiros (em oposição aos casados).

portuguesa. A participação desses novos cativos cresce rapidamente. São designados como mulatos, crioulos, cabras, mestiços, bastardos (classificados como “coloniais” no Gráfico 4), claramente identificados como africanos, com citação de local de origem ou apenas designados como “gentios da guiné”. Cresce também a participação de cativos cuja origem não foi possível identificar. Em contrapartida, a presença de indígenas deixa de ser arrolada, inexistindo citações após a década de 1750. Essa queda de registro não significa a inexistência de indígenas em Taubaté, é possível um subregistro. Mas, certamente, a queda tão abrupta no arrolamento de indígenas, associada ao crescimento do arrolamento de cativos africanos, indica redução significativa de sua presença ao fim da primeira fase da periodização.

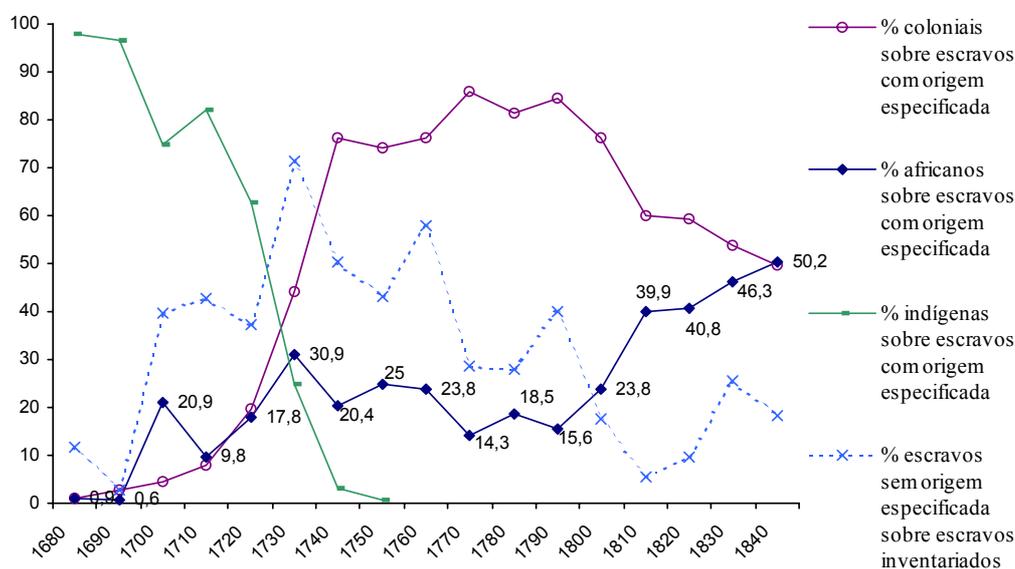


Gráfico 4. Distribuição dos cativos segundo origem (1680-1848).

Fonte: Inventários *post-mortem*.

Obs.: coloniais + africanos + indígenas = 100% dos escravos com origem identificada.

Na segunda fase, as duas últimas terças partes do século XVIII, a presença de cativos de origem africana (africanos e seus descendentes) e sem origem determinada cai continuamente, enquanto cresce a participação dos “coloniais”. Com a crise da atividade agrícola de caráter mercantil, verificam-se a redução da presença de cativos por escravista, a elevação da idade desses cativos e a maior participação das mulheres. O inventário de Miguel Vieira é um dos últimos a citar um cativo “gentio da guiné”. Nesse período de crise, indica-se comumente a origem dos africanos. A grande entrada de novos cativos durante a primeira fase os indiferencia, em oposição aos indígenas. Finda a pressão do tráfico, esses “estrangeiros” são mais bem designados quanto à

origem. Mas, na terceira fase (século XIX), com o crescimento do plantio de café, a retomada do tráfico de africanos em maior escala (particularmente nas décadas de 1830 e 1840) leva a uma nova indiferenciação: estes são apenas “da Costa” ou “de nação”.

Seja pelo plantio de cana-de-açúcar no século XVIII, seja pelo plantio de café no século XIX, características demográficas muito semelhantes se apresentam. O padrão de posse de cativos, a idade, o sexo e a origem dos escravos arrolados nos inventários abertos em Taubaté apontam para características que oscilam de modo muito semelhante, em oposição ao período intermediário, de crise da agricultura voltada para mercados de longa distância. Todas essas características demográficas reforçam-se mutuamente, a confirmar a periodização estabelecida.

PROPORÇÃO DE CASADOS E VIÚVOS

Com o fim do arrolamento de cativos indígenas, cessou o registro no processo de inventário de solicitações para manter famílias unidas. A entrada de africanos e de seus descendentes (não-indígenas nascidos na colônia) muda esse procedimento. Molda-se uma nova mentalidade na descrição de famílias, passando a ser mais comum encontrar cada membro da família num item separado, com preços individualizados. Após a primeira metade do século XVIII, em poucos casos ocorre o padrão de unir a família num único item (geralmente, no caso da mãe com cria recém-nascida ou de casal de velhos). Não por acaso, aparece entre os indígenas o maior índice de laços familiares registrados pelos inventariantes (Gráf. 6). Com o século XIX, será mais comum encontrar recém-nascidos sem a indicação do pai ou da mãe. Mostra-se bem o quanto de subnotificação há na documentação – seja nas listas nominativas ou nos inventários *post-mortem*. A proporção de crianças com laços parentais pode servir, assim, como uma referência da subnotificação.

Esses dois padrões de registro das relações parentais de primeiro grau mimetizam o padrão contido no Gráfico 5. As oscilações na proporção de cativos de 15 anos ou mais com laços de parentesco de primeiro grau seguem, novamente, a periodização estabelecida, com três grandes fases. Inicialmente, há predomínio de indígenas, com índices superiores a 40%. No fim do século XVIII e na primeira metade do século XIX, observam-se valores entre 19% e 35%. Entre os dois períodos, coincidindo com a fase de redução da produção agrícola mercantilizada, há redução dos laços de parentesco do primeiro para o segundo patamar aventados. Nas três primeiras décadas do século XIX, quando coincidem inventários e listas nominativas na descrição de laços de

parentesco de primeiro grau, os valores apresentados pelos dois corpos documentais são muito semelhantes. Da mesma forma que para outras variáveis (como média de escravos por plantel, idade e sexo dos cativos), a proporção de cativos unidos por laços de parentesco em ambos os documentos confirma-se mutuamente.

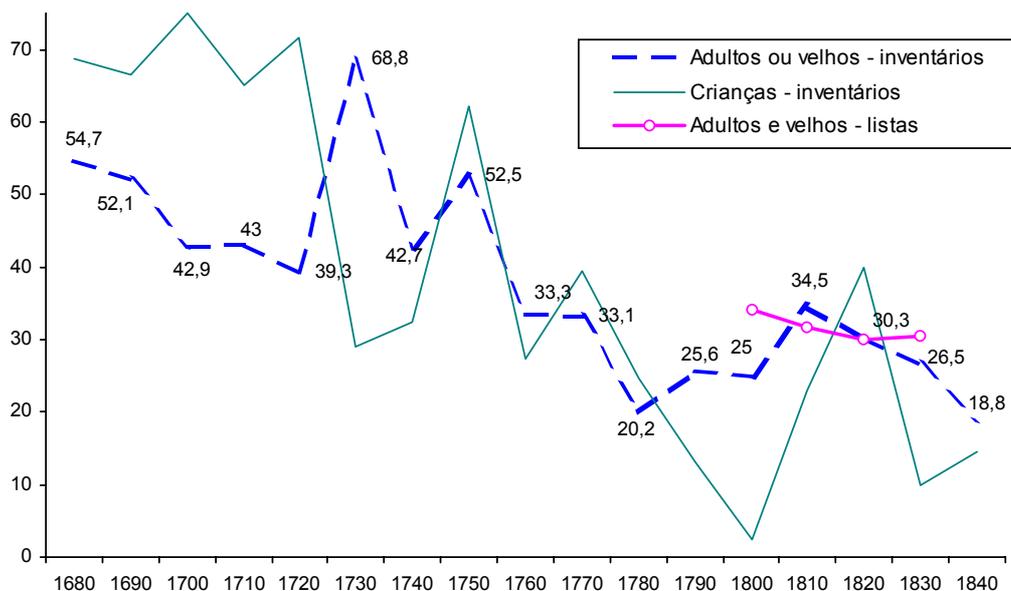


Gráfico 5. Proporção (%) de cativos unidos por laços de parentesco de primeiro grau (1680-1848).
Fonte: inventários *post-mortem* e listas nominativas de 1805, 1815, 1825 e 1835.

A diferença entre os critérios de registro de laços parentais nas listas nominativas e nos inventários, no período em que ambos os documentos coincidem, resume-se a dois aspectos. De um lado, as mães solteiras, que os inventários registram, mas as listas não;⁵ de outro, a definição de idade, que nas listas se faz pelos anos de vida e, nos inventários, com base também em qualificações (como rapaz etc.). Nas listas nominativas, a descrição de laços parentais resume-se a citar marido e mulher, enquanto os inventários *post-mortem* acrescentam relações de filiação.

O estudo de cativos unidos por laços matrimoniais considera apenas os cativos com 15 anos ou mais (nas listas) e os cativos adultos ou velhos (nos in-

⁵ Apesar da proporção de filhos naturais nos registros de batismo, os inventários registram poucos casos de mães solteiras nas três primeiras décadas do século XIX. Na década de 1800, os 30 cativos adultos ou velhos são todos casados. Na década seguinte, 34 são casados e sete são mães solteiras (quando só se arrola a mãe, embora possa existir relação estável não sancionada oficialmente, nem registrada). Na década de 1820, têm-se 22 escravos casados e oito mães solteiras.

ventários), mas a inclusão da proporção de crianças (até 14 anos) registradas como filhos sobre o total de crianças indica um padrão muito peculiar, que segue a análise sobre a relação matrimonial. Destacam-se os três grandes períodos delimitados também quanto à citação das relações parentais entre crianças. Até a década de 1720, entre 49% e 85% das crianças são arroladas com indicação dos pais (ou da mãe apenas); entre as décadas de 1790 e 1840, esse valor reduz-se para o patamar de 2% a 40%. No período intermediário (décadas de 1730 a 1780), esse valor oscila entre 24% e 62%. No primeiro momento, de melhor descrição de laços entre crianças, observam-se taxas superiores às existentes entre adultos e velhos; no último período, taxas inferiores às dos adultos e velhos (exceto na década de 1820).

A qualidade de descrição dos laços de filiação repercute na qualidade de arrolamento dos laços conjugais. No meio século inicial deste estudo, a proporção muito elevada de crianças com indicação de filiação está diretamente associada ao maior cuidado em registrar uniões entre indígenas. Reduzida a presença de cativos indígenas nos arrolamentos feitos pelos inventariantes, esse índice cai abruptamente. Na década de 1800, atinge seu menor valor: apenas 2,4% das crianças arroladas apresentam indicação de mãe e/ou pai. De 84 crianças arroladas, apenas duas têm indicação de pai e/ou mãe. Impossível inexistir relação de filiação para as demais, em especial para 13 dessas 84 crianças, com até um ano de vida. Claramente, forte subnotificação. No século XIX, os inventários não arrolam filhos com idade superior a dez anos, arrolamento que ocorria no século XVIII, mais um indicativo da diferença no modo de tratar as relações parentais. T tamanha oscilação mostra o quanto mudou o critério de registro dessas relações. Em especial, mostra que verificar as relações de filiação entre crianças representa um bom parâmetro metodológico para balizar os demais valores de laços parentais entre cativos apresentados no Gráfico 5.

Considerando apenas os adultos e velhos, as oscilações na proporção de laços parentais nessa faixa etária seguem padrões associáveis aos encontrados para as crianças. Em apenas dois momentos a discrepância é maior, na década de 1730 e na passagem do século XVIII para o XIX, momentos em que a proporção de relações anotadas entre crianças cai abruptamente, mas cresce entre adultos e velhos. No setecentos, no período de presença quase exclusiva de indígenas, mais da metade dos adultos estão unidos por laços parentais. Com a entrada de cativos não indígenas, o período de presença concomitante desses dois grupos faz cair a proporção de cativos adultos ou velhos. O padrão do tráfico atlântico começa a se sobrepor no tocante ao registro das relações parentais, embora a influência do sistema de registro dos indígenas permaneça forte. O registro de 68,8% dos adultos ou velhos unidos por laços

de parentesco na década de 1730 deve ser de discrepância. O mais provável é o percentual de 39-55%, encontrado até a primeira metade do setecentos.

Na fase de crescimento da atividade mercantilizada, com o *boom* aurífero, permanece uma relativamente alta proporção de cativos unidos por laços de parentesco. Enquanto a crise não se generaliza, o patamar de cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco a partir da metade do setecentos é superior a 39%, caindo para um terço e, em seguida, para um quarto dos cativos adultos ou velhos. Mesmo reduzindo-se, apenas na década de 1780 e na de 1840 a proporção de cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco atinge um quinto (20,2% e 18,8%, respectivamente), valores que também devem ser discrepâncias, desvios gerados por maior subnotificação. Com a crise do setecentos, a retração do tamanho de plantéis, a redução da entrada de africanos e o envelhecimento da população cativa refletem-se fortemente nos registros de cativos unidos por laços de parentesco na segunda metade do século. Com a retomada do crescimento da economia monetarizada (o curto período de crescimento do plantio de cana-de-açúcar na passagem do setecentos para o oitocentos), os valores voltam a crescer, estabilizando-se na faixa de 25% (chegando a um terço na década de 1810). Como, nesse período, a subnotificação de relações parentais entre crianças é alta, pode ser que os valores para os adultos e velhos estejam também subdimensionados e sejam próximos de um terço. Tomando-se novamente como parâmetro as crianças, a proporção de cativos adultos ou velhos com laços parentais na década de 1840 deveria ser maior do que a encontrada, encerrando o período estudado talvez na faixa de um quarto (e não um quinto).

Esses cálculos de aproximação para a proporção de cativos adultos ou velhos são corroborados pelas análises das listas nominativas, que indicam relativa estabilidade da proporção de cativos com mais de 14 anos relacionados por laços parentais de primeiro grau. Segundo o Gráfico 7, de 1805 a 1835, entre 28% e 34% dos cativos são casados ou viúvos, ou seja, experimentaram o casamento ao menos uma vez. Comparando-se os números apresentados pelos inventários com os indicados pelas listas, há um grau maior de subnotificação dos inventários. Se as correções sugeridas pelo recurso de comparar a proporção de crianças unidas por laços de parentesco com a proporção de adultos ou velhos também unidos por laços de parentesco podem ser adotadas para as primeiras décadas do oitocentos com relativa confiabilidade (proporcionada pelas listas), pode-se supor o mesmo para o setecentos e para as décadas de 1830 e 1840. Tem-se, assim, uma gradação em relação aos cativos adultos ou velhos com laços de parentesco indicados que acompanham as oscilações apontadas. Pode-se traçar dois perfis diferenciados segundo a origem dos cativos (Gráf. 6). No padrão do preamento, as altas taxas de rela-

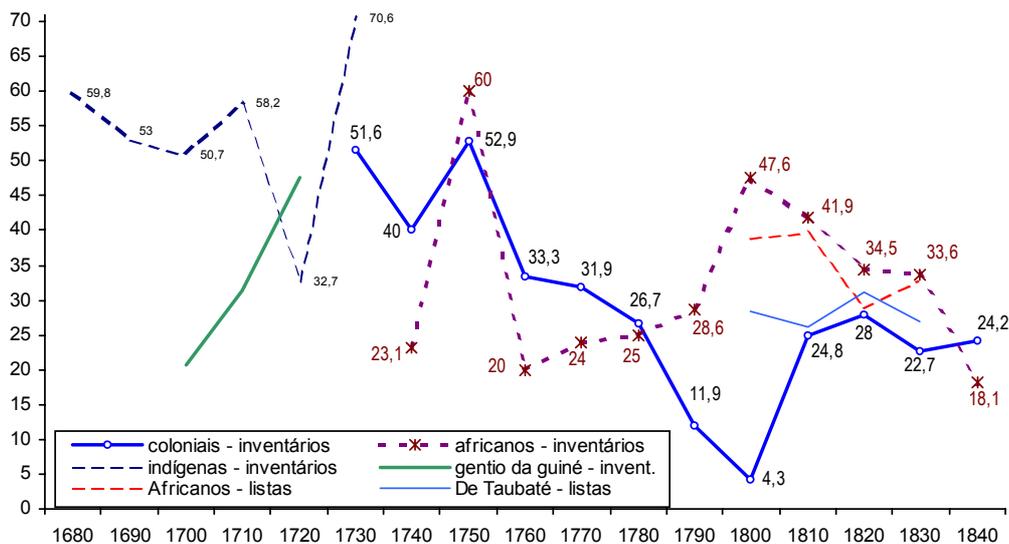


Gráfico 6. Cativos adultos ou velhos unidos por laços de parentesco de primeiro grau segundo origem. Fonte: inventários *post-mortem* e listas nominativas de 1805, 1815, 1825 e 1835.

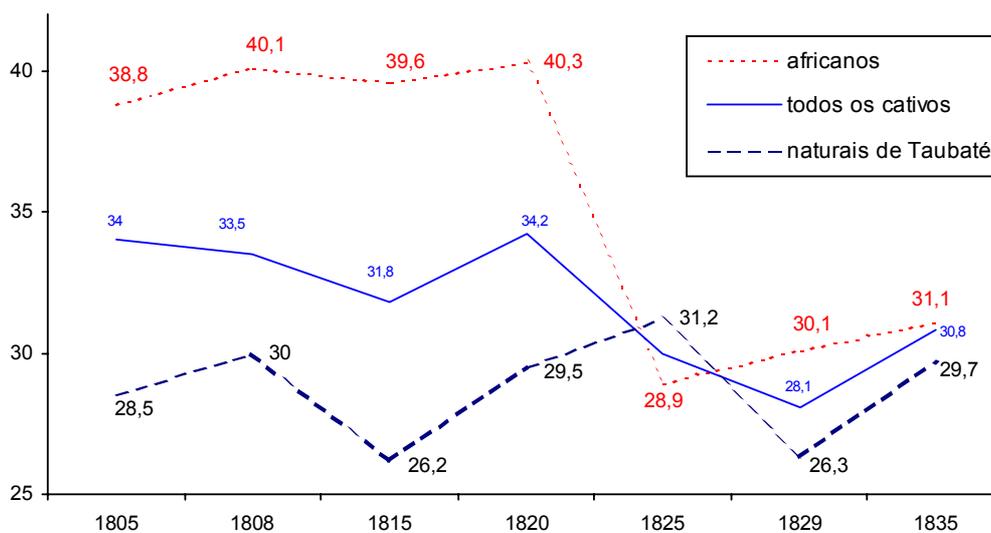


Gráfico 7. Casados + viúvos entre cativos com 15 anos ou mais segundo origem (1805-1835). Fonte: Listas nominativas.

ção parental entre cativos atingem valores próximos da metade dos cativos adultos e velhos unidos por laços de parentesco de primeiro grau. No padrão do tráfico atlântico, os valores são próximos a um terço (e a um quinto). Entre o predomínio de um e de outro padrão, uma fase de acomodação, com valores intermediários.

O PARADIGMA DE SLENES

Esses dois padrões podem ser associados à argumentação de Robert Slenes, que, ao analisar a proporção de casados e viúvos em diferentes regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, defende uma menor propensão dos proprietários do Rio de Janeiro a realizar o registro eclesiástico das uniões entre os cativos. Essa argumentação baseia-se sobretudo na análise de relatos de viajantes e na da proporção de casados e viúvos entre 1776 e 1887, segundo diferentes autores e a partir de diferentes fontes. Exemplo dessa indisposição de registrar os laços parentais está nos dizeres do viajante J. J. von Tschudi, em visita a Cantagalo em 1861, citado por Slenes (1999, p. 88): “Os fazendeiros do distrito de Cantagalo (e de outras localidades) desistiram de mandar casar seus escravos pelo religioso, em vista das experiências obtidas”. Slenes interpreta como subnotificação a queda progressiva da proporção de casados e viúvos. Essa subnotificação cresce do fim do setecentos ao fim do oitocentos e do Centro-Oeste paulista à comarca de Campos. A maior proporção de casados e viúvos encontra-se na região Centro-Oeste de São Paulo, que em 1776 tem índice de 30% (em Jundiaí); em 1804 e 1829, 36,2% e 36,4%, respectivamente; em 1872, os casados e viúvos correspondem a 41,6% (maior valor anotado) e, em 1887, a 29,9% dos cativos. No Vale do Paraíba paulista (LUNA, 1990, p. 226-237; 1992, p. 443-483), os valores encontrados são de 28,8% em 1776, 37,1% em 1804 e 28,3% em 1829. Em 1872, a proporção de casados e viúvos é de 30,1% e, em 1887, 19,5% (SLENES, 1999, p. 86).

Confrontados com os de Taubaté, esses valores se encontram muito próximos dos de outras regiões do Vale do Paraíba paulista. Mas a escolha pela intercalação de anos muito distantes entre si, comum às análises até hoje realizadas, deve ser vista com cuidado. O próprio Slenes aponta limites em seus dados, em especial no valor apresentado para 1799, único indicado para o período anterior a 1850 no Rio de Janeiro e oriundo de análises de resumo e não de leitura direta das listas nominativas. O que sobressai, e esse é o mérito de Slenes, é a percepção da coerência da redução da porcentagem de casados e viúvos, tanto no espaço quanto no tempo (especialmente para a segunda metade do oitocentos). O centro dessa argumentação está na maior “preocupação” dos proprietários paulistas em realizar o registro “formal” das uniões matrimoniais e apontá-las diante do agente recenseador. A maior proporção de casamentos em São Paulo, segundo Slenes (1999, p. 89), ocorreria porque casar era uma forma de reduzir a possibilidade de recrutamento forçado para as guerras do sul (primeiro convocavam-se os solteiros) e de povoar e proteger uma zona de fronteira potencialmente vulnerável à invasão (daí o incentivo oficial às uniões “legítimas”, que se traduziam, por exemplo, na simplificação das exigências burocráticas para casar).

Slenes (1999, p. 93) conclui que o maior índice de casados e viúvos efetivamente documentado em Campinas “seria bastante representativo dos municípios de *plantation* do Sudeste, no que diz respeito aos padrões reais de coabitação entre escravos. Mais do que isso, seria ‘paradigmático’, pois fornece condições ideais para a reconstituição daquilo que era típico”. No período coincidente com as análises realizadas para Taubaté, os valores são ligeiramente inferiores aos de Campinas. Em 1801, 39,7% dos cativos acima de 15 anos são casados ou viúvos (SLENES, 1999, p. 263). Em Taubaté, em 1805, 34,9% dos 1.059 cativos com idade superior a 15 anos e estado civil declarado são casados ou viúvos. Em Campinas, no ano de 1829, 31,4% dentre 4.773 escravos são casados ou viúvos. Nesse mesmo ano, em Taubaté, 29,1% dos 1576 cativos com idade superior a 15 anos e estado civil declarado são casados ou viúvos. Para melhor comparar com os valores de Slenes, neste parágrafo os valores para Taubaté referem-se aos cativos com 16 anos ou mais. Por isso são ligeiramente superiores aos indicados pelo Gráfico 7, que considera quem tem 15 anos ou mais.

Os valores apresentados por Slenes para 1776 em Jundiaí (30%) e Guaratinguetá (28,8%) são bem próximos aos dos inventários abertos em Taubaté na década de 1770 (33,1%) e aos encontrados por Eni Samara (1989): cerca de um terço da população escrava e/ou liberta era casada ou vivia em uniões consensuais estáveis. Isso repercute em crescimento vegetativo da população: nas três primeiras décadas do século XIX, de 45% a 55% dos cativos com 15 anos ou mais são naturais de Taubaté, o que acompanha os resultados de Horacio Gutiérrez (1989), ao sugerir que o crescimento da população escrava no Paraná nas primeiras décadas do século XIX pode ser explicado por reprodução natural.

Os valores mais elevados na proporção de escravos casados e viúvos em Taubaté justificam-se pela diferença entre as duas bases documentais das análises. Ter-se-ia um padrão mais amplo, em nada oposto ao formulado por Slenes (particularmente para São Paulo, dada a dificuldade de comparação com documentos fluminenses anteriores a 1850). As oscilações da participação de cativos que alguma vez conheceram o casamento (formalmente registrados),⁶ conforme análise das listas nominativas, indicam para a região paulista divergências pouco expressivas, mais marcadas por idiosincrasias locais. Os números apresentados por Slenes oscilam na faixa de 28% a 37% para o período 1776 a 1829. Luna (1992, p. 464), ao analisar o estado civil de escravos em 25 localidades de São Paulo em 1804 e 1829, verifica que a propor-

⁶ Este trabalho pressupõe que os laços parentais indicados na documentação consultada sejam sancionados oficialmente pela autoridade religiosa.

ção de casados e viúvos entre cativos com 15 anos ou mais no Vale do Paraíba oscilou de 37,2% em 1804 para 28,3% em 1829. Os números para Taubaté apresentam notável semelhança: de 34% de casados e viúvos em 1805, passa-se para 28,1% em 1829. Segundo Luna, a menor proporção ocorre no litoral (de 21,5% para 21,1%). Concordando com os dados de Slenes, a maior proporção ocorre no Oeste Paulista (de 36,2% para 32,4%). E, segundo a divisão realizada por Luna, das cinco regiões paulistas estudadas, apenas o Vale do Paraíba apresentou queda significativa da proporção de casados e viúvos nos 25 anos que separam as duas datas de referência.

Esses valores não se alteram significativamente na década de 1830. Em Taubaté, uma análise da amostra de 781 cativos com 15 anos ou mais na lista de 1835 indica que 30,8% dos cativos com estado civil determinado são casados ou viúvos (para as demais listas, leitura completa). Ocorre, assim, uma pequena elevação em relação aos valores de 1829, permitindo supor uma retomada do crescimento da proporção de cativos casados ou viúvos após o período de maior entrada de africanos (a análise dos registros de batismo de cativos indica o auge do tráfico nos anos 1823 a 1828). Como a variação dessa proporção de casados e viúvos em Taubaté é muito próxima das indicadas por Slenes e Luna para outras localidades paulistas, é possível que estas também apresentem uma retomada (ainda que pequena) do crescimento dos patamares de casados e viúvos após um período inicial com grande entrada de cativos.

Outras regiões do Vale do Paraíba também viram o crescimento da produção de café acelerar-se enormemente na década de 1820. E, conforme Luna (1992), nelas também se percebe uma queda da presença de casados e viúvos em relação ao total de cativos em 1829, se comparado aos primeiros anos do oitocentos. Um bom exemplo é Bananal, estudado por Motta (1999). Em 1801, sem produção de café, tem 40,4% de seus cativos com 15 anos ou mais casados ou viúvos. Em 1817, quando 64% dos fogos listados produziam café (total de 4.077 arrobas), essa proporção cai para 29,7% dos cativos. Em 1829, a produção de café cresce mais de dez vezes em relação a 1817: sobe para 47.130 arrobas. Nesse ano, apenas 22,9% dos cativos são listados como casados ou viúvos entre os cativos com 15 anos ou mais. A redução, percebida para todo o vale, acentua-se em Bananal. Parte desse baixo valor deve ser creditada ao que já se analisou acima: mesmo a população livre também é recente (é muito pequena a presença de chefes de fogos nascidos em Bananal). Outro aspecto a ser considerado é a inclusão de Bananal no referencial estabelecido por Slenes: a menor tendência de proprietários fluminenses a formalizarem as uniões matrimoniais entre cativos. Como a formação de Bananal está muito mais próxima do Estado do Rio de Janeiro, o mesmo ocorre com os índices de registro das uniões matrimoniais.

TER UM MODO DE VIVER

Slenes observa uma queda progressiva da proporção de casados e viúvos do fim do setecentos ao fim do oitocentos e do Centro-Oeste paulista à comarca de Campos, interpretando essa regularidade como uma subnotificação crescente das relações parentais. Ao apresentar como paradigmática a proporção de laços matrimoniais entre cativos em Campinas, Slenes sustenta que uma permanente e significativa presença desses laços entre os cativos no eixo Rio/São Paulo seria mais bem observada se mantido um maior rigor no sancionamento das relações existentes entre os cativos. Ainda que os números apresentados por Slenes sejam pontuais e, quanto ao Rio de Janeiro, parcos, deve-se valorizar a percepção de uma regularidade corroborada pelos valores encontrados em Taubaté, no final do século XVIII e primeira metade do XIX. Mesmo na primeira metade do setecentos, com o curto e intenso tráfico de “gentios da guiné”, observou-se entre esses cativos um forte crescimento dos laços parentais (Gráf. 6).

Recursos metodológicos novos foram utilizados, especialmente no Gráfico 5, em que se buscou confrontar a proporção de casamentos sancionados com a proporção de crianças arroladas com a indicação dos pais. Esse recurso mostrou-se eficiente para indicar uma variação na mentalidade que subnotifica as relações parentais após o ingresso de cativos não indígenas. Outro ponto de contraste entre indígenas e não indígenas emerge da forma de citar as idades: o tráfico atlântico especifica em anos, o preamento descreve qualitativamente (o indígena é moço, rapagão, velho...). Emerge também na forma de especificar se o cativo não indígena é africano ou descendente nascido na América. Essas diacronias revelam a formação de um novo modo de relacionar-se com o estrangeiro, o que amplia o paradigma de Slenes: como uma relação de continuidade, esse padrão entre africanos e descendentes se alia a outro padrão, entre cativos indígenas, que apresenta laços matrimoniais sancionados em patamares acima de 50% (marcados por uma melhor, e não apenas maior, notificação).

Essa permanente e significativa presença de laços parentais entre os cativos remete à orientação dada por Antonil (1982, p. 81 e 91) no começo do setecentos, para que os cativos tenham um “modo de viver”: “Uns chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida. Outros, em poucos anos saem ladinos e espertos”.

Apesar das dificuldades e impedimentos para casar, essa opção não foi tão restrita. Diante do conflito sempre potencial, lança-se mão de um poderoso meio de socialização: a formação de laços parentais ou alianças, de relacionamentos estabilizadores (mesmo incluindo elementos de resistência ao cati-

veiro). Difícil aceitar que se abdique de uma forma tão forte de socialização. Nesse aspecto, Slenes indica a permanência de “recordações”, ou seja, a realização de padrões africanos na constituição de nova vida na América, enquanto resistência. Florentino e Góes destacam a negociação. Aspectos que coexistem...

ABSTRACT

Robert Slenes proposes that the indexes of matrimonial bonds found in Campinas are paradigmatic, representative of Brazilian southeast patterns in the first half of the 19th century. This paper develops that author's analyses, widening the scope of his conclusions, based on 718 *post-mortem* inventories opened in Taubaté, State of São Paulo, from 1680 to 1848, and on eleven nominative lists from 1774 to 1835, referring to the same place. There are two great patterns, one predominantly among the Indians, in the turn from the 17th to the 18th century in which approximately half the fifteen-year-old (or older) captives are married or widowers. Another pattern, among Africans and their descendants, in the turn from the 18th to the 19th century, has figures approaching one third. Those patterns follow a period division based on the average of captives per inventory, gender, age and origin. In the period when they coincide, the comparison between inventories and nominative lists allows us to detect similar oscillations between those two documental bases, which offers larger safety to the oscillations detected in the *post-mortem* inventories.

Key words: Slave family; Indigenous slavery; Demography; Taubaté, State of São Paulo.

Referências

Fontes manuscritas:

Inventários e testamentos. Arquivo Histórico Dr. Félix Guizard Filho, Divisão de Museus, Patrimônios e Arquivo Histórico de Taubaté. Prefeitura Municipal de Taubaté, Acervo do Cartório de Segundo Ofício e Acervo Félix Guizard Filho.

Listas nominativas (maços de população) referentes a Taubaté/SP. Arquivo do Estado de São Paulo, Cx. 198 a 212 (microfilmes).

Registros de batismo de escravos: livro 1 (1686-1704), livro 3 (1790-1802) e livro 5 (1802-1832). Cúria Diocesana de Taubaté.

Livros e artigos:

ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté, 1680-1729*. Taubaté: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1999.

ALVES, Maurício Martins. *Formas de viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo; ELLIS, Myriam. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do muar, o ciclo do açúcar*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1950.

FLORENTINO, Manolo G.; GÓES, José R. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo G.; GÓES, José R. Tráfico negreiro e socialização parental entre os escravos do agro fluminense, séculos XVIII e XIX. *População e família*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 83-118, jan./jun. 1998.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

GUTIÉRREZ, Horacio. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986 (edição fac-similada).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LUNA, Francisco V. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 443-483, set./dez. 1992.

LUNA, Francisco V. Casamentos de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. In: NADALIN, Sérgio Odilon (Coord.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990. p. 226-236.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 1999.

MOTTA, José Flávio. Família escrava: uma incursão pela historiografia. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 9, n. 16, p. 104-159, 1988.

MÜLLER, Nice L. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba, São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

OLIVEIRA NETO, Luiz Camilo de. Diário da jornada, que fes o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas anno de 1717. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 3, 1939.

PETRONE, Maria Tereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

RANGEL, Armênio de S. *Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté – 1765/1835*. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família negra no Brasil. *Revista de História – Nova Série*, São Paulo, n. 120, p. 27-44, jan./jul. 1989.

SLENES, Robert A. W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert A. W.; COSTA, Iraci Del Nero. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 245-295, 1987.

Posse de escravos e manutenção da propriedade em Apiaí, São Paulo: 1732 a 1835

Agnaldo Valentin*

RESUMO

Este artigo apresenta a estrutura de posse de escravos da localidade paulista de Apiaí entre 1732 e 1835. Durante o século XVIII, o povoamento conheceu dois momentos de maior dinamismo, relacionados com novas descobertas auríferas. No primeiro terço do século seguinte, com a estagnação econômica da vila, a manutenção do contingente cativo associou-se aos mecanismos de uniões matrimoniais e partilhas judiciais. Alguns desses casos são aqui apresentados, evidenciando a conformação de um conjunto peculiar de proprietários, com predomínio de pardos.

Palavras-chave: Demografia histórica; Estrutura da posse de escravos; Apiaí; Ouro.

A descoberta do ouro no Brasil, no final do século XVII, foi um marco na ocupação do território. Na Capitania de São Paulo, o primeiro relato sobre a ocorrência do mineral remonta à chegada de Martim Afonso de Souza na colônia. Ao tomar conhecimento da presença do cobiçado metal em sua parada na região de Cananéia, sul do litoral paulista, enviou uma expedição composta por oitenta homens, que teriam sido emboscados e mortos pelos gentios habitantes da região (MADRE DE DEUS, 1920, p. 121). Durante o século XVII, a administração portuguesa manteve interesses estreitos na região, abrangendo as localidades de Iguape, Cananéia, Nossa Senhora da Conceição, Paranaguá e Curitiba. Conforme relata Pedro Taques Paes Leme (1980, p. 70), o provedor e administrador geral das minas do Brasil, Dom Rodrigo de

* Mestre em História Econômica pela FFLCH-USP e pesquisador do Núcleo de Estudos em História Demográfica – N.E.H.D. da FEA-USP. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no II Seminário de História Quantitativa e Serial – Anpuh/MG, Belo Horizonte, 27 a 30 de novembro de 2001. Agradeço ao Prof. Dr. Iraci del Nero da Costa, pelos comentários. Os resultados aqui descritos para o século XVIII também estão publicados em Valentin (2001).

Castelo Branco, em viagem ao sul da colônia, deixou, aos 27 de abril de 1680, um Regimento de Terras Minerais, válido para as localidades de Iguape, Cananéia, Paranaguá, Curitiba e São Paulo.¹

Nessa mesma época chegavam as primeiras notícias sobre os descobertos no sertão das Minas Gerais, cujo volume de ouro deslocou as atenções, tanto da administração portuguesa quanto dos paulistas, desejosos de enriquecimento rápido. Entretanto, as ocorrências de ouro em território paulista continuaram exploradas. Este trabalho enfoca uma dessas localidades, Apiaí, na região sul do atual território paulista, entre os anos de 1732 e 1835.

Apesar de sua elevação a condição de vila datar de 1771, a localidade de Apiaí aparece em documentos oficiais desde o início da década de 1730. Dessa época são os manuscritos mais antigos aqui analisados, indicados por Lourival Oliveira Júnior (1989), entre eles uma lista de moradores datada de 1732, cujo objetivo era fornecer a base tributária da região.² A outra fonte, abrangendo os anos de 1776, 1784, 1798, 1809, 1816, 1824 e 1835, integra o conjunto de documentos conhecidos como *Maços de População*.³ Tais fontes encontram-se depositadas no Arquivo do Estado de São Paulo. Servimo-nos, ademais, de excertos da coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (D. I.). Complementam as fontes, especialmente para o lapso temporal 1810-1830, os inventários pertencentes ao Arquivo do Fórum da Comarca de Apiaí.

Encravado no topo da Serra de Paranapiacaba, o primeiro núcleo populacional de Apiaí originou-se de um deslocamento de mineradores do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Paranapanema, no início da década de 1730. No decênio anterior, os descobertos da região de Paranapanema mereceram atenção do governo da Capitania, que, havia pouco, perdera o controle administrativo da região das Minas Gerais (1720). Em 1728, o governador da Capitania, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, em visita ao arraial, deu posse a um corpo burocrático, normatizou as atividades mineratórias e estabeleceu a forma de cobrança do Donativo Real, cujo montante, 2,5 arrobas de ouro, foi calculado com base em 947 bateias presentes na região àquela época.⁴

Essa última cifra superava a observada em 1732, quando, nas oito paragens listadas no documento compulsado,⁵ registravam-se 475 pessoas, entre

¹ Sobre a exploração do ouro em São Paulo nos séculos XVI e XVII, ver Maffei & Nogueira (1966).

² AESP – *Lista de todas as pessoas que declaram existentes nestas minas de Paranapanema e seus distritos* – Papéis referentes às minas de ouro e ferro de diversas localidades. Casa de fundição e almoxarifado de São Paulo e Paranaguá, ordem 347, lata 97.

³ AESP – *Maços de População*, Apiaí, 1776, 1784, 1798, 1809 e 1816, rolo 1 e 1824 e 1835, rolo 2.

⁴ O real donativo era um imposto especial pago pelo povo para certas despesas da família real portuguesa.

⁵ Algumas ressalvas são necessárias em relação à fonte utilizada. Das oito localidades arroladas no documento, nenhuma delas foi claramente identificada como aquela que corresponderia a

livres e cativos. Tal redução parece guardar estreita relação com a diminuição da produtividade dos garimpos em Paranapanema. Os sinais dessa crise mineratória manifestam-se no trecho transcrito abaixo, retirado de uma petição dos moradores de Apiaí, datada de 1737, cujo objetivo era obter a isenção do Donativo Real estabelecido em 1728:

(...) porém como no mesmo tempo floresceram as minas dos Goyases, com grande reputação e esperanças de maiores fortunas, foram desertando para elas a maior parte dos moradores daquelas de Pernampanema e Pyahy, com cuja deserção se cobrou somente no primeiro ano 1.453 $\frac{3}{4}$ de oitava, e no segundo ano 707 $\frac{1}{2}$ oitavas, e no terceiro, 358, e no quarto, 374 e no quinto 376 e no sexto e último 286 oitavas por irem em cada um dos anos diminuindo-se os moradores daquelas minas, desertando para as outras dos Goyases, em tal forma que vieram a ficar em uma muito diminuta povoação, não se achando nelas mais que cento e vinte escravos. (D.I., V. 24, p. 237-240)

A ausência de novos descobertos na região condicionou o evoluir demográfico da freguesia durante as três décadas subseqüentes. Em 1765 o Capitão-mor Francisco Xavier da Rocha registrava a presença de apenas 123 pessoas livres. Não há informes sobre a ocupação desses moradores. Porém, em documento datado de 28 de setembro de 1767, da secretaria do governo de Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão – o Morgado de Mateus, governador que assumiu o comando da Capitania paulista após sua restauração⁶ (1765-1775) –, questionava-se o secretário, entre outras coisas, sobre a quantidade de ouro produzida e a destinação dada a esse metal (D.I., V. 65, p. 184-186). Tal preocupação, manifestada cerca de dois anos após a posse do Morgado de Mateus, indica possivelmente a manutenção de atividades mineratórias residuais durante esse período.

A segunda fase da atividade mineratória em Apiaí inicia-se na segunda metade da década de 1770, com a descoberta do “Morro do Ouro”.⁷ A população total da vila de Apiaí, 434 pessoas em 1776, passou para 819 em 1784, representando um incremento geométrico anual de 8,3%. O adensamento

Apiaí. Tal observação caracteriza-se como um óbice à análise dos informes concernentes aos anos posteriores. Entretanto, diante da ausência de outros documentos que pudessem precisar melhor a delimitação geográfica de cada um dos núcleos, optou-se por conservá-los juntos. A localidade com maior número de habitantes denominava-se Cubatão, com 171 (35,8%) moradores. Em ordem decrescente, têm-se: Nossa Senhora da Conceição (90 ou 18,9%), Ribeirão (80 ou 16,8%), Capoeiras (47 ou 9,9%), Paranapitanga (32 ou 6,7%), Morro do Chaves (28 ou 5,9%), Sutil (21 ou 4,4%) e Fazenda São Pedro (seis ou 1,3%).

⁶ São Paulo esteve submetida à jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro entre 1748 e 1765.

⁷ O período de maior intensidade de extração do metal coincidiu com o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), que manteve uma significativa troca de correspondência com o corpo militar e burocrático da vila de Apiaí, exigindo rigor no cumprimento das ordens sobre a ocupação e exploração do novo descoberto (AESP, Documentos Interessantes, v. 74, p. 264; v. 70, p. 256-257; v. 80, p. 92-93; v. 82, p. 29-30).

populacional registrado foi acompanhado por forte pressão da administração portuguesa. Entretanto, a expectativa de uma grande descoberta parece não ter sido concretizada. Já em meados da década de 1780 pode-se perceber que a exploração do aludido morro atingira seu auge. Como se infere da lista nominativa de 1798, apesar de muitos escravistas constarem como “minera-dores”, o volume total de ouro atingiu a pequena quantia de 1.156 oitavas.⁸ Naquele mesmo ano, a população total registrada – 891 pessoas –, além de representar um ínfimo crescimento em relação ao ano de 1784 – um aumento de 8,7% em 12 anos –, mostrava pela primeira vez um predomínio de pessoas livres, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1. População livre e escrava de Apiaí, 1732-1835.

Anos	Livres		Escravos	
	N	%	N	%
1732	191	40,2	284	59,8
1776	158	36,7	273	63,3
1784	353	43,1	465	56,9
1798	474	53,0	420	47,0
1809	583	58,0	421	42,0
1816	898	64,4	497	35,6
1824	816	69,0	367	31,0
1835	1.239	80,2	305	19,8

Fonte: AESP.

A mudança no padrão de crescimento da população livre entre 1784 e 1798 e a perda líquida de escravos no mesmo período decorreram, possivelmente, do arrefecimento da lide aurífera, compelindo parte de seus moradores a saírem de Apiaí. Esse momento merece destaque na trajetória da pequena vila, pois, pelo menos até 1835, a população escrava manter-se-ia minoritária em Apiaí: entre 1798 e 1835, a população livre registrou um crescimento da ordem de 361,9%, ao passo que o contingente escravo sofreu uma queda equivalente a 27,5%. Em um contexto de esgotamento definitivo dos veios auríferos e diante da ausência de outras atividades econômicas que pudessem substituir a dinâmica verificada durante o século XVIII, destaca-se a persistência da população escrava durante praticamente meio século após a ocorrência do segundo surto mineratório. A seção seguinte tratará da estrutura de posse desse segmento.

⁸ Não se descarta a possibilidade de tal cifra representar um valor inferior à real produção aurífera, com o intuito de sonegação fiscal.

A ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII

A Tabela 1 indica a presença majoritária de cativos ao longo do século XVIII em Apiaí. Tal predomínio dos escravos sugere uma estreita relação com as atividades mineratórias desenvolvidas em maior ou menor grau durante o Oitocentos. A partir de 1798, a presença de escravos em Apiaí torna-se cada vez menor, até atingir apenas 305 pessoas em 1835 ou 19,8% da população total naquele ano.

Distinções importantes marcam o perfil da população cativa nos dois momentos de maior exploração do ouro. Em 1732, a razão de sexo entre os cativos indicava a presença de 408,5 homens para cada grupo de 100 mulheres. Já em 1776, o predomínio masculino revelava-se bem menor, assumindo esse indicador valor igual a 137,4. Em 1784, a presença de escravos homens voltou a aumentar, com razão de sexo igualando 248,1. Por fim, em 1798, já na decadência definitiva das atividades extrativas, a participação dos homens sofreu novamente um decréscimo: 145,6. Durante o século XIX, além da aludida redução do contingente, a razão de sexo apresentou valores decrescentes: 122,7 em 1809, 119,9 em 1816, 120,0 em 1824 e 114,8 em 1835. Essa persistente redução do indicador sinaliza um ambiente econômico de ausência de compras significativas de cativos do sexo masculino, coadunando com a perspectiva de dinamismo após o período de maior extração do ouro. Por esses motivos, a estrutura de posse dos cativos será tratada segundo dois segmentos de tempo: um primeiro, considerando os anos entre 1732 e 1798, e outro, que parte desse último ano e se estende até 1835.

Conforme o Gráfico 1, a distribuição desses proprietários segundo os tamanhos dos plantéis sofreu variações significativas ao longo do primeiro intervalo. Os pequenos proprietários – até quatro cativos – perfaziam a maioria pelo menos até 1784: 66,7% em 1732, 70,0% em 1776, 57,3% em 1784 e 43,2% em 1798. Concomitante à redução na participação relativa, esse decréscimo é percebido primeiramente entre os proprietários de plantéis unitários que, após representarem 40,0% dos casos em 1776, estabilizam sua participação em torno de 20,0% nos dois marcos seguintes. Os escravistas proprietários de dois a quatro cativos, com 37,5% da participação em 1784, atingem 21,6% em 1798.

De outro lado, nota-se o relativo aumento na participação dos plantéis médios (entre cinco e 19 escravos), que passou de 27,8% em 1732 para 45,9% em 1798. Por fim, os grandes proprietários – com 20 ou mais escravos – atingiram sua participação máxima em 1784, com 12,4%, valor não muito superior aos observados em 1776 (10,0%) e em 1798 (10,8%), além de praticamente o dobro daquele registrado em 1732 (5,9%).

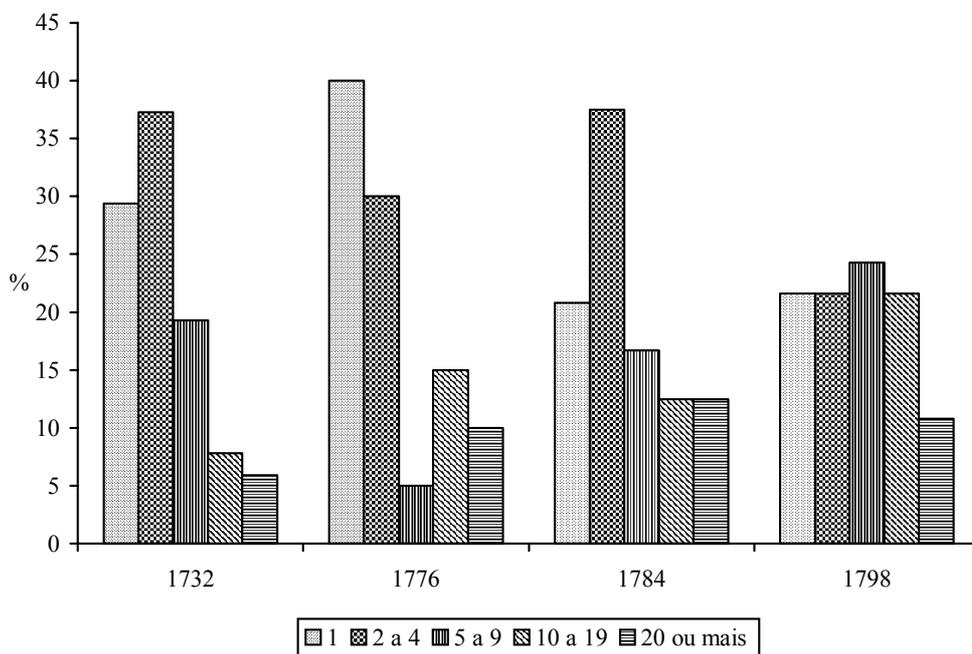


Gráfico 1. Distribuição relativa dos proprietários segundo faixas de tamanho dos plantéis (Apiaí, 1732-1798).
Fonte: AESP.

Alguns fatos significativos emergem do confronto entre essa distribuição e os episódios mineratórios. A principal conclusão mostra o perfil relativamente distinto dos mineradores nas fases posteriores aos períodos de maior intensidade do garimpo: em 1732, assim como em 1784, momentos mais próximos do auge da extração mineratória, a distribuição dos proprietários entre as diferentes faixas de posse guarda semelhanças. Já em 1776 verifica-se uma intensificação da presença de pequenos proprietários, ao passo que em 1798 os proprietários de posses médias rivalizam com os pequenos no predomínio da distribuição.

Observando-se agora a distribuição dos cativos entre as diferentes faixas de posse, verifica-se uma persistente concentração da posse escrava nos grandes plantéis, conforme se infere do Gráfico 2.

Exceto em 1732, quando 63,0% dos escravos arrolados compunham as propriedades entre dois e 19 escravos – e, em consequência, a faixa de maior tamanho apresentou a menor participação: 31,7% –, nos demais anos os plantéis com 20 ou mais cativos congregavam a maior quantidade de escravos. Maior intensidade pode ser observada em 1776 e 1784, com 59,3% e 56,7%, respectivamente. O perfil em 1798 indica o predomínio dos plantéis de tamanho médio, entre cinco e 19 escravos, com 42,1%, não obstante a distribuição assemelhar-se à observada em 1784.

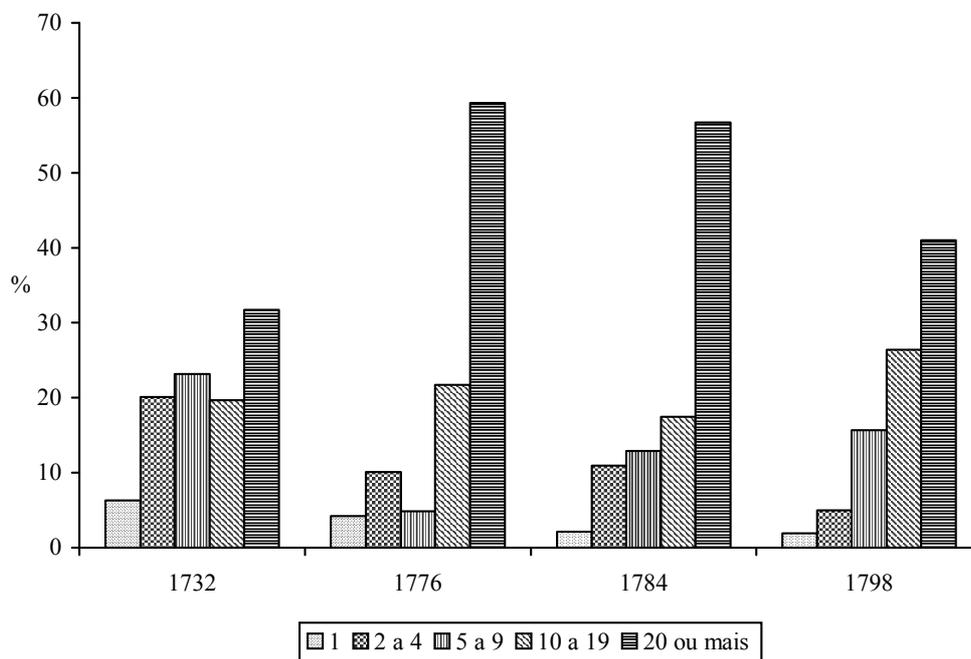


Gráfico 2. Distribuição relativa dos escravos segundo faixas de tamanho dos plantéis (Apiaí, 1732-1798).
Fonte: AESP.

Destarte, a primeira fase de extração de ouro apresentou um caráter mais homogêneo na distribuição da posse cativa entre os proprietários. Esse fato relacionar-se-ia à condição de “igualdade” imposta pela legislação portuguesa na distribuição das datas minerais entre os interessados. Contudo, o principal motivo para tal desenho parece vinculado ao caráter recente da ocupação da região e ao resultado das primeiras explorações, que permitiriam o enriquecimento rápido e o conseqüente acesso à compra de escravos.

Esse fato não se repete na segunda fase do ouro em Apiaí. O episódio do “Morro do Ouro” ocorreu quando já havia uma estrutura de posse – e bastante concentrada – desde há muito assentada. A distribuição dos escravos em 1776 e 1784 evidencia que, em detrimento das faixas extremas, as intermediárias aumentaram ou tenderam a manter sua participação relativa, principalmente aquela concernente aos grupos compostos de cinco a nove escravos que, de 4,8%, passou a deter 12,9% dos cativos. Entretanto, a principal característica, qual seja, a elevada concentração na maior faixa, manteve-se presente nos quatro anos considerados. Em 1798 essa concentração foi mitigada pela emigração de parte dos escravistas e pelo resultado de partilhas (VALENTIN, 2001, p. 566-569).

A POSSE DE ESCRAVOS NO SÉCULO XIX

Os escravistas de Apiaí somavam 39 pessoas em 1809, 42 em 1816, 33 em 1824 e 38 em 1835. A maior parte dos proprietários, em todos os anos, possuía até quatro escravos: 64,1% em 1809, 59,6% em 1816, 54,8% em 1824 e 65,8% em 1835. Entretanto, a distribuição desses pequenos escravistas guardava distinções importantes, conforme o Gráfico 3. Os efeitos do esgotamento do ouro e da partilha de posses fizeram-se presentes em 1784 e principalmente em 1798, através do aumento relativo da participação de proprietários com posses entre cinco e 19 escravos. Em 1809, a participação relativa dos pequenos e grandes proprietários acentuou-se em relação à distribuição na última trintena do século XVIII, possivelmente apontando o movimento de emigração de escravistas já observado em 1798. A principal variação percebida entre 1809 e 1816 foi a mudança nas posições relativas entre os pequenos escravistas.

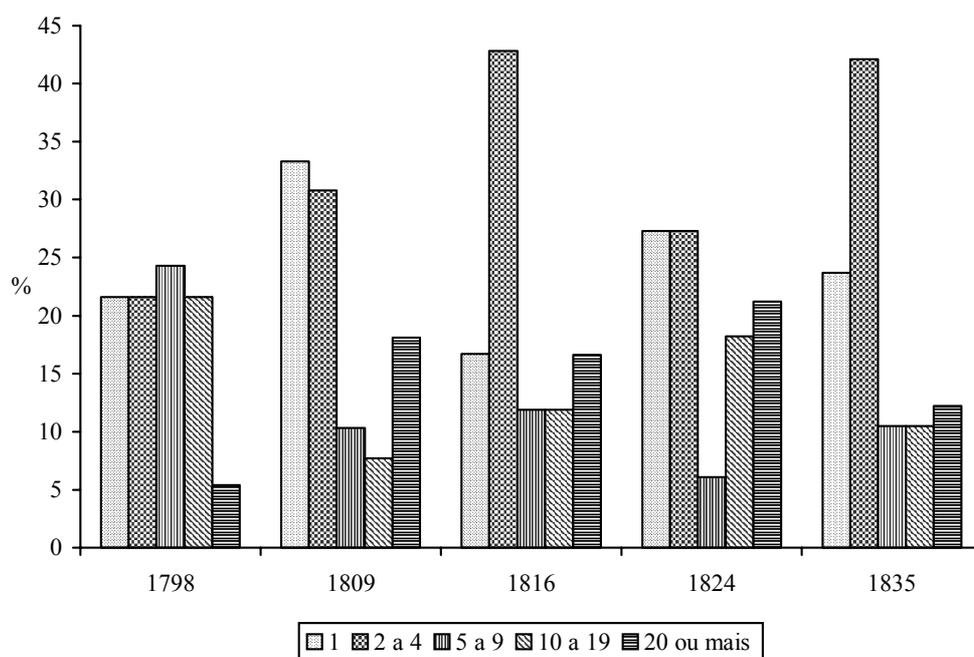


Gráfico 3. Distribuição relativa dos proprietários segundo faixas de tamanho dos plantéis (Apiaí, 1798-1835).
Fonte: AESP.

De fato, em 1809 e 1824, os escravistas com plantéis unitários compareciam com participação relativa assemelhada àqueles detentores de dois a quatro cativos, o que não ocorria nos anos de 1816 e 1835, com predomínio dessa última faixa. No outro extremo da distribuição, as participações são praticamente idênticas, exceto em 1824, quando os escravistas com dez ou mais ca-

tivos representavam praticamente quatro décimos dos proprietários. Ademais, nota-se, principalmente em 1835, o crescimento da participação dos pequenos proprietários em detrimento dos médios e grandes. Se em 1824 os pequenos proprietários – até quatro escravos – representavam 54,8%, em 1835 essa participação alcança 65,8%. O grupo dos que detinham entre dois e quatro escravos passa de nove para 16 proprietários. Em contrapartida, a participação dos médios e grandes proprietários (com dez escravos ou mais) cai de 39,4% para 23,7%. Os números relativos impressionam, mas a observação dos valores absolutos indica variações de pequena monta: em 1824, 13 proprietários possuíam dez ou mais escravos e, em 1835, nove escravistas.

Os escravistas brancos⁹ representavam a maioria nos dois anos, porém com participações decrescentes (28 ou 71,8% em 1809 e 26 ou 61,9% em 1816). O principal dado a ser retido refere-se à participação dos 15 (35,7%) proprietários pardos em 1816, que praticamente dobra em valores absolutos (apenas oito casos em 1809, ou 20,5%). Estes possuíam poucos escravos: em 1809, sete tinham até quatro cativos e em 1816 todos os 15 localizavam-se na mesma faixa de posse. Dessa forma, pelo menos para 1816, os pardos constituíam a maioria dos pequenos proprietários, correspondendo a 15 entre os 25 (ou 60%) daqueles que possuíam até quatro cativos. A participação de proprietários pardos e pretos em 1816 (38,1%) superava a observada já em 1798, com 29,0% de escravistas pretos ou mulatos. Em 1824 essa participação não chegaria a atingir 30,0%. Porém, em 1835, a relação aqui considerada muda radicalmente de perfil, quando mais de 65% dos 38 proprietários presentes naquele ano foram identificados como pardos. Em 1824, todos os nove escravistas pardos possuíam até quatro escravos. A situação difere um pouco em 1835, pois se 19 dos 35 escravistas pardos detinham plantéis pequenos, pelo menos seis deles conseguiram ocupar as faixas seguintes: quatro com posses entre cinco e nove escravos e dois com dez a 19 cativos. Entretanto, em todos os anos, a primazia dos grandes plantéis pertencia aos escravistas brancos.

A distribuição dos escravistas em 1835 retoma o desenho observado em 1816, porém com maior participação dos proprietários de pequeno porte. Dos nove senhores com dez ou mais cativos, apenas um não constava nessa condição em 1824. Entre os 31 proprietários de pequenas posses, 22 não constavam da lista de 1824. No caso dos antigos escravistas, tanto a ausência da vila em 1835 quanto a perda da condição de escravista alinhavam-se como fatores na alteração da composição. Assim, entre os senhores com plantéis unitários, dos nove presentes em 1824, três não constavam como moradores em

⁹ As listas nominativas consultadas informam a cor das pessoas e as atividades econômicas apenas a partir de 1798.

1835 e outros três não possuíam escravos nesse ano. Dois deles mudaram de faixa de posse e apenas um manteve-se na mesma condição observada em 1824. Alteração mais acentuada ocorre na faixa de posse seguinte, pois, dos 16 casos presentes em 1835, apenas quatro constavam em 1824, dos quais três ainda habitavam a vila, mas não detinham cativos em 1835 e outros dois não foram localizados em 1835.

Isso faz crer que as pequenas oscilações ocorridas na estrutura de posse até meados da década de 1820 ainda não indicavam nenhum movimento específico que pudesse justificar esse futuro predomínio. Todavia, as transformações econômicas e demográficas dos dois primeiros decênios alicerçariam as mudanças a partir de fins da década de 1820, aqui indicadas apenas pela alteração no perfil do proprietário de cativos em Apiaí. De fato, ressalvadas as distinções no grupo dos pequenos escravistas, entre 1809 e 1816, 24 escravistas constavam nos dois anos, possuindo 368 escravos em 1809 (87,4% dos 421 presentes na lista para o referido ano) e 418 em 1816 (84,1%); além disso, entre os presentes em 1816, pelo menos outros seis guardavam parentesco com escravistas arrolados em 1809 – duas viúvas, um através de casamento e três filhos que receberam como doação paterna dois escravos cada um – somando mais 20 escravos aos 418 já referidos, atingindo assim 88,1%. Tais observações apontam para um perfil de posse escrava relativamente estabilizado – compatível com a dinâmica posterior ao esgotamento das atividades mineratórias.

Em relação às práticas econômicas exercidas por esses escravistas, as agrícolas envolviam pouco mais da metade dos senhores em 1809 e quase isso em 1816, porém concentravam menos da terça parte dos escravos (31,6% nos dois anos). O destaque cabe ao número de proprietários envolvidos na plantação e/ou processamento de cana, que passou de três para 12 casos, evidenciando assim a busca por alternativas lucrativas para o uso do contingente escravo em 1816. A quantidade de escravos alocada nessa atividade cresceu 247,1%, alterando significativamente o peso relativo entre os dois anos, de 20,7% em 1809 para 60,8% em 1816. Tal aumento parece guardar estreita relação com o desaparecimento das atividades mineratórias em 1816, cuja frequência já era baixa em 1809 (cinco proprietários).

Também a baixa frequência de artesãos e negociantes proprietários de escravos¹⁰ indica que o volume de transações locais não deveria ser grande o bastante para permitir a expansão de um segmento ligado às atividades urbanas com rentabilidade suficiente para a manutenção de escravos alocados para tais fins. Todos esses proprietários possuíam pequena quantidade de escravos.

¹⁰ Todos os negociantes da vila eram escravistas, assim como dois dos três artesãos.

Precisando melhor, em 1809, 15 dos 22 proprietários envolvidos em atividades agrícolas tinham até quatro cativos. Por outro lado, dos três que se dedicavam à cana, dois tinham 20 ou mais escravos. Um desses, Joaquim de Pontes Maciel, era responsável em 1816 pela inclusão de três de seus filhos tanto no universo escravista como no cultivo de cana, pois nesse ano apareciam chefiando domicílios independentes e com dois a quatro escravos cada, ao passo que o plantel possuído pelo pai sofreu uma redução de tamanho. Portanto, mesmo o aumento da participação de escravistas nessa atividade precisa ser visto com ressalvas, por refletir desdobramentos de uma mesma matriz. Em 1816, 13 dos 20 donos de escravos que se dedicavam às atividades agrícolas detinham quatro ou menos cativos.

Em 1824, um maior número de escravistas apresentava-se como agricultores, correspondendo a quase metade dos 33 proprietários. Entrementes, a posse relativamente pequena – 69 escravos – redundava em um número médio de escravos igual a 4,3. A maioria desses pequenos proprietários era de cor: nove pardos, um preto e sete brancos. Além disso, a idade média desse grupo – 42,8 anos – apresentava variações segundo a cor. Entre os brancos, a idade média, 46,1 anos, era mais elevada que a dos pardos, 38,9 anos.

Duas ocupações concentravam de fato a massa cativa nesse ano: a dos “agricultores e criadores”, com 41,0% dos cativos, e a dos que plantavam e/ou processavam a cana, com 33,3%. Corresponde aos primeiros uma posse média igual a 21,3 escravos e aos segundos, 24,2. Ambos os casos compunham-se exclusivamente de proprietários brancos, com idades médias iguais a 40,7 e 53 anos, respectivamente.

Os dados acima parecem apontar para uma clivagem entre os pequenos proprietários, mesclados entre brancos e não brancos – estes mais jovens do que aqueles – e os grandes proprietários, exclusivamente brancos e com idade mais avançada. Esse perfil evidencia a impossibilidade de acesso, pelos pequenos proprietários, a uma condição de produtor diferenciado, exercida por uma pequena elite que parece perder expressão em 1835, quando a dicotomia entre pequenos agricultores e canavieiros fica mais evidente. Aos primeiros, maioria entre os proprietários, coube uma posse média de 5,4 escravos, enquanto para os segundos tal indicador alcançava 22,1.

Apesar do predomínio de pardos entre os donos de escravos, a origem social ainda determinava uma significativa diferenciação entre estes. Entre os agricultores, por exemplo, os brancos possuíam, em média, 9,4 escravos e os pardos, 3,7. Já entre os envolvidos no cultivo e processamento da cana, a diferença acentuava-se, pois os quatro proprietários de cor branca detinham, em média, 34,5 escravos e, os pardos, tão-somente 5,7. Conforme será tratado na seção seguinte, a ascendência desse grupo decorreu principalmente da

partilha de duas grandes posses em 1824, o que certamente limitava o tamanho das propriedades e talvez viesse a influir na própria existência futura desses engenhos, sem número suficiente de escravos.¹¹

A posse escrava ficou mais concentrada naqueles proprietários com menor quantidade de escravos e que adquiriram a condição de escravistas ao longo dos 11 anos que separam as duas últimas datas aqui selecionadas. A ascensão desses novos senhores, entretanto, não representava necessariamente a formação de novos plantéis. Observando-os com atenção, verifica-se que pelo menos metade dos 23 novos proprietários assumiu essa condição como herdeiros – filhos e viúvas – de escravistas presentes em 1824. Esse quadro, aparentemente distinto daquele verificado entre 1809 e 1816, quando a maioria dos proprietários mantinha a posse, na verdade insere-se na perspectiva de retenção dos escravos apiaienses nas mãos das mesmas famílias.

O resultado dessas modificações é apresentado no Gráfico 4, no qual se indica a distribuição relativa dos escravos segundo faixas de tamanho dos plantéis.

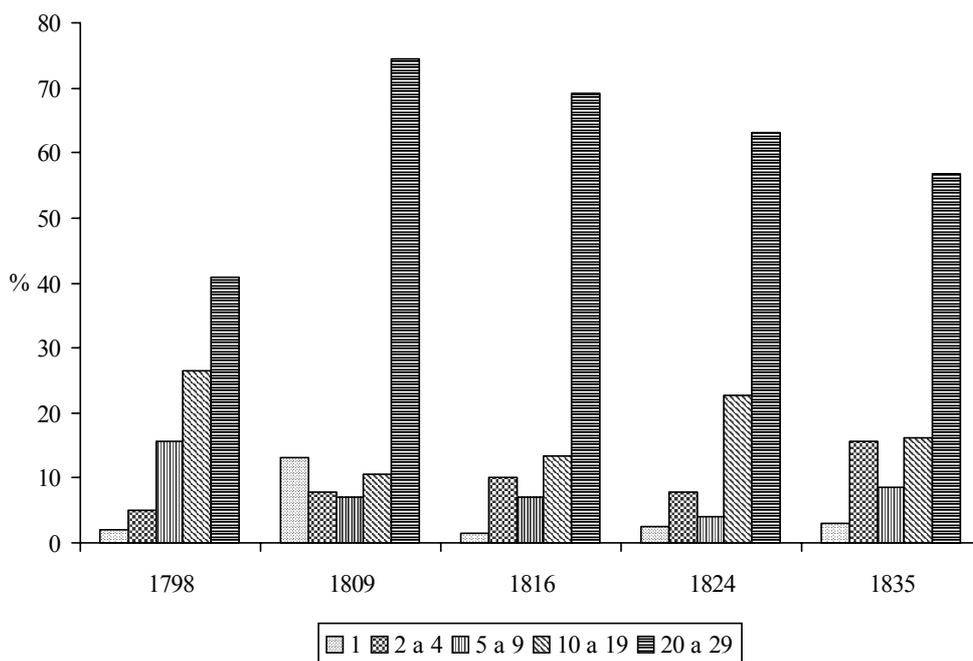


Gráfico 4. Distribuição relativa dos escravos segundo faixas de tamanho dos plantéis (Apiá, 1798-1835).
Fonte: AESP.

¹¹ A produção total de aguardente na vila de Apiá em 1835 igualou-se a 256 canadas. Em 1824, a vila e seu termo de Iporanga produziram 450 canadas. A freguesia da vila de Apiá, Iporanga, em 1835, foi responsável pela produção de 870 canadas.

Os efeitos da presença de proprietários de plantéis unitários em 1809 podem ser visualizados: esse foi o único ano em que a participação relativa de escravos possuídos por pequenos escravistas (até quatro escravos) superava a dos médios (cinco a 19 cativos). Nota-se, em todos os anos do século XIX, a significativa concentração de escravos nas posses de 20 a 29 cativos, fato que contribuiu para a elevação da concentração da posse escrava. O aumento das posses dos antigos escravistas e a condução de novos proprietários, beneficiados pelas partilhas das propriedades, refletem-se com maior intensidade em 1824, principalmente na faixa dos dez aos 19 escravos. Ainda em 1824, reduz-se a participação relativa de escravos nas pequenas posses (de dois a nove cativos). Em 1835, a participação de escravos nos pequenos plantéis (até dez cativos) distingue-se dos anos anteriores, reflexo da emergência de novos senhores. Também em virtude desses eventos, a participação na maior faixa de posse atingiu o menor valor para o período indicado no gráfico, menor inclusive do que o registrado em 1798, 38,6%, quando heranças recebidas fizeram surgir novos escravistas. Já a presença de escravos nos plantéis com 20 ou mais cativos vinha sofrendo reduções sucessivas desde 1809.

Uma síntese das alterações na estrutura de posse dos escravos em Apiaí ao longo de todo o período estudado pode ser inferida da Tabela 2.

Tabela 2. Proprietários e escravos: indicadores de tendência central e índice de Gini (Apiaí, 1732-1835).

Anos	Proprietários	Escravos	Média	Mediana	Moda	Índice de Gini
1732	51	284	5,6	3	1	0,551
1776	20	273	9,3	2	1	0,704
1784	48	463	9,7	4	1	0,632
1798	37	419	11,3	6	1	0,631
1809	39	421	10,8	2	1	0,705
1816	42	497	11,8	4	2	0,678
1824	33	363	11,0	4	1	0,588
1835	38	305	8,0	3	1	0,619

Fonte: AESP.

Durante o Setecentos, sobretudo nos anos mais próximos aos episódios auríferos, tanto as médias como as medianas eram relativamente menores do que nos demais anos, assim como a concentração da posse escrava, conforme apontam os valores assumidos pelo índice de Gini. Tanto em 1776 como a partir de 1798, períodos marcados pela ausência de novos estímulos econômicos, a distribuição da posse escrava tendeu a manter-se mais concentrada, principalmente em 1809 e 1816. Em 1824, a redução absoluta de proprietários e escravos não produziu mudanças significativas nos indicadores de tendência central em relação aos números referentes a 1816. Entretanto, o índice de

Gini revela uma desconcentração da posse cativa, conforme esperado, diante da redução relativa de escravos nos grandes plantéis. Já em 1835, a redução dos valores médio e mediano reflete tanto o menor número de cativos presentes, como a sua distribuição por um número maior de proprietários, principalmente com pequenas posses. Em conformidade, o indicador de concentração utilizado, ao apresentar um crescimento em relação a 1824, indica o aumento da participação de pequenos proprietários – especialmente pardos – simultâneo à manutenção de alguns poucos plantéis de maior vulto.

MANUTENÇÃO E PARTILHA DA POSSE ESCRAVA

Ao longo das primeiras décadas do século XIX verifica-se em Apiaí um movimento no sentido de se alcançar ou perder a condição escravista. Um caso ilustrativo é o do mulato Joaquim José Mariano, com 30 anos em 1809, casado com Antonia. Além dos quatro filhos, coabitava seu fogo o escravo Mateus, solteiro, então com 50 anos. Em 1816, Joaquim tinha sete filhos, porém Mateus já não mais aparecia como escravo naquele domicílio. Esse caso indica a fluidez entre as condições de proprietário de plantel unitário e não escravista. Para Mariano, a perda de um escravo, já em idade avançada e incapaz de realizar os trabalhos mais árduos, foi possivelmente mais que compensada pelo crescimento da força de trabalho familiar, pois pelo menos três de seus filhos tinham mais de dez anos. Acompanhando-se as listas nominativas posteriores a 1816 e também o inventário, aberto pelo passamento de sua esposa, aos 2 de julho de 1827, pode-se saber um pouco mais da trajetória desse ex-escravista. Pelo menos até 1835, então com 60 anos, Joaquim José não constava como proprietário de escravos. Nesse ano constava ele ser natural de Paranapanema e vivia com outra esposa, Isabel Maria, de 40 anos. Moravam na mesma unidade sete filhos, sendo cinco do primeiro casamento. Nessa época, declarou produzir 60 alqueires de milho e dez de feijão, além de quatro bezerros e um potro. Sua situação em 1827 parecia melhor, pois constava do inventário um sítio com dois paióis. Pela quantidade de mulas e cangalhas, é possível inferir que, entre outras atividades, o inventariante dedicava-se ao ofício de tropeiro, além de possuir uma pequena criação de gado, com 15 vacas e quatro bois. Entre os credores, constavam moradores das vilas de Curitiba e Morretes, reforçando a idéia da atividade de transporte. De qualquer forma, a riqueza total inventariada somava apenas Rs. 153\$490 que, com a dedução das dívidas citadas, resultou em um monte-menor de apenas Rs. 56\$490. Esse quadro decorre possivelmente da quantidade de filhos que, decerto, receberam parte da herança materna.

A trajetória de Joaquim José Mariano permite lançar algumas luzes sobre as alternativas econômicas da população apiaiense durante o primeiro terço do século XIX, quando a atividade mineratória não se revelava rentável a ponto de permitir dedicação exclusiva. Não foi possível descobrir a partir de quando esse ex-escravista envolveu-se no tropeirismo, pois em nenhuma das listas compulsadas encontrou-se algum indício de que essa fosse sua atividade principal. Em todos os anos verificados esse morador declarava-se agricultor. Como no ano de 1835 nenhum muar aparece arrolado, supõe-se que Joaquim já tivesse abandonado essa atividade. Apesar da idade avançada, no referido ano morava com ele pelo menos um filho que poderia dar continuidade ao ofício. Seja como for, essa parece ter sido uma atividade secundária à agrícola. São dois os momentos importantes nessa história: a decisão de investir no transporte de cargas e a desistência de sua manutenção. O primeiro, ao que tudo indica, deve ter ocorrido nos primeiros lustros do século XIX e traduziria, na impossibilidade de enriquecimento através da mineração, a percepção de ganhos com o crescimento populacional e o comércio local. Tal intuição, todavia, não se teria concretizado ao longo dos anos, estimulando o advento do segundo momento, que teria ocorrido antes de 1835.

Diferente, porém igualmente ilustradora da mobilidade dos proprietários de plantéis unitários, é a história de Maria Dias, que em 1809 possuía uma escrava, Benedita, de 13 anos, apenas um ano mais nova do que sua proprietária. Ambas viviam agregadas ao fogo de Manoel Coelho Duarte, casado com a irmã mais velha de Maria, chamada Martinha Dias. Maria e Martinha eram filhas de Thomaz Dias Baptista, morador da freguesia de Iporanga. Em 1798, quando Maria tinha dois anos, seu pai possuía 46 escravos, incluindo a pequena Benedita, então com apenas um ano. Em 1816, Maria Dias aparecia casada com Joaquim José Gomes Prestes, com quem tinha duas filhas. O fogo possuía três escravos, entre eles Benedita, então com 20 anos. Assim, nos cálculos acima, Maria Dias deixou de ser escravista. Pelo menos até 1824, Benedita, então com 25 anos, continuava escrava do casal, que possuía outros cinco cativos. O caso de Maria Dias exemplifica uma forma de crescimento e manutenção da propriedade cativa que parece ganhar cada vez mais importância na vila: o estabelecimento de laços matrimoniais e transmissão de heranças.

Um terceiro caso dentre os pequenos proprietários em 1809 é o do pardo Eugênio Nunes de Lima, então com 29 anos e casado com Maria, 28, com quem tinha três filhos e os escravos Joana (29) e José (um), além do agregado José, de 25 anos. Consta que Eugênio vivia de negócio, porém sem nenhuma especificação. Em 1816, o casal já tinha sete filhos e o recenseador apontou a escrava Joana como mãe dos escravos José e Manoel, além da presença

do escravo Inácio, de 30 anos. Viviam como agregados o casal Francisco e Inácia com seus cinco filhos, totalizando 20 pessoas no fogo de Eugênio, contra apenas oito em 1809. Nesse ano encontrava-se Eugênio envolvido na produção de aguardente. Seu inventário, aberto em 1821, arrolava, entre outros bens, quatro escravos: Miguel, de nação, com idade desconhecida, e os mulatos José (12), Manoel (oito) e Francisco (quatro), além de alguns animais, instrumentos de alambique e pertences pessoais. Seu engenho ficava na Ribeira acima, porém a residência estava instalada na vila de Apiaí. O monte-mor somava Rs. 807\$-810, parte do qual utilizada para saldar as dívidas de Rs. 43\$320. Aparentemente Eugênio escoava sua produção através do porto de Ribeira, pois era de lá um de seus credores.

Em 1824, a viúva, Maria de Almeida, 48 anos, aparece morando com os filhos José (13), Gregório (12), Sabino (sete), Rita (dez), Rosa (seis), Maria (cinco), Antonia (dois) e três cativos: Miguel (33), José (16) e Francisco, de seis anos. Atividade econômica: “está vivendo”. A pequena posse acima descrita sofreu algumas mudanças na sua composição, porém sua maior parte provém dos filhos deixados pela escrava Joana.

Pouco pode ser afirmado sobre Eugênio antes de 1809. Talvez fosse filho de José Nunes, um mulato que compunha a lista de moradores no ano de 1798 e que não possuía escravos. Se isso for verdade, a morte ceifou a trajetória de Eugênio que, com pouco mais de 40 anos, emergia da condição de não escravista para uma posição intermediária na estrutura social de Apiaí. Teria ele condições de atingir a posição de médio proprietário de escravos? A única informação concreta parece ser a aquisição de Miguel. Talvez estivesse nos planos de Eugênio a substituição de Joana. O fato é que Maria Matildes não deu continuidade a esse projeto. Ou não teve oportunidade para tanto. Nesse sentido, poder-se-ia considerar o *status* social atingido pelo escravista Eugênio, ao falecer, como o limite máximo: se, de fato, a propriedade cativa tendia a permanecer concentrada nas mãos de um grupo familiar – e dada a distância que separava Apiaí dos centros paulistas mais dinâmicos – é possível vislumbrar um mercado relativamente escasso para o comércio de cativos, mesmo para aqueles que se dedicavam à produção de derivados de cana, cuja comercialização poderia gerar ganhos financeiros suficientes para a aquisição de novos escravos. Porém, no caso dos apiaienses, o custo envolvido no transporte até o porto de Iguape restringiria a possibilidade de auferir ganhos semelhantes aos dos proprietários de engenhos localizados no Oeste Paulista. Dessa forma, a aquisição de novos escravos constituiria uma dificuldade para a maior parte dos apiaienses.

Esses três casos ilustram as diferentes formas de acesso ou saída da condição de escravista, explicando assim parte da dinâmica observada entre os

pequenos proprietários. De outro lado, como indicam os gráficos anteriores, uma parcela dos escravistas possuidores de plantéis maiores incrementou o tamanho de suas posses, evidenciando o processo de acumulação ao longo de suas vidas.

A alteração do padrão de posse entre 1816 e 1824 está associada à partilha da maior propriedade escrava, pertencente a Dona Anna de Oliveira Roza, falecida em fins de 1818 ou inícios de 1819. O inventário de Dona Anna é datado de 11 de maio de 1819. Aos autos do processo encontra-se juntado o testamento, de 12 de novembro do ano anterior. O orçamento demonstrativo dos bens da herança inventariada indica que as avaliações resultaram num monte-mor de pouco mais de quinze contos de réis (Rs. 15:059\$695) e que pouco menos de dois terços (63,5%) dessa cifra correspondia ao valor da escravaria possuída. Eram 97 cativos, mais da metade dos quais (49, isto é, 50,5%) com idades inferiores a 15 anos. Deduzidas do monte-mor as custas do processo e as despesas do funeral, obteve-se o montante partível (Rs. 12:090-\$256) que foi dividido entre 19 herdeiros. A família Roza consta como proprietária de escravos em Apiaí pelo menos desde 1765 e, entre os herdeiros, apenas uma pessoa não era escravista. O resultado dessa pulverização não se associa apenas à redução do número absoluto de escravos entre 1816 e 1824. Nota-se o crescimento da participação relativa em duas faixas: os proprietários com 20 ou mais cativos, que já detinham posses significativas nos anos anteriores e aqueles com plantéis intermediários (de dez a 19 cativos), constituídos por escravistas mais jovens e que tiveram um acréscimo significativo no número de escravos possuídos ou que adquiriram a condição de escravista com elevado número de cativos.¹² Ainda nesse ano, a composição dos pequenos escravistas sofreu alterações, com participações idênticas dos escravistas com plantéis unitários e seus iguais detentores de dois a quatro cativos. Entre os nove que possuíam apenas um cativo, cinco já detinham a condição de escravista em 1816 e, dos nove presentes na faixa seguinte, sete constavam na lista de moradores do referido ano.

Ainda seguindo a pista sugerida pelas partilhas através dos inventários, pode-se também elucidar parte do significativo aumento de escravistas pardos registrados em 1835. No intervalo entre 1824 e 1835, foram localizados nove inventários. Em quatro deles havia escravos a serem partilhados entre os herdeiros. Considerar-se-ão três deles, por envolverem herdeiros em quantidade maior do que a unidade.

¹² Todos os escravistas com dez ou mais cativos presentes em 1824 moravam na vila em 1816. Dois deles, herdeiros de D. Anna, não compunham domicílio próprio em 1816.

O primeiro, datado de 18 de julho de 1826, é de Isabel de Lima, tendo como inventariante o marido José de Siqueira, que aparece como herdeiro, juntamente com seus cinco filhos. Esse caso mostra-se peculiar, pois a propriedade cativa resumia-se a apenas uma escrava de nome Isabel, nação, avaliada em Rs. 217\$800. Pelos bens arrolados, tratava-se de um dos maiores criadores do período, com cerca de 70 cabeças de gado, além de 24 alqueires de arroz em casca. Também possuía, à época do inventário da falecida, umas lavras, se bem que não há ouro em pó relacionado entre os bens. Essa família vivia na vila de Apiaí pelo menos desde 1798, quando José de Siqueira, mulato, 30 anos, aparecia casado com Isabel de Lima, mulata, 26 anos. Sua atividade de minerador rendia 20 oitavas anuais. Em 1809, o fogo abrigava José de Siqueira, pardo, 42 anos, casado com Isabel, 33, parda, além de quatro filhos. Como atividade principal aparecia a simples rubrica “planta”, mesma descrição anotada em 1816.

A lista de 1824 forneceu os seguintes informes: José de Siqueira, preto, 54 anos, casado com Isabel de Lima, parda, 49 anos, com os filhos Remigio (19), Joaquim (16), Valentim (14), Paulo (12) e Gertrudes (18), além da escrava Isabel, solteira, de 14 anos, vivendo como roceiro. Finalmente, no último dos censos selecionados, José de Siqueira aparecia como pardo, nascido em Taubaté, já com 70 anos, agora casado com Domingas de Oliveira, 39 anos e tendo a filha Maria, de nove anos. Entre os escravos estão Isabel, solteira, 30 anos, Francisco (oito), Raimundo (quatro) e Tomas, de um ano. Lavrador, produzia 80 alqueires de milho e dez alqueires de feijão. Provavelmente dois de seus filhos do primeiro casamento fossem seus vizinhos.

Acompanhar a trajetória de José de Siqueira é, de certa forma, observar uma exceção. Assumir tardiamente a condição de escravista e ver essa posse quadruplicar em pouco mais de dez anos, já no final de sua vida, caracteriza-se como um evento raro entre os moradores de Apiaí. Curiosa também é a variação de seu registro de cor ao longo dos censos: primeiramente mulato, passa a pardo em 1809, preto em 1816 e 1824, para novamente recuperar a denominação pardo em 1835, ou seja, o único proprietário preto em 1824 que passou a compor o grupo dos 25 escravistas pardos presentes em 1835.¹³

¹³ Ao verificar-se sua origem – Taubaté – outras dúvidas afloram sobre a sua história. Possivelmente José emigrou para Apiaí em busca do enriquecimento através da faiscação. A escolha de sua esposa parece não ter sido casual: anotações no inventário indicam ser a falecida irmã de Paula de Lima, pequena escravista apiaiense de longa data, filhas de Antonio Roiz Bitencourt e Severina de Lima, moradores de Apiaí pelo menos desde 1765. Em 1784, Paula (22) e Isabel (13) apareciam com filhas do casal. A família Lima chefiava diversos domicílios em 1784, o que parece indicar uma rede de parentesco bastante sólida. Essa relação dos Lima com a comunidade pode ser percebida inclusive no inventário analisado, pois lá destinavam-se Rs. 2\$000 para os funerais de Isabel, por conta do “acompanhamento da irmandade”. Para um forasteiro como Siqueira – talvez ex-escravo ou filho liberto – estabelecer-se em uma nova vila deveria ser, an-

O segundo documento tinha como inventariado José de Oliveira Roza, um dos herdeiros de D. Anna, que ocupou o cargo de capitão-mor da vila de Apiaí durante muitos anos. Datado de 25 de agosto de 1829, teve como inventarian- te Bento de Oliveira Roza. Durante todo o período que apareceu nas listas, Jo- sé de Oliveira Roza constava como solteiro. Porém, um incidente ocorrido em 1825 permite fazer algumas inferências sobre os oito herdeiros que aparecem no inventário.

O caso envolvia a indicação para o cargo de alferes. O capitão-mor José de Oliveira Roza encaminhou o nome de Irineu de Oliveira Roza como postulan- te ao posto vago. Em carta de 6 de março de 1826 ao governador, assinada pe- los camaristas Joaquim José Gomes Prestes, Ignacio Duarte do Valle e outros, acusavam José de Oliveira Roza de tê-los enganado, pois o indicado

é incapaz de exercer o posto, não só por ser um extravagante, e ser um dos ca- beças de muito insulto feito as freiras do convento de Sorocaba, como o dito ser filho de uma escrava de D. Angela de Oliveira Roza, pessoa a quem o dito capi- tão-mor patrocina e tem toda a sua geração no cativeiro.¹⁴

Irineu foi mencionado como um dos herdeiros do capitão-mor. Se de fato era filho de uma escrava, os demais herdeiros também poderiam ser.¹⁵ Em 1835 notou-se a presença de quatro dos herdeiros, todos pardos e detentores de parte dos 21 escravos pertencentes ao capitão-mor.

O monte-mor arrolado nesse inventário totalizava Rs. 4:683\$760 e, deduzi- das as dívidas e a terça, restou um monte partível de Rs. 2:708\$774, recebe- ndo cada herdeiro a quantia de Rs. 300\$975. O documento, em péssimas con- dições de conservação, dedicava a terça ao filho Irineu, que não aparece co- mo morador de Apiaí em 1835.

Algumas informações adicionais obtidas no inventário indicam que o fale- cido dedicava-se principalmente à criação de porcos e tinha uma considerá- vel área de plantação de milho, a julgar pelos 1.100 cargueiros de milho arro- lados na lista de bens. Além disso, tinha um rebanho de carneiros, vários ca- valos e mulas, além de peças de ferreiro,¹⁶ um alambique e tachos de cobre.

Essa partilha já ajuda a esclarecer pelo menos parte do significativo au- mento no número de proprietários pardos em 1835. Mas não é o único caso. O irmão de José de Oliveira Roza, Antonio de Oliveira Roza, cujo inventário

tes de mais nada, um exercício de aceitação por algum grupo comunitário. Nesse sentido, sua escolha parece ter sido bem-sucedida.

¹⁴ AESP, pasta 1 – Caixa 6 – ordem 800 – Ofícios diversos de Apiaí, 1823 a 1832.

¹⁵ A família de Irineu pode ser acompanhada nas listas nominativas. Em 1809, pelo menos cinco dos herdeiros moravam junto com a mãe, Angela Vicente. Em 1816, todos os herdeiros estavam presentes no fogo chefiado por Angela Vicente. Em 1824, a família não foi localizada.

¹⁶ Tanto as peças de ferreiro como o escravo Joaquim, oficial ferreiro, o capitão-mor havia herda- do de Anna de Oliveira Roza, sua irmã.

foi aberto aos 6 dias de janeiro de 1830, deixava suas posses para 12 herdeiros, observando no testamento que “os quais todos reconheço como filhos como se legítimos fossem de matrimônio e como tais os criei”. Segundo consta no inventário, esses 12 herdeiros eram filhos de cinco mães diferentes.¹⁷ Compunham os bens inventariados 41 escravos, diversos animais – porcos, cabritos, cavalos, mulas, bois –, ferramentas, balanças, um pequeno alambique, peças para a produção de aguardente, cangalhas e alguns objetos de prata, além de um canavial, uma roça de milho e um engenho de moer cana. O resultado final da partilha reduziu o monte-mor, calculado em Rs. 6\$587:740, a uma parcela de Rs. 511\$356 para cada herdeiro.

Dos 20 herdeiros contemplados pelos dois irmãos, 13 encontravam-se presentes em Apiaí no ano de 1835; desses, 12 não constavam como escravistas em 1824, representando a posse de 51 cativos em 1835. A maioria deles morava em um quarteirão denominado “Ribeirão”, distante sete léguas da vila de Apiaí. Uma verificação a partir dos nomes e idades (quando presentes) nos inventários e na lista de 1835 permitiu o reconhecimento de 26 escravos do total de 72 inventariados, valor proporcionalmente menor do que a quantidade de herdeiros presentes. Porém, não se pode desconsiderar a possibilidade de venda desses cativos ou o fato de aqueles herdeiros não localizados terem concentrado maior quantidade de escravos.

¹⁷ Da mesma forma que no caso de seu irmão, alguns herdeiros estavam presentes desde 1809, quando constavam sete deles, todos filhos de Isabel de Oliveira. Em 1816, pelo menos cinco desses filhos moravam com Isabel. Novamente, em 1824 não há registro da presença dessa família. Rubens Calazans Luz (1996) transcreve a carta de alforria da mãe e de quatro filhos: “Digo eu o Alferes Antonio de Oliveira Roza que entre os mais bens que possuo bem assim uma mulata de nome Izabel com quatro crias, Alberto, Francisco, Anna e Josefa, cujos os forro de minha livre vontade sem constrangimento algum e assim a dita mulata poderá morar ou residir onde lhe parecer como senhora de si que fica sendo de hoje para todo o sempre (...) Aphiay, dezesseis de agosto de mil oitocentos e três” (p. 178). Dos demais herdeiros, merece destaque Caetana de Oliveira Roza. Ex-escrava de D. Anna, aparece em seu testamento como uma das 19 pessoas privilegiadas pela partilha. Conforme destacam Motta & Valentin (2002), “o caso de Caetana talvez forneça um significativo exemplo do esforço dos próprios escravos no sentido da obtenção da liberdade e preservação dos laços de família. Em 1816, no plantel de Dona Anna vivia a escrava Clara, mãe solteira de 50 anos de idade, e seus quatro filhos: Antonio (25 anos), Bento (16), Felipe (14) e Caetana (12). No testamento de 1818, Felipe é alforriado e são deixados para Caetana oito cativos, entre eles seus outros dois irmãos – ou meio-irmãos – Antonio e Bento. Em 1820, essa família distribuía-se por dois domicílios. Num deles, Clara de Oliveira, solteira, preta, ‘pobre e liberta há pouco tempo’, vivia com seu filho Felipe, de 16 anos, igualmente solteiro e preto. No outro encontramos Caetana, agora com 16 anos e casada com João Manoel Correia (25 anos), ambos pardos. O casal tinha um filho – Antonio, com seis meses – e detinha a propriedade de nove escravos. Daqueles oito cativos deixados em legado por Dona Anna, faltava Cândido que, como vimos, ao que tudo indica, juntara-se às suas mulher e filha, passando a pertencer a Lourenço Dias Baptista; de outra parte, dois novos cativos (Maria, dois anos, e Custódio, dois meses) foram adicionados ao plantel. Interessante observar que os dois irmãos, Antonio e Bento, ambos pretos, continuavam como escravos da irmã” (p. 184). Segundo anotações constantes no inventário de Antonio de Oliveira Roza, eram seus filhos Caetana e Fernandes, com Clara Xavier de Oliveira da Roza. O segundo, até onde foi possível verificar, foi mantido escravo pelo menos até 1816 junto ao plantel do próprio pai.

Dos nove escravistas pardos presentes em 1824, sete também constavam em 1835 (ou seus herdeiros) e, acrescidos aos 13 acima identificados, além de um registrado como branco em 1824, obtêm-se 84% dos proprietários pardos presentes em 1835. Por outro lado, os eventos acima descritos – principalmente os dois últimos – colaboraram no sentido de alterar o perfil da posse escrava aqui considerada. Não há como negar que esse mecanismo, ao mesmo tempo em que pulverizou a propriedade escrava, permitiu sua manutenção ao reter parcela dos escravos em Apiaí, apesar da lenta agonia da escravidão na localidade.¹⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de uma localidade como a vila de Apiaí permite ampliar os horizontes do debate acerca do destino da população escrava envolvida nas atividades mineratórias. Se no século XVIII a pequena localidade conheceu certa dinâmica econômica em razão da reduzida quantidade de ouro presente em seu solo, o período delimitado pelos primeiros 35 anos da centúria seguinte foi marcado pela estagnação, resultado do rápido esgotamento do minério explorado e da ausência de novos estímulos econômicos. Entretanto, a permanência de escravos e escravistas ao longo desse último período suscita considerações de ordem extra-econômica para sua compreensão.

A análise dos inventários dos escravistas apiaienses permitiu compreender parte significativa desse comportamento. O início das partilhas, já em meados do século XVIII, manteve a base escravista relativamente constante durante o século XIX. Possivelmente, a expectativa por ampliação das posses e/ou ingresso no restrito universo dos escravistas atrelou à própria vila parte significativa dos envolvidos, não obstante a possibilidade de utilização dessa força de trabalho em outras regiões paulistas, seja no consolidado cultivo da cana no Oeste Paulista ou na emergente cultura do café no Vale do Paraíba.

As mesmas fontes permitiram elucidar a origem de parcela significativa de escravistas presentes em 1835 identificados como pardos. A forma como passaram a compor o segmento dos proprietários de escravos em Apiaí reafirma a importância das ligações familiares no processo de manutenção da escravidão nessa pequena vila paulista.

¹⁸ Em 1821, com a morte de Escolástica de Oliveira Roza, irmã de D. Anna, seu plantel, composto por 31 escravos, foi partilhado entre os 20 herdeiros testamentais, o que possivelmente colaborou para a desconcentração da propriedade escrava, pelo menos entre os membros desse clã.

ABSTRACT

This article examines slaveholding in Apiaí, State of São Paulo, from 1732 to 1835. During the 18th century, due to gold mining, the village experienced two particularly dynamic moments related to new gold prospection. In the first third of the subsequent century, with the economic stagnation of the village, keeping slaves came to be associated to mechanisms of marriage links and judicial partitions. Some of those cases are presented, highlighting the conformation of a peculiar set of proprietors, with the predominance of free colored people.

Key words: Historical demography; Slaveholding framework; Apiaí; Gold.

Referências

CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 95-123, out./dez., 1972.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

LUZ, Rubens Calazans. *Santo Antonio das Minas de Apiahy*. Itapetininga: Gráfica Regional, 1996.

MADRE DE DEUS, Gaspar da. *Memórias para a história da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920.

MAFFEI, Lucy de Abreu; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. O ouro na Capitania de São Paulo nos séculos XVI e XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, p. 7-135, 1966.

MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias escravas em um plantel de escravos de Apiaí (SP). *Afro-Ásia*. Salvador, n. 27, p. 161-192, 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival B. de. A vila de Santo Antônio das Minas de Apiahy: um levantamento demo-econômico. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 51-55, jan./jun., 1989.

VALENTIN, Agnaldo. Ouro paulista: estrutura domiciliar e posse de escravos em Apiaí (1732 a 1798). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 551-585, jul./set. 2001.

Por entre escravos doentes: o caminho da morte no cativoiro*

Marcelo Ferreira de Assis**

RESUMO

Tendo como objeto a mortalidade escrava, este artigo pretende apontar aspectos insuspeitos, microscópicos e imperceptíveis do cativoiro, que ajudaram a escrever a história da escravidão no Brasil.

Palavras-chave: Escravidão; Mortalidade; Tráfico atlântico; Choque microbiano.

Este artigo pretende contribuir para os estudos que observam a influência mortal do tráfico de africanos sobre a dinâmica da população escrava do Rio de Janeiro, em fins do século XVIII e início do XIX.

O tráfico de africanos influenciou diretamente a mortalidade escrava em momentos específicos e em diversas regiões do Rio de Janeiro, tanto no meio urbano quanto no rural. Reflexo não diferente dos causados pelos grandes movimentos demográficos humanos da história (CURTIN, 1995, p. 55-59; CROSBY, 2000, p. 180; FLORENTINO, 1997, p. 51; ASSIS, 2001, p. 91-111).

* Este artigo é adaptado de um capítulo de minha dissertação de mestrado *Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1830*, defendida em 2002. Nesse capítulo, ampliando análise de Manolo Florentino, mostrei os principais males aos quais a população cativa ficou exposta em momentos desiguais de comércio escravista, na cidade e nas áreas rurais da província do Rio de Janeiro. Mais que observar os escravos doentes, o estudo procura entender como os escravos africanos (escravizados ainda no continente africano e deslocados em parcelas significativas para o americano) e crioulos (escravos nascidos na Colônia Portuguesa e, posteriormente, Império do Brasil) sofriram com tal movimento demográfico.

** Mestre em História Social Pela UFRJ. Professor da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro – SME.

COMO SE DEU TAL INFLUÊNCIA?

Como qualquer migração, a africana, que se destinou às Américas, causou impactos brutais por onde quer que tenha passado. A historiografia recente que se debruçou sobre o assunto não tem dúvidas quanto ao poder deletério do tráfico, embora o limite ao espaço urbano (KARASCH, 2000, p. 208; FLORENTINO, 1997, p. 56-57).

Amália sequer experimentou a vida. Crioula recém-nascida, faleceu no “Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1827”, tendo sido encomendada e sepultada na Candelária, muito provavelmente a mando de sua proprietária, Dona Francisca Roza Benedita. Seu registro de óbito fornece alguns detalhes, mas as lacunas não passam despercebidas. Algumas são, ironicamente, reveladoras.

A ausência do nome da mãe pode indicar descaso para com aquela criança. No entanto, o fato de ter sido “encomendada” e “sepultada” – e isso ter sido registrado – sugere que essa criança nascera e morrera num conjunto amplo de relações que extravasa posições rígidas, como pressupõe um documento serial.

Como desenhos estáticos, alinhados e passados rapidamente diante da vista, tais documentos, agrupados e analisados, permitem elucidar comportamentos e atitudes diante do cativo e da morte. E mais, permitem vislumbrar um grupo que caminha, dos mais variados modos, em direção a um fim. Em comum, a tragédia compartilhada do cativo.

Certamente, sua proprietária estava por trás da “encomenda” do corpo e da exigência de registro do óbito da inocente. Quanto à mãe, não se pode afirmar muita coisa, mas talvez fosse fator importante nas relações extraídas do registro, posto que, muito provavelmente, por sua causa fora tomada a atitude de registrar a criança morta na paróquia. Um dado fundamental a ser considerado nessa pequena história é o ano da morte de Amália. A criança não morre apenas num momento de aumento das doenças infectocontagiosas (1827), como mostra o Gráfico 1.¹

Se observada à luz das flutuações de desembarque, Amália pode ter sido vítima do movimento comercial no porto do Rio de Janeiro. Vejamos como.

No porto, as mercadorias seguiam diretamente para lugares de espera ou depósitos. Entre essas mercadorias estava o homem africano, aí posto, em grande quantidade, de “quarentena”. Tais “depósitos” situavam-se no Mercado do Valongo.

¹ Manolo Florentino (1997, p. 51) mostra que, de cerca de 1790 até por volta de 1830, a curva de desembarque de africanos é ascendente. Neste estudo, tenta-se mostrar como esse movimento influenciou a população cativa.

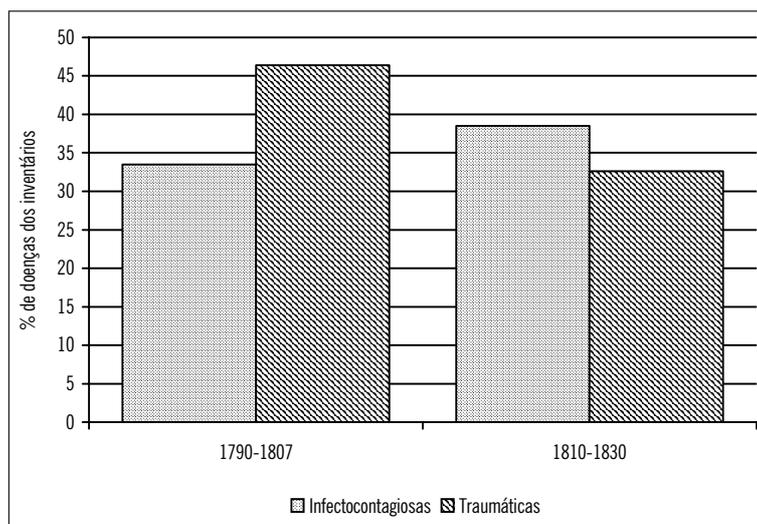


Gráfico 1. Percentual das doenças infectocontagiosas e traumáticas entre os escravos dos meios urbano e rural do Rio de Janeiro (1790-1830).

Fonte: Ver Tabela 1.

Antoine Taunay (Fig. 1) retratou a comercialização de tais homens nesses galpões. A cena deixa ver a luz que penetra pela janela gradeada, um dos três pontos de abertura para a cidade do Rio de Janeiro. Esse quadrado por onde o feixe de luz entra é o único, pois os dois restantes são portas. À noite, apenas um candeeiro iluminava espaço relativamente vasto. Nenhum conforto, descanso ou sinal de tratamento.



Figura 1. Nicolas Antoine Taunay (1755-1830), *Mercado escravo – Rio de Janeiro*.

Tal cena repetiu-se, incógnita, milhares de vezes, dado o vaivém constante de negreiros da África para o Brasil (mais especificamente para o Rio de Janeiro) e vice-versa, no período em questão. Basta olhar mais atentamente a cena para perceber a demanda de tal comércio de almas.

Estão no pátio, além das “mercadorias”, seus compradores, vendedores e, o que chama a atenção, um negro vestido de calça curta e chapéu. Chapéu? Os únicos homens a usarem chapéu no lugar são livres! Deve tratar-se, portanto, de um liberto ou de um escravo em situação privilegiada na hierarquia escravista. Estaria comprando um escravo? Difícilmente saberemos.

Ao centro, um possível traficante parece mostrar seu “estoque” a um homem interessado. Mais à direita, um casal possivelmente escolhe uma escrava que cozinhe e cuide da casa. Impressiona como o casal conversa sobre a “peça” que estão comprando.

A despeito de como a sociedade escravista enxergava o escravo, eram homens, organismos vivos e diferentes. Parece residir aí a ligação da pequena Amália, cuja história curta de vida foi contada acima, com o fluxo de africanos produzido pelo tráfico. A quantidade de homens provenientes das costas africanas que chegavam ao porto do Rio de Janeiro influenciava a dinâmica demográfica no cativo. Ou seja, quanto mais escravos africanos entravam no Rio de Janeiro, mais a população cativa, de forma geral, crioulos e os próprios africanos, sofriam com esse incremento demográfico, que chegou a influenciar os seus níveis de mortalidade.²

Com o propósito de se observar como essa influência se consubstanciou, analisam-se aqui as descrições físicas de escravos doentes contidas nos inventários *post-mortem*, comparando-as com as variações dos desembarques de escravos.

OS MEIOS URBANO E RURAL

A começar pelo quadro geral da população escrava, nos meios urbano e rural fluminenses, os inventários podem ajudar na tentativa de evidenciar a composição das doenças que assolavam as mais diversas senzalas da província.

Como e quando? Este estudo apresenta dois períodos distintos em relação às flutuações do tráfico de escravos, que definem os marcos cronológicos – 1790-1807 (menor desembarque) – 1810-1830 (maior desembarque).³

Quais doenças? O intuito deste estudo não é fazer uma lista pormenorizada das enfermidades, pois os inventários não constituem o melhor tipo de

² Para Curtin (1995) e Crosby (2000), os movimentos migratórios influenciam a dinâmica demográfica, tanto na população de origem, quanto na população receptora.

³ Há diferenças nos números encontrados pelos diversos pesquisadores do comércio atlântico de almas. A média de 1790 a 1810, é de 218.000 africanos por década. Já para o período 1810-1830, essa média sobe para 379.000 almas (ALENCASTRO, 2000, p. 69). Anualmente, os resultados obtidos por Manolo Florentino são outros, mas não há diferença no tocante à tendência de crescimento encontrada por Alencastro. No período de 1790 a 1807, a média anual de desembarques seria de 9.862 escravos. Esse número mais que dobraria no período posterior, ou seja, de 1811 a 1830, quando a média seria de 24.542 africanos desembarcados. O ano de 1830 marca o fim do tráfico legal de escravos (FLORENTINO, 1997, p. 51). Os dados anuais foram somados e transformados em média anual. O autor concebe um movimento ascendente na média de desembarques, que começa em 1790 e finda em 1830. A divisão em dois grandes períodos (1790-1807 e 1810-1830) mostra, nesse movimento ascendente de desembarques, dois períodos diferentes entre si, tendo o último uma média maior de homens africanos aportados.

fonte para tal empreendimento. O olhar leigo que, entre a frieza e a náusea, registrou um doente, talvez ignorasse os pormenores patológicos ali existentes.

Um médico talvez soubesse explicar melhor tais indicações, como machucados ou feridas. Assim, Mary Karasch, a partir dos Registros de Óbitos da Santa Casa de Misericórdia, produziu um catálogo de doenças. Embora ofereça apenas um perfil urbano dos males dos escravos, a autora constrói um quadro geral dos sistemas orgânicos do homem, nos quais distribui cada doença referida no registro de óbito. Segundo Karasch (2000), “os escravos cariocas defrontavam-se com problemas especiais de adaptação que os das regiões rurais não tinham” (...); “ao contrário das fazendas do interior, onde os cativos raramente encontravam gente de fora, o porto recebia doenças da África...” (p. 208).

Também Jurema Gertze (1990, p. 150-154), ao produzir um catálogo mais específico, observou o comportamento das patologias nos corpos escravos, mas infantis.

Desses estudos apreende-se uma parte do ambiente nada salutar do cativo, segundo as autoras. Para analisar a situação dos escravos diante do aumento ou diminuição de africanos aportados, partiu-se da análise realizada por Manolo Florentino (1997), aprofundando-a.

Foram elaborados, com base nas informações dos inventários, nove grupos de doenças: infectocontagiosas, carenciais, traumáticas, tumorosas, reumáticas, psicossociais, más-formações, indeterminadas e disfunções.

Esta análise não considera as enfermidades classificadas como “indeterminadas” e “disfunções”, por resultarem ambas de apontamentos peculiares feitos pelo responsável na elaboração do inventário e não informarem o bastante sobre os males e sintomas.⁴

Uma “disfunção” ou doença “indeterminada” não contribuiria para o estudo, já que podem ter sido patologias infectocontagiosas ou apenas indisposição momentânea, não aparecendo maiores referências nos documentos. A permanência desses grupos, nas tabelas e gráficos, acabaria por distorcer os resultados.

Infecções pustulentas, atrofia, roturas, cegueira, alcoolismo ou diarreia, cada doença pertence a um determinado grupo ou categoria patológica. O grupo das infecções, por exemplo, engloba da malária à febre tifóide, enquanto a “rotura” e o “quebrado”⁵ são sintomas de traumatismo. Da mesma forma, o alcoolismo pode sinalizar a existência de patologias psicossociais.

⁴ Partindo da análise prévia de Florentino, buscou-se aprofundar e descobrir o que estava por trás daqueles sintomas.

⁵ “Rotura” e “quebrado” são termos que aparecem nos inventários, indicando a situação física do cativo. Um cativo quebrado é aquele que sofreu algum tipo de traumatismo. Por vezes os inventários indicam a parte “quebrada” do corpo.

No Rio de Janeiro, as doenças manifestadas pelos escravos e descritas nos inventários foram cerca de 16,7% do total de escravos registrados nessa fonte (FLORENTINO, 1997).⁶

Tabela 1. Incidência e tipos de doença, por sexo, entre os escravos dos meios urbano e rural do Rio de Janeiro (1790-1830).

Doenças	1790-1807				1810-1830			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Infecçãocontagiosas	105	70	175	33,5	302	181	483	38,5
Carenciais	9	7	16	3,0	17	14	31	2,5
Traumáticas	181	61	242	46,4	326	83	409	32,6
Tumorais	1	2	3	0,6	2	2	4	0,3
Reumáticas	21	16	37	7,1	24	19	43	3,4
Psicossociais	4	1	5	1,0	72	12	84	6,7
Más-formações	25	19	44	8,4	149	52	201	16,0
Total	346	176	522	100	892	363	1.255	100

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

Na Tabela 1, montada a partir dos inventários, excluindo-se as “disfunções” e as “indeterminadas”, as doenças classificam-se em sete grandes grupos. A população escrava doente, de acordo com os inventários, esteve inserida em um ou mais desses grupos. No entanto, a sua distribuição mudou de acordo com o período.

DOENÇAS X COMÉRCIO DE AFRICANOS

O período de 1790 a 1807, caracterizado por um volume mais baixo de desembarques, mostra maior incidência patológica de traumas na população escrava. Os escravos vitimados pelo trabalho pesado, cujo sinal é o próprio trauma, somaram 46,4% de todos os doentes desse período.

A segunda maior causa de debilidade no seio da escravaria do Rio de Janeiro foram as doenças infectocontagiosas, evidência do choque proveniente do comércio de homens, contando 33,5% do total.

Mais da metade das doenças que acometeram a população cativa no Rio de Janeiro nesse período eram traumáticas e infectocontagiosas. O terceiro mal que acometia os escravos do Rio era a má-formação (8,4%).

Uma cegueira podia ser má-formação. O “aleijado”, “manco” ou “faltando dedo do pé” podem ser considerados problemas de má-formação, desde que os inventários não tenham dado pistas de que fossem traumas. Isso porque,

⁶ O autor sugere que esse volume seria três vezes maior.

no sistema escravista, o mais provável era o “cego de um olho”, por exemplo, ter sido vítima da violência (do trabalho ou do braço alheio), e não de um problema genético.

As manifestações patológicas classificadas como carenciais, por sua vez, remetem à dificuldade de sobrevivência em razão de péssimas condições.

O escravo poderia sentir diversos tipos de carência, ainda não suficientemente desvendados. Por outro lado, as doenças desse tipo, no primeiro período (1790-1807), preenchem apenas cerca de 3,0% do total das enfermidades.

As patologias psicossociais, mais propriamente o alcoolismo, também não chegam a um volume de peso (1%). A população escrava apresenta, talvez por não ser afeita a tumores, ou por falta de diagnóstico eficiente (o que é mais factível), um resultado ínfimo desse tipo de doença no cômputo das patologias (0,6%).

De 1810 a 1830, período em que os desembarques aumentaram, as doenças infectocontagiosas passam a predominar, atingindo o patamar de 38,5% do total das doenças. As traumáticas passam à segunda maior categoria de patologias (32,6%). Ambas continuam a deter mais da metade dos males registrados, sendo, de longe, as maiores responsáveis pelas agonias dos escravos.

A variação é absolutamente coerente com o que se espera numa sociedade que sofre o impacto da chegada de germes, micróbios e doenças em geral. Corpos estrangeiros, saudáveis no seu habitat, tornam-se vulneráveis em outro ambiente, sobretudo dadas as condições do cativo.

Outras doenças se acentuam nessa população no mesmo período (1810-1830). As más-formações aumentam seu volume para 16,0%, enquanto a massa de bêbados cresce para 6,7%. Essas são as mudanças mais significativas.

A variação é impressionante. As doenças provenientes do comércio, como as infectocontagiosas, atingem o volume de 33,5% do total, no momento de menor incremento de mão-de-obra escrava (1790-1807).

Quando se intensifica a migração de cativos no Rio de Janeiro, o grupo das infectocontagiosas aumenta para 38,5% do total. As traumáticas têm seu volume diminuído no cômputo das enfermidades: de 46,4% para 32,6%, conforme o Gráfico 1, que mostra a variação das infecções e traumas e confirma o que até aqui se observou.

No primeiro momento, quando o comércio é menos intenso, o impacto microbiano também é de menor grau. O predomínio dos traumas é, portanto, característico desse período para a população escrava em geral. No entanto, ao avolumar-se o comércio de escravos na praça comercial do Rio de Janeiro (1810-1830), tem-se uma inversão significativa das doenças entre os escravos. As infectocontagiosas passam a preponderar sobre as traumáticas.

Cabe agora observar como se configuram, nos períodos vistos acima, as

doenças nos ambientes urbano e rural, assim como entre as populações crioula e africana.

O MEIO URBANO

A tendência de infestação de enfermidades entre a população escrava, reflexo do impacto do tráfico no Rio de Janeiro, não foi uniforme. A demonstração da tendência para a província não caracteriza as nuances de cada região.

A Tabela 2 mostra que a urbe conheceu realidade própria. As doenças infectocontagiosas e as traumáticas tiveram o mesmo volume entre a população escrava urbana no período de baixa do tráfico (1790-1807), quando atingiram cerca de 38,7%, cada uma. Juntas, chegaram a 77,4% dos grupos de patologias descritas nos inventários.

Isso aponta para um equilíbrio entre as patologias no período de menor volume de desembarques. A cidade propaga as bactérias, cada vez mais fortes, infestando seus habitantes, em especial a população escrava, mesmo em períodos de baixa densidade demográfica africana aportando no Valongo. A TAB. 2 apresenta um volume de traumas derivados possivelmente de violência física que não deve ser subestimado, dado que na proporção de 38,7% das doenças.

Portanto, o ambiente na cidade, de 1790 a 1807, é propício ao desenvolvimento de infecções e à migração de patógenos, mesmo em épocas de baixa. O local de desembarque desses micróbios foi o porto, a cidade, o mercado, transformando o Rio de Janeiro num lugar propício ao desenvolvimento de doenças infectocontagiosas (ALGRANTI, 1998, p. 69).⁷

Como os escravos urbanos sentiriam a mudança num período de maior volume de desembarque de cativos na cidade? Retomando-se a TAB. 2, o intervalo 1810-1830 mostra que o grupo de patologias infectocontagiosas passa a ocupar 39,9% das enfermidades e predomina entre os males.

O período 1810-1830 mostra um declínio dos grupos traumáticos para 29,0%. Numa conjuntura de alta das importações, as doenças infectocontagiosas encontram terreno propício na cidade, infestando os escravos. Vejamos esse impacto.

⁷ Leila Algranti (1998, p. 92) concorda que “uma cidade é por definição um local de mercado...”. A autora verifica a existência de traços de violências através de anúncios de jornais. Acredita que estes descrevessem as verdadeiras características dos escravos, uma vez que seus senhores os queriam de volta. Ainda que imprecisas, pode-se dizer que as demarcações do espaço urbano no século XIX “se confundem, em quase todos os casos, com a cidade-capital regional, com funções variadas: administrativas, portuárias-comerciais, religiosas etc.”. A autora refere-se a Max Weber e Henri Pirrene.

Tabela 2. Incidência e tipos de doença, por sexo, entre os escravos do meio urbano do Rio de Janeiro (1790-1830).

Doenças	1790-1807				1810-1830			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Infecocontagiosas	45	34	79	38,7	166	102	268	39,9
Carenciais	1	0	1	0,5	8	7	15	2,3
Traumáticas	63	16	79	38,7	158	37	195	29,0
Tumorais	1	0	1	0,5	0	2	2	0,3
Reumáticas	11	9	20	9,8	12	6	18	2,7
Psicossociais	1	0	1	0,5	49	10	59	8,7
Más-formações	16	7	23	11,3	82	33	115	17,1
Total	138	66	204	100	475	197	672	100

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

O Gráfico 2 mostra que, de fins do século XVIII até início do XIX (1790-1807), tem-se um interessante equilíbrio. O volume de patologias infectocontagiosas equipara-se ao de traumas. Tal configuração não se mantém quando do incremento de homens nesse ambiente.



Gráfico 2. Percentual das doenças infectocontagiosas e traumáticas entre os escravos do meio urbano do Rio de Janeiro (1790-1830).

Fonte: Ver Tabela 2.

De 1810 a 1830, estabelece-se no seio da população escrava urbana o domínio das doenças infectocontagiosas. Frente à chegada de estrangeiros, os cativos deixam de conhecer equilíbrio entre patologias – como em 1790-1807 – e passam a sofrer com o predomínio das enfermidades ligadas diretamente ao comércio, como as infectocontagiosas. Sem dúvida, essas doenças

devem ter ceifado a vida de milhares de escravos, pois os agentes microscópicos, mais que o trabalho pesado e a violência, sorviam-lhes o vigor em épocas de maior desembarque.

OS AFRICANOS E A CIDADE

Os africanos, ao porem os pés calejados e doentes para fora de um negreiro, desenhavam um estranho comércio, onde a mercadoria era também transporte de micróbios: o homem.

Africanos também sofriam com o impacto da migração. Suas infecções chegavam a 38,2% de todas as patologias apresentadas por africanos no período de 1790-1807 (ver Tab. 3). Esse volume se mantém constante quando do aumento da migração forçada (38,3%).

Tabela 3. Incidência e tipos de doença, por sexo, entre os africanos da população escrava urbana do Rio de Janeiro (1790-1830).

Doenças	1790-1807				1810-1830			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Infectocontagiosas	32	25	57	38,2	133	81	214	38,3
Carenciais	0	0	0	—	7	6	13	2,3
Traumáticas	48	10	58	39,0	135	32	167	29,9
Tumorais	1	0	1	0,6	0	1	1	0,2
Reumáticas	10	7	17	11,5	12	6	18	3,2
Psicossociais	1	0	1	0,6	44	8	52	9,3
Más-formações	11	4	15	10,1	70	23	93	16,8
Total	103	46	149	100	401	157	558	100

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

Em três séculos de escravidão não houve uma ligação de esferas microbianas. As colônias ultramarinas, unidas na formação do Brasil, não possuíam essa ligação quando se tratava de esferas microscópicas de vida. Tal volume também se associa às infecções contraídas durante a travessia do Atlântico.

A Tabela 3 mostra, ainda, que o momento de maior desembarque de africanos é aquele em que sentem menos os traumas.

De 39,0% em 1790-1807, essa patologia passa a 29,9% no período posterior (1810-1830). Portanto, no momento em que mais e diferentes patógenos chegam à cidade, o volume de doenças infectocontagiosas torna-se maior que o dos traumas, para a população africana, como mostra o Gráfico 3. A entrada de população africana altera a dinâmica das doenças de africanos no Rio de Janeiro.



Gráfico 3. Percentual da incidência de doenças infectocontagiosas e traumáticas sobre os africanos do meio urbano (1790-1830).

Fonte: Ver Tabela 3.

OS CRIoulos E A CIDADE

A realidade crioula na cidade do Rio de Janeiro guarda algumas particularidades em relação aos padrões dos africanos. Comparando-se os Gráficos 3 e 4, percebe-se uma tendência ao equilíbrio entre traumas e infecções no período de 1790-1807. No entanto, os crioulos mostram maior disposição para as infecções do que os africanos nesse período. Com o aumento do desembarque de africanos, as infecções passam a dominar entre a população crioula.

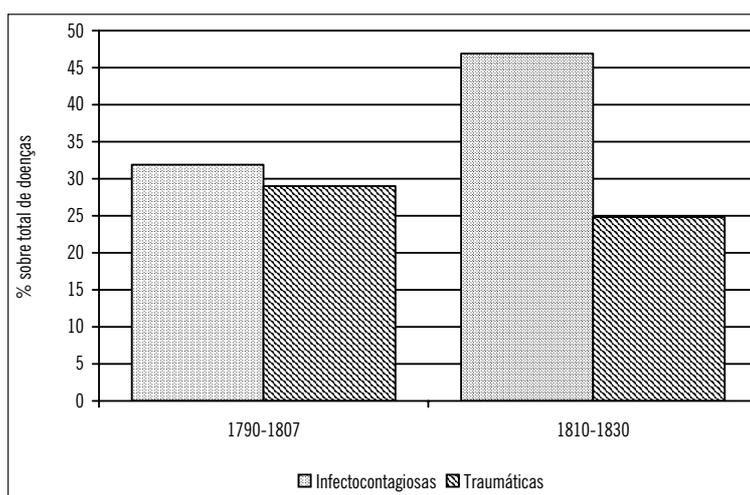


Gráfico 4. Incidência de doenças infectocontagiosas e traumáticas entre os crioulos do meio urbano do Rio de Janeiro (1790-1830).

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

Não fosse o maior volume de crioulos infectados (ver Tab. 4), o movimento seria muito parecido para as populações africana e crioula, partindo de um quase equilíbrio entre os males para o predomínio das infectocontagiosas no período 1810-1830. No primeiro período (1790-1807), há cerca de 35,6% de infecções entre os crioulos. No segundo período (1810-1830), há um abrupto aumento: 46,9%.

Tabela 4. Incidência e tipos de doença, por sexo, entre os crioulos da população escrava urbana do Rio de Janeiro (1790-1830).

Doenças	1790-1807				1810-1830			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Infectocontagiosas	13	9	22	35,6	32	21	53	46,9
Carenciais	1	—	1	1,6	1	1	2	1,7
Traumáticas	14	6	20	32,2	23	5	28	24,8
Tumorais	—	—	—	—	—	1	1	0,8
Reumáticas	1	2	3	4,8	—	—	—	—
Psicossociais	1	—	1	1,6	5	2	7	6,3
Más-formações	11	4	15	24,2	12	10	22	19,5
Total	41	21	62	100	73	40	113	100

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

Enquanto a média das infecções nas populações africanas se mantém numa constante avassaladora e perversa, a média crioula sofre uma influência deletéria. É sobre a população crioula que se dá o maior e mais profundo abalo, pois é ela que recebe os patógenos estranhos. Nesse sentido, foram os crioulos que sofreram mais com as morbidades trazidas da África.

A distribuição das doenças diferia de região para região. Como terá sido em regiões rurais?

O MEIO RURAL

A dança das bactérias não existiu apenas na cidade, embora a configuração das enfermidades nessa área tendesse para a propagação de infecções. Mesmo sem distinguir, como Marcílio (1984, p. 197-199), regiões de produção para subsistência e *plantations*, notam-se padrões específicos de ambientes rurais.

O Gráfico 5 mostra que, enquanto no ambiente urbano há equilíbrio entre traumas e infecções no primeiro período (1790-1807) e aumento das infecções no segundo (1810-1830), no ambiente rural a realidade foi inversa.

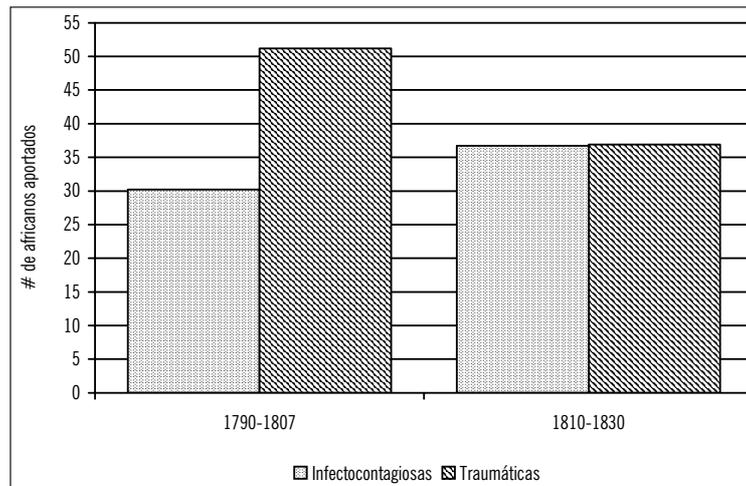


Gráfico 5. Percentual das doenças infectocontagiosas e traumáticas entre os escravos do meio rural do Rio de Janeiro (1790-1830).

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

No primeiro período (1790-1807), há o predomínio dos traumas, resultado de trabalho pesado e violência, mais presentes no ambiente rural, onde a paisagem é o eito, a lei o senhor, seu braço o capataz.⁸

O Gráfico 5 mostra também a mudança no panorama das enfermidades. O predomínio dos traumas deixa de existir na época de maior desembarque de cativos provenientes da África. Nesse momento (1810-1830), o impacto da chegada de bactérias, vírus e micróbios em geral afetou a dinâmica da população escrava no meio rural.

Conforme a Tabela 5, o grupo de patologias infectocontagiosas passa de 30,2%, no período 1790-1807, para 36,7% no momento seguinte (1810-1830). Enquanto isso, os traumas passam de cerca de 51,2%, no primeiro período, para 36,9% no segundo. É quando se estabelece o equilíbrio entre traumas e infecções.

Assim, no ambiente rural, predominam os traumas em épocas de menor desembarque de africanos e um equilíbrio entre traumas e infecções, quando do aumento da chegada de homens no porto carioca. Esse equilíbrio, entre-

⁸ Isso não significa ausência de violência na cidade. Talvez a exposição à violência se desse de formas diferentes no campo e na urbe. Leila Algranti (1998, p. 47-49) mostra que, embora não houvesse presença significativa de capatazes na cidade, o braço do senhor era a lei. Na cidade, o dispositivo legal, mais perto do escravo, funcionava incisivamente sobre ele. No campo, a violência se instaurava de forma direta e sem entraves legais. Também Maria Luíza Marcílio (1983) aponta para a possibilidade de uma inversão: “De qualquer forma, o comportamento, as estruturas e os ritmos demográficos das maiores concentrações urbanas de então *se opunham* aos sistemas demográficos das zonas rurais” (p. 203; grifo nosso).

tanto, só é alcançado pelo incremento das infecções e a baixa de traumas à chegada de novas enfermidades. Portanto, também no campo o impacto da chegada de patógenos é sentido pela população escrava.

Tabela 5. Incidência e tipos de doença, por sexo, entre os escravos do meio rural do Rio de Janeiro (1790-1830).

Doenças	1790-1807				1810-1830			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Infectocontagiosas	60	36	96	30,2	136	79	215	36,7
Carenciais	8	7	15	4,7	9	7	16	2,8
Traumáticas	118	45	163	51,2	170	46	216	36,9
Tumorais	—	2	2	0,6	2	—	2	0,3
Reumáticas	10	7	17	5,4	12	13	25	4,3
Psicossociais	3	1	4	1,3	23	2	25	4,3
Más-formações	9	12	21	6,6	67	19	86	14,7
Total	208	110	318	100	419	166	585	100

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

Num ambiente marcado pela lavoura pesada e pela força, as doenças infectocontagiosas não chegam a ultrapassar, em termos percentuais, o conjunto das traumáticas – predominantes nesse meio – mas a variação indica que os ambientes rurais fluminenses não estiveram isentos da influência danosa do movimento comercial de escravos no porto do Rio de Janeiro.⁹

A caracterização do agrupamento de enfermidades de acordo com menor ou maior fluxo de homens africanos não explica a dinâmica dessas patologias entre os crioulos e os próprios africanos. Vejamos como se configuraram as patologias entre os escravos brasileiros e os provenientes da África.

OS AFRICANOS E O CAMPO

O caminho dos milhares de africanos que cruzaram o Atlântico e aportaram no Rio de Janeiro pode ser rastreado pelas morbidades registradas.

Segundo a Tabela 6, em terras rurais fluminenses os africanos sucumbiram mais diante do excesso de trabalho e dos maus-tratos em épocas de baixa das importações de africanos (1790-1807). Cerca de 50,8% das doenças que os afetavam eram cortes e ossos quebrados: traumas. De outro modo, cerca de 32,2% das patologias eram infectocontagiosas.

⁹ Ao contrário, Mary Karasch (2000, p. 208) isenta o campo das enfermidades infectocontagiosas provenientes do tráfico.

Tabela 6. Incidência e tipos de doença, por sexo, entre os africanos da população escrava rural do Rio de Janeiro (1790-1830).

Doenças	1790-1807				1810-1830			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Infecção-contagiosas	44	22	66	32,2	82	46	128	34,9
Carenciais	8	2	10	4,8	6	11	17	4,6
Traumáticas	81	23	104	50,8	109	23	132	35,9
Tumorais	—	1	1	0,5	2	—	2	0,6
Reumáticas	7	3	10	4,9	8	9	17	4,6
Psicossociais	1	—	1	0,5	16	1	17	4,6
Más-formações	5	8	13	6,3	44	10	54	14,8
Total	146	59	205	100	267	100	367	100

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

Na conjuntura de 1810-1830, a realidade da população africana, no tocante aos patógenos, mudou. Os traumas, antes majoritários (50,8% em 1790-1807), reduziram-se para cerca de 35,9% dos casos. As doenças infectocontagiosas, embora não tenham conhecido um crescimento percentual significativo (34,9% dos casos), foram bastante regulares no interior da população africana. A configuração final do quadro das enfermidades no segundo período (1810-1830) expõe as infectocontagiosas em equilíbrio com as traumáticas na consumição dos corpos de escravos africanos (Gráf. 6).

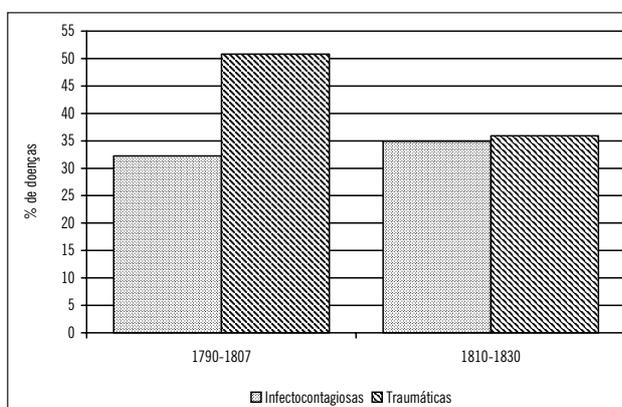


GRÁFICO 6: Percentual dos traumas e infecções entre os africanos do meio rural do Rio de Janeiro (1790-1830).

Fonte: TAB. 6.

OS CRIoulos NO MEIO RURAL

Os escravos nascidos no Brasil e que sobreviveram aos primeiros anos de vida sofreram o impacto microbiano. Em todo o período essa população foi abalada pelas levas de agentes microscópicos novos.

Segundo a Tabela 7, a realidade crioula foi diferente em ambientes urbanos e rurais. No primeiro período (1790-1807), mais da metade das doenças foram traumáticas (52,4%) entre os cativos brasileiros.

Tabela 7. Incidência e tipos de doença, por sexo, entre os crioulos da população escrava rural do Rio de Janeiro (1790-1830).

Doenças	1790-1807				1810-1830			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Infecçãocontagiosas	15	12	27	25,2	53	30	83	39,5
Carenciais	—	5	5	4,6	3	2	5	2,4
Traumáticas	35	21	56	52,4	56	21	77	36,7
Tumorais	—	1	1	0,9	—	—	—	—
Reumáticas	3	4	7	6,5	4	4	8	3,9
Psicossociais	2	1	3	2,8	5	1	6	2,8
Más-formações	4	4	8	7,6	22	9	31	14,7
Total	59	48	107	100	143	67	210	100

Fonte: Inventários *post-mortem* (Arquivo Nacional) analisados a partir do banco de dados do Liphis/IFCS/UFRJ e Florentino, 1997, p. 51.

Na conjuntura de 1790-1807, os traumas foram seguidos de longe pelas doenças infecciocontagiosas, que alcançaram a cifra de 25,2% dos males registrados. Mas, entre 1810 e 1830, o impacto da chegada dos estrangeiros é maior. As doenças infecciocontagiosas passam de 1/4 para mais de 1/3 do total (cerca de 39,5%). Quanto aos traumas, despencam de mais da metade para cerca de 1/3 das enfermidades, atingindo 36,7% de almas. O equilíbrio resulta desses movimentos.

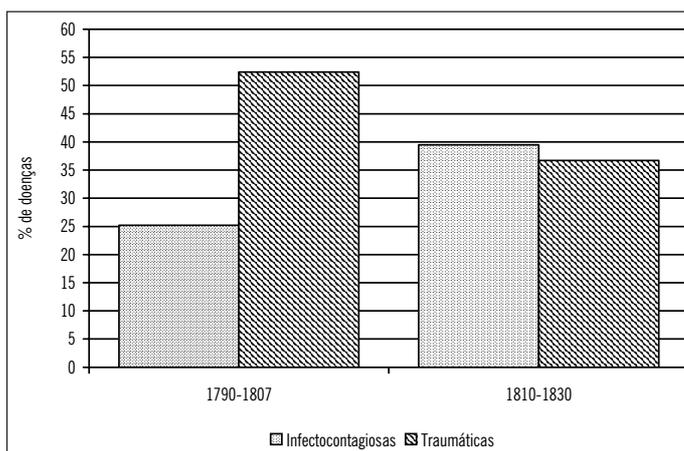


GRÁFICO 7: Percentual das doenças infecciocontagiosas e traumáticas entre os crioulos do meio rural do Rio de Janeiro (1790-1830).

Fonte: Tabela 7.

É visível o choque sentido pelos crioulos. Conforme o Gráfico 7, a realidade dos escravos brasileiros, quanto às doenças infectocontagiosas, é tanto mais brutal quanto maior o desembarque de africanos. É sobre essa parcela da população escrava, tanto na urbe quanto no campo, que se verifica o maior índice de propagação das patologias infectocontagiosas. Por outro lado, os traumas apresentam uma vertiginosa queda diante da chegada e proliferação de novos agentes microscópicos.

Dessa forma, a influência do impacto microbiano faz-se presente, mesmo após três séculos de escravidão, sobre a população escrava nascida no Brasil.

CONCLUSÃO

Os aspectos aqui salientados constituem apenas uma das muitas causas de mortalidade escrava no Brasil. Apontou-se o peso da migração compulsória de africanos, por um lado, e do sistema escravista, por outro, agindo sobre os corpos escravos. Deve-se, no entanto, atentar para o fato de que doenças infectocontagiosas eram contraídas no interior do próprio cativo (LEITE, 1996, p. 167).

Alguns estrangeiros, como Auguste de Saint-Hilaire, aludiram aos efeitos, para o homem, da mudança de um meio ambiente para outro. Segundo o viajante, o clima do Rio de Janeiro poderia ser nocivo para um nascido na costa da África.

De fato, a migração provoca mudanças no comportamento biológico humano, que se refletem nas diferentes taxas de mortalidade antes e após a migração, assim como nas causas dessa mortalidade (CURTIN, 1995, p. 2).¹⁰ Entretanto, nenhum dos viajantes médicos ou homens ligados à biologia notou o que poderia acontecer aos crioulos. Não se observa, nem se poderia, que muitos agentes letais aos escravos crioulos estavam em corpos relativamente saudáveis em seu próprio ambiente, a África.¹¹

Assim, o caminho da mortalidade é diferente para africanos e crioulos, como também para os meios rural e urbano. A tendência geral na urbe é uma acentuada propagação de patógenos, tanto pelo equilíbrio alcançado em épocas de menor desembarque de africanos (quando as doenças infectocontagio-

¹⁰ É o que Phillip Curtin chama de *relocation costs*. Curtin estudou as tropas européias em expedições por diversas partes do globo. Tal migração é seguida de mudanças nos índices de mortalidade da tropa, bem como nos tipos de doença que a acometem.

¹¹ Discutindo o conceito de biota, Crosby explica que cada região do planeta possui ecossistemas próprios que, se deslocados (biota portátil), causam impacto por onde passam. Biotas são deslocadas através da migração e sobretudo do comércio.

sas equivalem às provocadas pelo sistema escravista, os traumas), mesmo diante do volume menor de patógenos (1790-1807), quanto pelo aumento dos desembarques (1810-1830) e pela obtenção da supremacia das infectocontagiosas entre as enfermidades dos cativos.

Por sua vez, o campo não deixou de receber patógenos letais. Entretanto, inversamente ao que acontece na cidade, o ambiente rural apresenta um profundo desequilíbrio em favor dos traumas, no período de menor incremento de mão-de-obra (1790-1807), expressando todo o peso do sistema escravista representado pelo trabalho e pela violência. Mas, à chegada dos africanos (1810-1830), segue-se o equilíbrio entre traumas e doenças infectocontagiosas. Isso se deve ao aumento do volume de doenças provenientes do comércio.

As distinções não param por aí. A realidade foi diversa também entre crioulos e africanos. Os cativos brasileiros sofreram profundamente o abalo da chegada dos africanos, pois apresentaram mais variações em volume de doenças infectocontagiosas, no meio urbano e rural. Os africanos desenharam uma outra dinâmica, um pouco mais complexa.

Os índices de morbidade entre os africanos variaram muito pouco. Não se pode descartar o fato de que estivessem subenumerados para a realidade da sociedade fluminense. Haja vista que tal fonte é produzida no ciclo final de vida do senhor, provavelmente no momento em que ele já não está tão ligado ao mercado. Seja como for, houve uma continuidade que não significou de forma alguma leniência (o índice de infectocontagiosas variou em torno de 33%).

Diz-se que o Brasil esteve ligado aos portos da costa atlântica africana por três séculos. No entanto, a dizimação não cessou em fins do século XVIII, nem no primeiro terço do século XIX. Se, de acordo com Alfred Crosby, a dizimação se dá quando cessa o isolamento e se estabelece o contato entre sociedades diferentes, como explicar a manutenção dos índices de mortalidade africana em solo brasileiro após três séculos de ligação entre as colônias portuguesas no Atlântico? Quais sociedades deixavam de ser isoladas do resto do mundo colonial português em pleno século XIX e continuavam a fazer proliferar seus microrganismos?

O isolamento de sociedades africanas se rompia no momento em que as guerras e a conseqüente escravização do africano aconteciam, isto é, à medida que o braço do tráfico se expandia do litoral para o interior, conhecia, violentava e escravizava outras populações, até ali isoladas, ou quase, de outras biotas (FLORENTINO, 1997).

ABSTRACT

This essay aims to point out some important features concerning slave mortality, which can clarify some obscure aspects of slavery that, though microscopic and imperceptible in their dimensions, helped to write the history of slavery in Brazil.

Key words: Slavery; Mortality; Atlantic traffic; Microbian shock.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOTELHO, Tarcísio R. *et al. História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Belo Horizonte, Anpuh-MG, 2001.

ASSIS, Marcelo Ferreira de. *Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava, Rio de Janeiro c. 1790 – c. 1830*. 2002. 146f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CURTIN, Phillip D. *Death by migration*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ELTIS, David. The nineteenth century transatlantic slave trade: an annual time series into the America's broken down by region. *Hispanic American Historical Review*, v. 67, n. 1, p. 109-138, 1987.

FLORENTINO, Manolo Garcia. Apontamentos sobre as relações entre o tráfico atlântico de escravos e a demografia dos cativos no Brasil (o caso da província do Rio de Janeiro, 1790-1830). In: SEMINÁRIO CATIVEIRO E LIBERDADE, 1989, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, Uerj, 1989. p. 145-179.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (c. 1790 – c. 1830)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GERTZE, Jurema Mazuhy. Notas para o estudo da mortalidade infantil entre a população escrava no Rio Grande do Sul (1850-1872). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 16, n. 1/2, p. 137-159, 1990.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem, escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

A escravidão na fronteira: um estudo da escravidão negra numa boca de sertão paulista – Lençóes, 1860-1887*

Edson Fernandes**

RESUMO

Através da análise de inventários *post-mortem* procura-se caracterizar o contingente de escravos e a estrutura de posse de cativos na região de Lençóes quando esta era considerada boca de sertão, fronteira entre o mundo dito civilizado e o sertão desconhecido.

Palavras-chave: Escravidão; Boca de sertão; Inventários.

UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

A historiografia tem dado pouco destaque à existência do trabalho escravo em regiões não integradas ao circuito comercial de longa distância. No caso da Província de São Paulo, muito se tem estudado a escravidão nas zonas cafeeira e açucareira, ou seja, aquelas mais diretamente ligadas à exportação. Já para as áreas de produção destinada aos mercados locais e regionais, as atenções não têm a mesma intensidade. Quando se trata das chamadas bocas de sertão, o que se verifica é uma verdadeira lacuna na historiografia. O objetivo deste estudo é caracterizar o contingente escravo e a estrutura de posse de cativos nessa área periférica do povoamento, comparando-a com outras áreas onde também se utilizou o trabalho escravo.

* Este trabalho é baseado num capítulo da dissertação de mestrado apresentada, em abril de 2003, ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Estadual Paulista – Araraquara/SP, sob orientação da Prof^a Dr^a Dora Isabel Paiva da Costa.

** Doutorando em História pela Unesp – Franca/SP.

Boca de sertão era o nome dado ao último povoado ocupado pelo homem branco, área não isenta de conflitos entre os primeiros povoadores brancos e os últimos remanescentes indígenas. Segundo Martins (1997, p. 150-151), fronteira é essencialmente o lugar do encontro dos que são diferentes entre si, lugar de descoberta do outro e de desencontro. E esse desencontro não é apenas o de diferentes concepções de vida e de visões de mundo, mas o desencontro de temporalidades históricas, pois os que se encontram na fronteira estão situados diversamente no tempo da História.

Lençóes foi boca de sertão paulista quando a escravidão dava seus últimos passos, a partir de meados do século XIX. Ali o homem branco foi disputando os espaços com os indígenas, foi se estabelecendo com suas lavouras, sua pecuária, seu tempo histórico, seu modo de vida. E seus escravos, pois ali a escravidão também floresceu. Não a escravidão dos grandes plantéis dos engenhos de cana do litoral e das extensas lavouras de café do Vale do Paraíba. Mas a escravidão de pequenos plantéis, de lavouras destinadas aos mercados locais e regionais, de singularidades próprias. A escravidão de uma realidade singular, a fronteira.

Lençóes, boca do sertão

O avanço da cultura cafeeira estimulou o povoamento da região serrana de Botucatu. Lavradores das vilas próximas, criadores de gado e mineiros – descendentes dos antigos paulistas que haviam partido para as regiões mineradoras – expulsos de sua terra devido à decadência da mineração estabeleceram-se com suas lavouras e gado na fronteira da civilização. Foragidos da justiça e exterminadores de índios também compunham a paisagem humana desses primeiros tempos. A eclosão da Guerra do Paraguai, em 1864, fez com que muitas pessoas se embrenhassem no sertão paulista, fugindo do alistamento militar (DONATO, 1954, p. 40-67).

As novas condições demográficas e econômicas de São Paulo – escravos, imigrantes, café, ferrovias – aceleraram a criação de inúmeras vilas pelo desmembramento de territórios pertencentes a municípios mais antigos. A fronteira expandiu-se e as bocas de sertão foram empurradas para oeste.

Itapetininga desmembrou-se de Sorocaba, importante centro onde se comercializava gado, em 1770. Botucatu, por sua vez, desmembrou-se de Itapetininga em 1855. Por fim, Lençóes, que se tornara freguesia no ano de 1858, desmembrou-se de Botucatu em 1865, quando foi elevada à categoria de vila (MARCÍLIO, 2000, p. 139). Lençóes tornou-se a nova boca de sertão paulista. Sob sua jurisdição estendia-se um vasto território que ia do rio Tietê, ao norte, até próximo às margens do Paranapanema, ao sul.

Aspectos econômicos de Lençóes

Entre 1860 e 1887, período abarcado por este estudo, a economia de Lençóes girava em torno da produção agrícola e pecuária de pequeno porte. Indicações dessas atividades são constantes em inventários e contratos da época. Os lavradores e criadores da região, não integrados no comércio de longa distância, destinavam sua pequena produção aos mercados local e regional. As dificuldades impostas ao escoamento da produção para o litoral – entre as quais a ausência de ferrovias – praticamente desestimulavam o investimento nesse sentido.

Pelos inventários é possível caracterizar a pecuária como de pequeno porte. A título de ilustração, um inventário de 14 de agosto de 1873, realizado por ocasião do falecimento da mulher de um conhecido bugreiro que andou pela região, relaciona os seguintes animais: dois burros, dois cavalos, 25 porcos magros, duas vacas com cria e quatro novilhas. Esse era o padrão da produção pecuária da região.¹

Na produção agrícola, além das roças de milho, provavelmente destinada em parte à criação dos animais, há registros de canaviais e engenhos, como mostra o inventário de um grande proprietário da região, realizado no dia 9 de agosto de 1864. Além de numerosos animais, são listadas e avaliadas, entre outras, duas propriedades com engenho e canavial.²

A cultura cafeeira passa a fazer parte da paisagem da região com mais intensidade a partir das últimas décadas do século XIX. Em 1880, no dia 5 de junho, foi registrado no cartório da vila de Lençóes um contrato de locação de serviços em que se acertou com dois locatários o trato de pés de café. Com um primeiro, contratou-se o serviço de manutenção de 2500 pés de dois anos para serem entregues em dois anos e 500 pés de um ano para serem entregues em três anos. A um segundo locatário destinaram-se 2000 pés de dois anos e outros 2000 de um ano, para serem entregues, respectivamente, em dois e três anos, ambos os locatários devendo trazê-los sempre no limpo e sem falhas.³

No dia 6 de junho de 1887, dois locatários foram contratados para derrubar mata de capoeira e plantar 6000 pés de café ao preço de \$400 por pé formado em quatro anos, \$300 por pé de três anos e \$200 por pé de dois anos. O locador fez um adiantamento de 200\$000, propondo fornecer a cada loca-

¹ Inventário de Francelina Maria da Conceição, 14 de agosto de 1873. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos (SP).

² Inventário de Gertrudes de Almeida Leite, 9 de agosto de 1864. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos (SP).

³ Livros de Contratos e Notas Antigas. 1º Cartório de Notas de Lençóis Paulista (SP).

tário cem mil réis (100\$000) todos os finais de ano e um alqueire de mata onde pudessem plantar uma roça de subsistência.⁴

Esses exemplos mostram que a cultura cafeeira fazia sua entrada na região, ocupando os espaços ao redor da antiga Lençóis. No início da década de 1890, estimavam-se em três milhões os pés de café da vila (CHITTO, s/d, p. 73).

A POPULAÇÃO ESCRAVA DE LENÇÓIS

A riqueza dos inventários como fonte de pesquisa é inegável. Eles trazem não só a quantidade do bem “escravo”, mas, normalmente, muitas outras informações que se revelam valiosas nas mãos dos estudiosos da escravidão. Os mais completos trazem, além do nome, o número da matrícula de cada escravo, cor, idade, procedência, filiação, preço, profissão e aptidão para o trabalho. Na vila de Lençóis, não são muitos os inventários encontrados nessa situação. O mais comum são aqueles que trazem o nome, a idade aproximada e o preço avaliado.

As variáveis sexo, idade e estrutura de posse podem dar indicações, entre outras, de estratégias senhoriais de produção agrícola ou pecuária e de reprodução da mão-de-obra escrava.

Antes de passarmos ao estudo das características da população escrava de Lençóis, cabem algumas considerações de ordem metodológica que dizem respeito às dificuldades encontradas e aos procedimentos adotados para, se não superá-las de todo, ao menos minimizá-las de modo a não comprometerem o resultado final da análise.

Para este estudo foram analisados todos os 154 inventários encontrados para o período de 1860 a 1887. Destes, 54 tinham escravos arrolados entre os bens, correspondendo a 35% do total. Nos casos em que os inventários traziam a relação de escravos efetuada em 1872, preferiu-se computar, para efeito de compilação dos dados, os referentes à relação em detrimento dos fornecidos pelo arrolamento dos bens do inventariado. Isso apenas quando os dados da relação apontavam para um plantel maior do que aquele arrolado por ocasião do inventário. Ou, então, quando suas informações serviam para complementar as do inventário. Isso ocorreu em sete inventários e se fez necessário em virtude do maior número de informações que a relação trazia, da pouca disponibilidade de dados, levando-nos a não desprezar tais informações, e da certeza de que esse procedimento não deturparia os resultados e daria, além disso, uma melhor visão da escravidão na região. Afinal, uma

⁴ Livros de Contratos e Notas Antigas. 1º Cartório de Notas de Lençóis Paulista (SP).

de nossas preocupações era averiguar as possibilidades de formação de riqueza em escravos que a boca de sertão permitia. Se a relação de 1872 apresentava um plantel maior, era sinal de que essa possibilidade podia ter se concretizado para alguns proprietários em algum momento de suas vidas.

Cinco dos 54 inventários que apresentavam escravos como bens arrolavam “partes de escravos”. Nesses casos, optamos por desconsiderá-los, em razão de não configurarem a plena posse de um escravo e dadas as dificuldades que teríamos para tabelar os dados se essas “partes” fossem incluídas.

Por fim, mais um esclarecimento. Nem sempre os inventários indicam o local de residência dos envolvidos no processo. Por vezes, indicam apenas o nome da fazenda onde morava o inventariado, acrescido da expressão “termo e villa de Lençóes”. Em outros, pelo contrário, há a indicação da freguesia, como em “Freguesia de Santa Cruz do Rio Pardo, termo de Lençóes”. Computamos todos os inventários encontrados no termo de Lençóes.

Feitas essas considerações, passemos ao estudo dos dados.

Sexo e estrutura etária

Não se observou clara predominância de um dos sexos na população escrava de Lençóes. Conforme a Tabela 1, os homens eram 52,2% e as mulheres, 47,8% do total da população cativa. Esse relativo equilíbrio mantém-se também nas diversas faixas etárias em que se dividiu a escravaria (Tab. 2).

Tabela 1. População escrava de Lençóes por sexo, 1860-1887.

Sexo	Nº absoluto	%
Homens	167	52,2
Mulheres	153	47,8
Total	320	100

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos (SP).

Conforme a Tabela 2, os escravos em idade produtiva (de 15 a 49 anos) dividiam-se em 50,3% de homens e 49,7% de mulheres. Os homens predominavam entre os mais velhos (61,1% na faixa de 50 anos ou mais). Entre as crianças (0 a 14 anos) havia um relativo equilíbrio (51,4% de meninos e 48,6% de meninas).

Os dados iniciais mostram que a condição de povoamento incipiente não inviabilizou o relativo equilíbrio entre os sexos, ao contrário do que se poderia, a princípio, esperar numa situação dessas. Análises com outras fontes (batismos e escrituras de compra e venda de cativos, não contempladas neste

trabalho) corroboram essa hipótese. As condições de abertura de novas fazendas, de formação de novas roças, de atividade criatória, típica da vila de Lençóis no período estudado, não impediram a presença de uma população escrava relativamente equilibrada do ponto de vista da idade produtiva (entre 15 e 49 anos), conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Sexo dos escravos por faixa etária.
Lençóis, 1860-1887

Faixa etária	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	
0-14	57	51,4	54	48,6	111
15-49	83	50,3	82	49,7	165
50 ou mais	22	61,1	14	38,9	36
Não consta	5	62,5	3	37,5	8
Total	167		153		320

Obs.: as porcentagens somam 100% na linha horizontal.

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

As razões desse relativo equilíbrio podem ser buscadas, primeiro, na distância dos mercados fornecedores de escravos, o que provavelmente encarecia o produto e dificultava, mas sem impossibilitar, a reposição de mão-de-obra. Isso levou a duas conseqüências imediatas: a emergência de um mercado local de cativos, com sua transferência de uma fazenda a outra da mesma comarca, e a reprodução da mão-de-obra cativa, seja através de uniões legitimadas pela Igreja, seja através do nascimento de filhos naturais.

A segunda razão do equilíbrio pode estar relacionada ao fato de que a disponibilidade de terras era um estímulo à imigração interna de povoadores que, em muitos casos, deslocavam-se com seus plantéis a fim de iniciar uma nova vida nessas áreas. Parte desses povoadores vinha de regiões de produção não destinadas ao mercado de longa distância, onde o equilíbrio entre os sexos era maior, como mostraram estudiosos de áreas de produção voltada ao mercado local e regional (entre os quais GUTIÉRREZ, 1986, p. 35-52). É o caso de mineiros que migraram para Lençóis, transferindo para a fronteira famílias de escravos já formadas.

Roberto Martins (1983, p. 193), em seu estudo sobre a escravidão em Minas Gerais no século XIX, afirma que a colonização da Mogiana, na Província de São Paulo, foi feita em grande parte por mineiros – sitiantes e criadores, mas não cafeicultores – dedicados à agricultura de subsistência e pecuária. O mesmo argumento pode ser usado para explicar a presença de escravos oriundos de Minas nos plantéis de Lençóis.

Entre os escravos mais velhos verifica-se predominância de homens, resíduo ainda do tráfico transatlântico. A escravaria africana inventariada compunha-se, majoritariamente, de homens.

O relativo equilíbrio entre os sexos também não se altera com a variação do tamanho dos plantéis. A Tabela 3 mostra que, nos plantéis pequenos, de um a cinco cativos, as mulheres representavam 50,0% e os homens, 50,0%. As discrepâncias por faixas devem-se à pequena amostragem. Quando se trabalha com maiores agregados e a amostragem se torna maior, o relativo equilíbrio fica patente.

Tabela 3. Sexo dos escravos por tamanho de plantéis. Lençóes, 1860-1887.

FTP	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	
1	6	46,2	7	53,8	13
2	7	58,3	5	41,7	12
3	8	53,3	7	46,7	15
4	18	45,0	22	55,0	40
5	6	60,0	4	40,0	10
1 a 5	45	50,0	45	50,0	90
6 a 10	38	53,5	33	46,5	71
11 a 20	40	50,0	40	50,0	80
21 ou mais	44	55,7	35	44,3	79
Total	167		153		320

Obs.1. as porcentagens somam 100% na linha horizontal.

Obs. 2. FTP – Faixas de tamanho de plantéis.

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

Mesmo entre os plantéis maiores, há relativo equilíbrio entre os sexos, diferentemente do que mostrou, por exemplo, Marcondes (1998, p. 35-54), em seu estudo sobre a estrutura de posse de cativos nas lavouras cafeeiras de Taubaté no início da década de 1870, onde a razão de sexo nos plantéis de 10 a 19 cativos era de 140,3, e nos plantéis de 20 a 39 escravos era de 165,0. Por outro lado, os números de Lençóes são próximos dos encontrados por Costa (1992, p. 40) nos grandes plantéis (mais de dez escravos) da Paraíba, onde a presença masculina variava segundo o setor produtivo: 58% na cana, 52% no algodão e 56% no setor gado/mandioca.

Com relação à idade dos cativos, a escravaria de Lençóes era basicamente composta por jovens, mesmo levando-se em conta que após a promulgação da Lei do Ventre Livre a idade média dos escravos apontada pelos inventários

tendia a subir pela exclusão dos nascidos. Os menores de 15 anos representavam 34,7% dos escravos e os de 50 anos ou mais eram 11,2% (Tab. 4).

Tabela 4. Distribuição dos escravos segundo a faixa etária. Lençóis, 1860-1887.

Faixa etária	Nº absoluto	%
0-14	111	34,7
15-49	165	51,6
50 ou mais	36	11,2
Não consta	8	2,5
Total	320	100

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

A predominância de crianças escravas explica-se pelo incentivo à reprodução como maneira de minimizar as dificuldades de aquisição de escravos nos distantes centros abastecedores e pela transferência de famílias escravas de áreas de povoamento mais antigo para áreas novas.

Pouco mais da metade dos escravos estavam na idade produtiva (Tab. 4). São 51,6% entre 15 e 49 anos de idade e, mesmo nessa faixa, como vimos, havia um acentuado equilíbrio entre homens e mulheres. Considerando que entre as atividades produtivas de Lençóis estavam as culturas de milho e algodão, que não podem ser caracterizadas como tradicionalmente reservadas a homens, compreende-se a forte presença de mulheres mesmo nessa faixa. Além disso, a produção pecuária de pequeno porte bem podia ser atividade também das mulheres e crianças escravas.

Estrutura de posse dos cativos

Aqui também se verifica a predominância dos pequenos plantéis. Conforme a Tabela 5, quase 70% dos proprietários possuíam de um a cinco escravos. Por outro lado, controlavam menos de 1/3 dessa mão-de-obra. No outro extremo, 16,6% dos proprietários controlavam a metade da escravaria em seus plantéis de mais de dez escravos. A elite escravista apontada pelos inventários, os possuidores de mais de 20 escravos, eram apenas 5,5% dos proprietários que possuíam 1/4 dos escravos. Os proprietários de apenas um escravo eram 24,1%. Juntos, detinham somente 4,1% da mão-de-obra.

Em seu estudo sobre o agreste paraibano, Costa (1992, p. 26-27) mostrou que 87% dos proprietários detiveram 57% dos escravos em pequenos e médios plantéis (até dez escravos), enquanto os outros 13% dos proprietários controlavam os restantes 43% dos escravos nos grandes plantéis.

Tabela 5. Estrutura de posse de cativos por faixas de tamanho de plantéis. Lençóes, 1860-1887.

FTP	Proprietários		Escravos	
	N	%	N	%
1	13	24,1	13	4,1
2	6	11,1	12	3,8
3	5	9,3	15	4,7
4	10	18,5	40	12,5
5	2	3,7	10	3,1
1 a 5	36	66,7	90	28,2
6 a 10	9	16,7	71	22,2
11 a 20	6	11,1	80	25,0
21 ou mais	3	5,5	79	24,6
Total	54	100	320	100

Obs.: FTP – Faixas de tamanho de plantéis.

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

Lençóes apresenta números próximos, a saber, 83,4% dos proprietários possuíam plantéis com até dez cativos e controlavam 50,4% da escravaria, enquanto os restantes 16,6% dos proprietários possuíam plantéis com mais de dez cativos, controlando 49,6% da população escrava.

O maior plantel da boca de sertão lençoense pertencia a Elyseo Antunes Vieira Cardia, cujo inventário foi feito em agosto de 1864.⁵ Além dos 33 escravos arrolados, alguns dos quais já em poder dos herdeiros, possuía muitos outros bens, como as várias sesmarias, que englobavam milhares de alqueires, engenho, canavial, morada de casa na vila, animais etc., caracterizando o que foi, provavelmente, a maior fortuna da vila. Ao falecer, em outubro de 1873, Messias José de Andrade tinha também um expressivo plantel, legando a seus dez filhos (três com a primeira mulher e sete com a segunda) um plantel de 18 escravos avaliado em 9:700\$000, valor maior do que o estabelecido para os bens de raiz, 7:880\$000.⁶

Outros herdeiros tiveram menos sorte. D. Maria Joaquina de Jesus⁷ legou apenas um escravo de nome Nicolau, 40 anos, por ocasião do falecimento do marido, o mesmo ocorrendo com Sabina Bárbara de Jesus, que ficou com uma única escrava, Joaquina, de aproximadamente 50 anos, ao falecer seu marido, em 1871.⁸

⁵ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Elyseo Antunes Vieira Cardia, 1864.

⁶ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Messias José de Andrade, v. 2, n. 17, 1873.

⁷ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de José Joaquim Ramos, n. 22, 1871.

⁸ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Ignácio Martins da Lus, n. 16, 1871.

Havia os que possuíam apenas um escravo, que, ao que tudo indica, dividia com o senhor o trabalho na terra e o sustento da família. Era o caso do plantel unitário de Antonio Joaquim de Oliveira, que consta no inventário realizado quando do falecimento de sua mulher. Apenas um escravo, Joaquim, de 18 anos.⁹ A crioula Joaquina, 20 anos, também era o único cativo entre os bens do finado Vidal Barbosa Dutra.¹⁰ A crioula Rosa, 22 anos, teria de dividir seu serviço entre a criação de sua filha de dois meses e a numerosa família de Ignácio Anselmo Rodrigues, pai de 12 filhos de dois casamentos.¹¹

Em situação pior estavam os que possuíam plantel unitário, mas cujo escravo não representava força de trabalho efetiva. Ao falecer, João Antonio da Siqueira deixou apenas uma escrava “já velha”, Delfina.¹² Outra escrava velha, de nome Maria, doente e com idade entre 50 e 60 anos, foi o que legou Vicente Ferreira de Souza pelo falecimento da mulher em 1873.¹³ Do escravo Severino não dependia a sobrevivência da numerosa família (oito filhos) de João Antonio de Mattos, mesmo sendo ele o único escravo. Tinha 64 anos e era descrito como “muito defeituoso”.¹⁴ Outro plantel, embora composto de quatro escravos, não representava muito em termos de mão-de-obra. Eram duas mulheres, Maria, 45 anos e doente, e Victoria, 50; e dois homens, Antonio, 44 anos, e Fabiano, mais novo, 35 anos, mas “quebrado e doentio”.¹⁵

Em certos casos, possuir escravos podia significar uma despesa a mais para a família. Representaria o preço do *status* ou resultado de laços afetivos construídos ao longo de um tempo de convivência?

CONCLUSÃO

Os dados disponíveis permitem concluir que os padrões de posse de escravos na fronteira do povoamento são semelhantes aos de outras áreas de povoamento mais antigo pesquisadas, ou seja, verifica-se a ampla predominância dos proprietários de pequenos plantéis (de um a cinco escravos), que, por outro lado, detinham uma pequena parcela da mão-de-obra. Isso indica o pa-

⁹ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Anna Ignacia de Jesus, v. 3, n. 16, 1874.

¹⁰ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Vidal Barbosa Dutra, 1876.

¹¹ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Maria Rosa de Oliveira, 1876.

¹² Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de João Antonio da Siqueira, v. 2, n. 23, 1873.

¹³ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Balbina Ferreira de São José, v. 2, n. 125, 1873.

¹⁴ Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Escolástica Maria de Godoy, 1875.

¹⁵ SP. Inventário de Luiza Thereza de Jesus, 1876.

drão de riqueza dos indivíduos que compunham a vanguarda do povoamento, sob os riscos de conflitos com os indígenas, enquanto a segurança representada pela efetiva ocupação e integração da área ao comércio de exportação não se concretizava.

Também se verificou equilíbrio entre os sexos, característica encontrada em áreas voltadas à produção para os mercados local e regional, como a estudada por Costa no sertão da Paraíba, e diferentemente das áreas onde a produção era destinada à exportação, como demonstrado por Marcondes para a região cafeeira de Taubaté e outros autores para centros açucareiros (LUNA; COSTA, 1983, p. 211-221) e mineradores (LUNA, 1982, p. 31-35). Do mesmo modo, nessas últimas áreas a concentração de cativos na idade ativa era flagrante, enquanto as regiões não integradas à economia exportadora apresentavam uma característica etária distinta. O fato de a população escrava de Lençóes ser predominantemente jovem pode indicar a importância de seu crescimento natural.

A estrutura de posse de cativos, assim como as características gerais da população escrava de uma boca de sertão, eram basicamente as mesmas de outras áreas com produção destinada aos mercados local e regional. Comparando-se com economias de exportação, as diferenças básicas se referem à faixa etária e à composição relativa ao sexo. Em ambas, no entanto, é nítida a predominância de pequenos plantéis.

As singularidades da fronteira de povoamento à época em que Lençóes era boca de sertão não permitiram a formação de grandes plantéis, nem o estabelecimento das características básicas da escravaria das regiões exportadoras – predominância da idade adulta e do sexo masculino –, pois, quando a boca de sertão deslocou-se para oeste, a escravidão já estava extinta no Brasil.

ABSTRACT

Through the analysis of *post-mortem* inventories, this paper attempts to characterize the contingent of slaves and the slaveholding framework in the region of Lençóes, State of São Paulo, when that locality was considered the threshold to wilderness, a borderline between the so-called civilized world and the unknown backlands.

Key words: Slavery; Hinterland access; Inventories.

Referências

- CHITTO, Alexandre. Lençóis Paulista: boca do sertão. *O Eco*, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 40-41, [19--].
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*. 1992. 279f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- DONATO, Hernani. *Achegas para a história de Botucatu*. 2. ed. Botucatu: Do autor, 1954.
- GUTIÉRREZ, Horácio. A harmonia dos sexos: elementos da estrutura demográfica da população escrava no Paraná, 1800-1830. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5, 1986, São Paulo. *Anais...* São Paulo, Abep, 1986. v. 1, p. 35-52.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983.
- LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1982. p. 31-55.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 35-54, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983.

Normas para publicação

Dados gerais dos *Cadernos de História*

Publicação semestral do Departamento de História da PUC Minas, aberta aos trabalhos – em português e espanhol – no campo da História e afins. Os textos encaminhados são apreciados por dois pareceristas, integrantes do Conselho Consultivo e/ ou parecerista *ad hoc*. Os dados, conceitos e informações contidos nos trabalhos são de inteira responsabilidade dos autores, que receberão dois exemplares da publicação.

Sobre as modalidades de trabalhos

- Artigos inéditos, conferências, ensaios bibliográficos (exame crítico de uma corrente historiográfica, do conjunto da obra de um autor ou de obras diversas aproximadas pela temática, abordagem ou documentação utilizada), traduções (de artigos recentes, artigos clássicos ou fragmentos de obras consagradas que não apresentem versão em português). Essas modalidades devem ter entre 15 e 30 páginas (incluindo referências), no limite de 60.000 caracteres com espaços;
- Comunicações (de trabalhos em andamento) e resenhas críticas (sobre textos publicados até os dois últimos anos, resumidos de forma crítica, destacando-se suas filiações intelectuais e contribuições relevantes). Devem ter entre cinco e 10 páginas (incluindo referências), no limite de 20.000 caracteres com espaços.

Dados sobre os autores

Nome completo, filiação acadêmica, instituição de obtenção da titulação (mestrado, doutorado ou pós-doutorado), endereço para correspondência e *e-mail* (com declaração de assentimento em sua divulgação), constando em página à parte, encabeçada pelo título do trabalho.

Forma de apresentação

Disquete digitado (programa Word for Windows), fonte Times New Roman, tamanho 12, acompanhado de três cópias impressas em lauda padrão (25 linhas de 60 toques, com espaço duplo), sem a identificação de autoria; todas as versões devem vir encabeçadas pelo resumo do texto (até 100 palavras), seguidos de três a cinco palavras-chave; no fim do texto devem vir o *abstract* e as *key words*. Seguindo o padrão PUC Minas de normalização (< http://www.pucminas.br/biblioteca/normalizacao_monografias.pdf >), as notas bibliográficas devem constar do próprio corpo do texto, (a) após a citação entre aspas e abreviadas (sobrenome do autor em caixa-alta, ano e página); (b) em caixa-baixa se antes do comentário livre, a saber:

(a) Nessa perspectiva, a herança é definida como “um conjunto que de certo modo se nos impõe” (LE GOFF, 1985, p. 21).

(b) Para Le Goff (1985, p. 21), a herança é vista como um conjunto que se nos impõe.

Assim, o pé de página deve ser reservado somente para as notas explicativas, em fonte 10, espaço simples (como as citações longas), também abreviadas. Seguir o padrão indicado acima para o corpo do texto.

As citações completas devem constar das Referências (fontes primárias, bibliográficas e outras), no fim do artigo, conforme as normas estabelecidas pela ABNT:

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Tradução José Antonio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1985.

Endereço para correspondência

Cadernos de História

Departamento de História da PUC Minas – ICH

Av. Dom José Gaspar, 500 – Coração Eucarístico

Prédio 6, s/139

Telefone: (31) 3319.4170

30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

e-mail: guaracy@pucminas.br

Outros periódicos da Editora PUC Minas

- ARQUITETURA – CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
- BIOS
Departamento de Ciências Biológicas
- CADERNO DE ESTUDOS JURÍDICOS
Faculdade Mineira de Direito
- CADERNO DE GEOGRAFIA
Departamento de Geografia
- CADERNOS CESPUC DE PESQUISA
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas
- ECONOMIA & GESTÃO
Revista do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
- FRONTEIRA
Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais
- HORIZONTE
Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas
- PSICOLOGIA EM REVISTA
Caderno do Instituto de Psicologia
- REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO
Faculdade Mineira de Direito
- SCRIPTA
Caderno do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas e do Cespuc

Projeto gráfico, editoração eletrônica e fotolito:

EMS editoração eletrônica

Eduardo Magalhães Salles

Telefax: (31) 3041.1113 • e-mail: magalhaes.salles@hotmail.com

Impressão e acabamento:

Gráfica e Editora O Lutador

Praça Pe. Júlio Maria, 1 • Planalto

31740-240 • Belo Horizonte • Minas Gerais

Telefax: (31) 3441.3622 • e-mail: lutador@olutador.org.br